

UNIVERSIDADE DE ÉVORA



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O ROTEIRO DA PAZ NA REGIÃO AUSTRAL; caso particular de Angola, 1987-1991

Artur Santos Vinama

Orientação: Professora Dra. Maria Saudade Baltazar

**MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS
EUROPEUS**

Dissertação

Évora, 2015

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O ROTEIRO DA PAZ NA REGIÃO AUSTRAL; caso particular de Angola, 1987-1991

Artur Santos Vinama

Orientação: Professora Dra. Maria Saudade Baltazar

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Senhora Professora Dra. Saudade Baltazar, que apesar dos seus vários afazeres, na última da hora aceitou ao meu pedido para ser minha tutora.

Neste particular, foi notório e louvável o esforço do Senhor Professor Dr., e coordenador do curso de mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Sr. José Manuel Caetano. Sem a sua ajuda, por razões administrativas, muitos de nós teríamos perdido esta carruagem.

Estendo o meu agradecimento à Sua Excelência, General de Exército e Chefe do Estado-maior das FAA, Geraldo Sachipengo Nunda, pelo encorajamento e apoio multiforme.

Aos meus (minhas) colegas, fica o meu apreço, pela forma tão conivente como nos relacionamos durante a nossa formação, cada um procurando sem paixões transmitir ao outro o pouco que soubesse nesta área do saber.

Ao Cor Cabuço, que disponibilizou os seus arquivos, permitindo-me abstrair deles valiosos dados, muito obrigado.

À todos (as) que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho de fim de mestrado, estou e estar-vos-ei eternamente grato.

Finalmente à todos os meus filhos e a minha esposa em particular, que souberam aturar-me nas horas mais difíceis da formação, quando até o lindo chilrear dos pássaros parecia desconcentrar ou mesmo enervar-me, à vocês vai um amplexo do tamanho do mundo, traduzido num; muito obrigado.

RESUMO

Título: O Roteiro da Paz na Região Austral; caso particular de Angola, 1987-1991

A presente dissertação de mestrado prende-se com o estudo dos mecanismos que contribuíram para a devolução da paz na Região Austral de África, em particular em Angola. Neste trabalho também pretendemos analisar quais foram as razões de fundo, que entre os anos de 1987 à 1991 estiveram na base da tomada de decisão, tanto pelas forças externas quanto pelas internas direta ou indiretamente envolvidas no conflito, sobre a necessidade da busca da paz, que no caso específico de Angola, culminou com a assinatura dos acordos de Bicesse.

Como é óbvio, embora não seja o móbil deste trabalho, procuramos também buscar entender algumas das razões do rastilho do conflito, mormente em Angola, mas que teve sérias repercussões em alguns países na Região Austral.

Apesar da sua delimitação no tempo, momentos houve em que nos socorremos de um ou outro dado fora destes limites. Aliás, só assim podemos entender a lógica da evolução dos acontecimentos que nos levaram até à assinatura dos acordos de Bicesse em 1991.

Palavras-chave: Região Austral, Angola, Guerra, Paz.

ABSTRACT

Title: The Peace Itinerary in the Southern Region; the particular case of Angola, 1987-1991

This master's degree dissertation deals with the study of the mechanisms that contributed to the peace return in the Southern Africa Region, particularly in Angola. In this work we as well pretend to analyze which were the main reasons that between 1987 and 1991 served as the base of the decision taken by internal and external forces that were direct or indirectly involved in the conflict, about the need of bringing peace that in Angola lead to the signature of the Bicesse accords.

As obvious, although not being the main aim of this work, we try as well to understand some reasons that were the fuse of the conflict overall in Angola, but that had serious repercussions in some other countries of the Southern Region.

Apart from its delimitation in time, there will be moments when we will be using data out of the indicated limits of time. By the way, only using this method we can understand the logic of the steps that lead us to the signature of the Bicesse accords in 1991.

Key words: Southern Africa Region, Angola, War, Peace.

DEDICATÒRIA

Dedico este meu trabalho de fim de curso de mestrado, à todos os meus entes queridos, que hoje já não fazem parte do mundo dos vivos, especialmente o meu saudoso Pai- António Kumandala Vinama, os meus estimados Irmãos- Alberto Joaquim Chendovava Vinama e Anailda Esperança Kassova Vinama e os meus queridos Filhos- Fonseca Satanda Machado Vinama (Vidy) e Esperança Machado Vinama, com eterna saudade.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
DEDICATÓRIA	6
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE MAPAS	9
ÍNDICE DE TABELAS.....	9
SIGLAS E ACRÓNIMOS	10

ÍNDICE

ÍNDICE GERAL	7
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	18
1-PARA UMA APROXIMAÇÃO AOS CONCEITOS DE PAZ E DE GUERRA E CONCEPTUALIZAÇÃO DERIVADA DO OBJETO DE ESTUDO	18
1.1.-Problematizando os conceitos de paz e de guerra.....	18
1.2.- Os Meios de Resolução de Conflitos.....	35
1.2.1.- Negociação	37
1.2.2- Bons Ofícios	38
1.2.3- Mediação.....	38
1.2.4- Prevenção de Conflitos	39
1.2.5-Missões de Paz	41
1.3.- Período da guerra fria: causas e esferas de influência	42
CAPÍTULO II.....	46
2-PRINCIPAIS ATRIBUTOS GEOESTRATÉGICOS DO CONTEXTO GEOGRÁFICO EM ESTUDO	46
2.1- ÀFRICA AUSTRAL.....	46
2.2.- ANGOLA	54
CAPÍTULO III.....	61
3-O ROTEIRO DA PAZ EM ANGOLA E SEUS ANTECEDENTES	61
3.1.- Consequências da guerra fria em Angola.....	61
3.2.- Os Movimentos de Libertação	68
3.2.1.- A FNLA.....	71
3.2.2.- O MPLA.....	73
3.2.3.- A UNITA.....	79

3.3.-As causas do conflito angolano	84
3.4.- Algumas Batalhas para a Paz	88
3.4.1.- A batalha do Lomba 87	88
3.4.2.- A batalha do Cuito Cuanavale.....	91
3.4.3.- A batalha do último assalto	94
3.5.-Alguns Acordos para a Paz	106
3.5.1-Os acordos de Alvor	106
3.5.2.- Os acordos de Nakuro	109
3.5.3.- Os acordos de Nova Iorque- 1988.....	110
3.5.4- Os acordos de Ngbadolite.....	110
3.5.5- Os acordos de Bicesse	112
IV- CONCLUSÕES	117
RECOMENDAÇÕES:.....	119
V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	120
ARQUIVOS, REVISTAS, ARTIGOS, TESES, ENTREVISTAS, RELATÓRIOS, PALESTRAS, JORNAIS.....	122
REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS	124
VI-GLOSSÁRIO	125
VII-ANEXOS	126
Anexo 1-Guião das entrevistas	126
Anexo 2-Entrevista do Brigadeiro Veríssimo Gilberto da Piedade.....	127
Anexo 3-Entrevista do Senhor Lukamba Paulo Gato	132
Anexo 4-Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da independência	135
Anexo 5- Comunicados do MPLA e da UNITA em 1975	140
Anexo 6-Comunicado de António Alva Rosa Coutinho- O Vermelhinho.....	141
Anexo 7-Entrevista do General, Peregrino Isidro Wambu Chindondo.....	144
Anexo 8-Entrevista de José Côrte-Real Sequeira.....	147
Anexo 9- Entrevista do Senhor Presidente e Comandante em Chefe, José	160
Anexo 10-Entrevista do General, Miguel.....	166
Anexo 11-Escritos do General, Renato Campos Mateus	170
Anexo 12- África Monitor Intelligence.....	174
Anexo 13, Artigo Jornal de Angola.....	176
Anexo 14- Entrevista do General, José Samuel Chiwale.....	177

Anexo 15-Texto do Acordo entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação	184
---	------------

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - A quádrupla dimensionalidade da paz	31
Figura 2 - O conceito da paz na perspectiva de J. Galtung	32
Figura 3- Sobre as origens da guerra fria	45
Figura 4 - Presidentes dos Movimentos de Libertação durante a Guerra anti-colonial	70
Figura 5 -Subscritores dos acordos de paz e algumas das entidades entrevistadas	82
Figura 6 - Sobre as tropas das FALA	96
Figura 7 - Sobre as tropas das FAPLA	97
Figura 8-Sobre a presença militar sulafricana em Angola	98
Figura 9 -Sobre a presença militar cubana em Angola.....	99

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1- África Austral.....	50
Mapa 2- Dados Hidrográficos da África Austral	52
Mapa 3- Angola.....	56

ÍNDICE DE TABELIAS

Tabela 1- Sobre a bacia hidrográfica na África Austral	53
Tabela 2-Perdas dos Cubanos/FAPLA, 1987-1988.....	90

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ALIAZO: Aliança do Povo Zombo
BATE: Brigada de Ação Técnica e Explosivos
CFB: Caminho de Ferro de Benguela
CC: Comité Central
CCPM: Comissão Conjunta Político Militar
CFB: Caminho de Ferro de Benguela
CIA: Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
CICV: Comité Internacional da Cruz Vermelha
CS: Concelho de Segurança
DIH: Direito Internacional Humanitário
EI: Estado Islâmico
EMG: Estado-maior General
ESG: Escola Superior de Guerra
EUA: Estados Unidos de América
FAA: Forças Armadas Angolanas
FALA: Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA: Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola
G 5: Peça de Artilharia de fabrico sul-africano
G 6: Peça de Artilharia de fabrico sul-africano
GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio
INE: Instituto Nacional de Estatística
MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU: Organização das Nações Unidas
OTAN: Organização do Atlântico Norte
OUA: Organização da Unidade Africana
PCP: Partido Comunista Português
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PDA: Partido Democrático Angolano
PV: Pacto de Varsóvia
RPA: República Popular de Angola
RI: Relações Internacionais
RU: Reino Unido
SADC: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCC: Conferência para a Coordenação e Desenvolvimento da África Austral
SADF: South Africa Defense Force
SDN: Sociedade das Nações
SIE: Serviço de Informação Externa
SIMI: Serviços de Informação Militar
SWAPO: South West Africa People`s Organization
TPA: Televisão Pública de Angola
UGEAN: União Geral dos Estudantes da África Negra

UNAVEM: United Nations Angola Verification Mission (Missão de Verificação e Monitoramento das Nações Unidas em Angola)
UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA: União dos Povos de Angola
UPNA: União dos Povos do Norte de Angola
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho de investigação é: “O Roteiro da Paz na Região Austral; caso particular de Angola, 1987-1991”. O estudo que se circunscreve aos atores diretos e indiretos, externos ou internos do processo de paz nesta Região.

Consideramos esta temática muito importante e atual, sobretudo num país como o nosso onde a paz é ainda muito recente, com apenas um pouco mais de uma década de existência.

Importante porque os dados em pesquisa poderão ser úteis não só para os estrangeiros que estiverem interessados em conhecer os principais acontecimentos da história recente do nosso país, mas, e sobretudo, para a consciencialização das nossas gerações vindouras. Mais importante do que isso, é o fato desta investigação permitir a esta geração, fazer uma análise crítica e seletiva das nossas experiências e, destas, eliminar o supérfluo que ontem nos dividiu, e aproveitar o que é construtivo e positivo, de forma a evitar que o país volte a enfrentar uma nova guerra fratricida¹.

É atual e interessante, porque a paz na África Austral é ainda muito jovem e precisa de todos os cuidados dos seus _progenitores_ independentemente da sua cor, raça, credo político ou ideológico. Nota importante, é o fato de ainda estarem em vida muitos dos atores desse processo, cujo contributo ainda é atual, *ipso-fato*, reflete um conhecimento indispensável na solução de conflitos, quando tratamos do caso específico de Angola, onde os aspetos de paz e guerra, conviveram por longos anos dentro da mesma unidade dos contrários. Também consideramos pertinente esta abordagem sobre a paz, não só porque ela é a base para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade que se prese pelo bem estar material, psicológico e moral dos seus cidadãos, mas também pela forma como esta paz foi conseguida em Angola, sobretudo na sua fase derradeira, onde, irmãos, ontem inimigos, sentaram-se a volta da mesma mesa sem mediação estrangeira e conseguiram virar a página da guerra para a da paz.

Com vista a uma breve problematização da temática em análise, podemos afirmar que a África Austral, como parte do continente africano foi mormente dilacerada por dois tipos de guerras: as guerras anticoloniais; as guerras fratricidas. As guerras anticoloniais foram motivadas pela invasão dos nossos países, pelos colonialistas que cobiçavam e pilhavam os nossos inúmeros recursos naturais. As guerras fratricidas, se de um lado foram fruto de

¹ -Guerra fratricida, é uma guerra levada a cabo entre irmãos. Guerra entre os irmão da mesma pátria, chegando a matar-se entre uns e outros.

prováveis desentendimentos entre compatriotas filiados em diferentes Movimentos de Libertação, cujas linhas políticas e ideológicas por vezes colidiam, do outro, foram o resultado do período da guerra fria quando alguns países, na defesa dos seus interesses, filiaram-se em grandes potências que na altura constituíam os principais focos de influência mundial, nomeadamente: o bloco de leste, tendo a testa a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e; o bloco do ocidente que era liderado pelos EUA (Estados Unidos de América). Estes buscavam o alargamento dos seus ciclos de influência no terreno do então inimigo, e na tática de combate indireto entre eles, por vezes utilizavam terceiros Governos, Movimentos de Libertação ou ainda Forças Terroristas. Tais foram os casos da Namíbia, Angola e África do Sul do Apartheid.

Foi a partir dos anos 70 que se começou a assistir à internacionalização deste conflito. Mas foi nos primórdios do ano de 1987 que este (conflito) recrudesceu na África Austral. Na altura, alguns efetivos militares Cubanos, Conselheiros Soviéticos e de demais países do Pacto de Varsóvia, combatiam do lado do MPLA em apoio às FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola). De notar que este apoio ao MPLA, vem desde os anos 60, portanto, antes da independência de Angola a 11 de Novembro de 1975, conforme mais adiante nos referiremos. Do outro lado, alguns conselheiros provenientes dos EUA e algumas forças da África do Sul racista, as SADF (Forças de Defesa da África do Sul), combatiam ao lado das Forças Armadas da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), as FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola). No mesmo contexto, os guerrilheiros da SWAPO (Southwest Africa People`s Organization) ajudados pelas FAPLA, combatiam também contra o exército Sul-africano, em busca da independência do seu país.

Também, foi a partir do fim de 1987 que, por parte, fruto da intervenção de forças externas, o conflito angolano pareceu entrar num estágio de estagnação. Parecia que nenhum dos lados tinha condições para infligir uma derrota militar total ao outro. Por isso, uma solução militar parecia ser improvável. Consequentemente, em 20 de Dezembro de 1988, Cuba e Angola viram satisfeito o seu pedido para a criação de um grupo militar para a verificação e observação do acordo de Nova Iorque. Esta primeira missão de verificação que Angola conheceu, viria a chamar-se- UNAVEM (Missão de Verificação e Monitoramento das Nações Unidas em Angola). A sua missão principal era a de verificar a retirada de Angola, de todas as forças estrangeiras, um dos pressupostos que viria a abrir a estrada das conversações para a paz para Angola. Embora, a priori a UNITA tenha sido excluída destas negociações, pelo facto de esta ter sido parte do problema (conflito), para a pacificação da região, tornara-

se incontornável. *Ipso-facto*, volvidos três anos, a mesma teve de ser engajada nas negociações adicionais que culminaram nos acordos de Bicesse.

Na história das nações, foram raros os casos em que um conflito armado terminou com a vitória militar de uma das partes. Excecionalmente podemos citar a derrota militar dos Americanos no Vietnã do Sul e a vitória militar tática das FAA sobre as FALA na província do Moxico, no teatro de operações do Luena. A vitória militar das FAA sobre as FALA, por arrasto transformou-se numa vitória estratégica porque, propiciou o colapso das restantes estruturas da UNITA naquele e em outros teatros de operações. Dizemos por arrasto porque foi necessário os outros comandantes nas outras áreas terem acedido ao desejo de paz, em continuação dos esforços que a direção da UNITA levava á cabo, no mesmo sentido já há algum tempo. Senão, regra geral, a solução de conflitos armados passa pela utilização de mecanismos políticos e diplomáticos. Foi nesta conformidade, que no período supracitado, sob os auspícios da Comunidade Internacional houve algumas iniciativas visando a aproximação dos beligerantes. Tal foi o caso da Cimeira de Ngbadolite, a 22 de Junho de 1989. Mais adiante falaremos sobre esta Cimeira.

Foi a maturação destes conflitos e destes contactos político-diplomáticos, que associada a outros fatores, propiciou as negociações que finalmente em 1989 trouxeram a independência para a Namíbia e, em 1991, a assinatura dos acordos de Bicesse que estabeleceram a paz para Angola.

Afinal qual foi ou quais foram a (s) origem (ens) da (s) guerra (s) na Região Austral, particularmente em Angola? Que mecanismos, externos ou internos concorreram para a efetivação da paz na Região Austral, em particular para a assinatura dos Acordos de Bicesse entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA em 1991? Eis o problema.

Até a altura em que escrevíamos este trabalho, apercebemo-nos haver poucas obras a ele direcionadas. Podemos mencionar: *a construção da paz em Angola; do Alvor ao Luena- o papel da comunidade internacional*. Esta obra é uma dissertação para a obtenção do grau de mestre, na Universidade de Évora, em Junho de 2011, escrita por Wladimir Finda. Segundo o autor, o objetivo da obra era o de contribuir para maior conhecimento do processo de instauração de paz em Angola, no sentido de apurar os caminhos que conduziram a paz, as dificuldades surgidas, os resultados alcançados e sobretudo, o papel desempenhado pela comunidade internacional; *incidências da guerra fria no eclodir do conflito angolano (em particular nos Movimentos de Libertação Nacional: MPLA, FNLA e UNITA, 1974-1989)*, de Adilson Benjamin Chissapa Savite, também escrita por ocasião da obtenção do grau de

mestre, na Universidade de Évora, no ano de 2013; Ainda na mesma Universidade e com o mesmo fito, o *processo de paz em Angola: a dimensão internacional do conflito armado de Gbadolite à Luena*, por André Kizua Monteiro Sebastião em 2015; *paz e guerra em Angola: um estudo exploratório*, de James Augusto Pires Tibúrcio, que é um programa de pós-graduação em Relações Internacionais, em Brasília, em 2009; ainda na Universidade de Brasília, a obra de Francisco Alberto André Carvalho, *a política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992)*, escrita em 2013. A estas obras juntamos a tese de doutoramento apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, por Agostinho Alexandre Joaquim da Silva, escrita em 2014, com o título, *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*.

A escassez desta literatura talvez se deva ao facto de que, segundo os entendidos em matéria de historiografia, os segredos de uma guerra, só podem começar a vir a público, vinte a quarenta anos depois de esta terminar. Nesta conformidade, debatemo-nos com sérias dificuldades e, foi com bastante pesar que não conseguimos cumprir na íntegra com o nosso programa de entrevistas porque, algumas das pessoas contactadas, umas pura e simplesmente furtaram-se em responder ao nosso questionário. Outras fizeram-no com excesso de zelo, mas não faltaram aquelas que deram um valiosíssimo contributo com ideias que enriqueceram este trabalho. Contudo, à todos sem exceção, vai o nosso sentimento de gratidão pois, só o simples facto de terem aceite receber-nos, de per si, foi um contributo.

Com vista ao desenvolvimento do presente estudo, dois fatores justificaram a escolha deste tema:

1-Tentarmos pôr em prática os conhecimentos adquiridos durante a nossa formação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus e Africanos.

2-O fato de o tema estar relacionado com uma experiência vivida diretamente pelo autor, incentivou-nos a realizar esta pesquisa, na tentativa de buscar conhecimentos capazes de responder a curiosidade do nosso saber.

Com este trabalho de investigação, pretendemos contribuir para a produção de conhecimentos atinentes as razões que devolveram a estabilidade e a paz na Região Austral, em particular os fatores que influenciaram a assinatura dos acordos de paz de Bicesse entre o MPLA e a UNITA.

Para o efeito, para além do mais, é imperativo que estudemos:

- As prováveis causas intrínsecas do conflito entre o Governo da então República Popular de Angola e a UNITA;
- O (s) fator (es) que propiciou (aram) o fim do conflito em causa;

- Quais os mecanismos externos e internos e ou organizações, que mais contribuíram, tanto para o processo de instabilidade ou de estabilidade e de paz na Região Austral, nomeadamente em Angola.

No ponto de vista metodológico, sendo as relações internacionais um domínio das ciências sociais, para a elaboração deste trabalho utilizamos informações de natureza documental tais como: livros, periódicos, internet, jornais e revistas académicas internacionais. Utilizamos o tipo de pesquisa qualitativa que se traduziu na recolha de numerosas opiniões e informações fidedignas e atualizadas que foram devidamente classificadas e analisadas. Neste particular, privilegiamos as entrevistas não padronizadas com os elementos do Ministério das Relações Exteriores que tenham estado direta ou indiretamente envolvidos nas negociações de paz (no período 1987-1991), ou ainda outros informantes privilegiados que independentemente da sua filiação político-partidária, tenham vivenciado todo este processo de luta, estejam eles ainda no ativo no mesmo Ministério ou em comissão de serviço noutros organismos estatais ou privados, ou mesmo ainda que tenham já sido reformados. No mesmo quadro, entrevistamos trabalhadores do Ministério de Defesa Nacional e oficiais do Estado Maior General das FAA (Forças Armadas Angolanas).

Nesta conformidade, dentro das dificuldades já referenciadas (receios das pessoas em prestarem declarações temendo prováveis represálias), realizamos sete entrevistas com individualidades, de entre as quais três participaram diretamente nas negociações dos acordos de Bicesse, e os restantes quatro ocupavam cargos de chefia nas várias estruturas de direção partidária e ou governamental, cargos estes que lhes davam a prerrogativa de participarem indiretamente no mesmo processo. Ainda recorremos aos dados de uma entrevista televisada. O conteúdo das mesmas entrevistas pode ser consultado nos anexos deste trabalho. Também utilizamos a observação participante dado o envolvimento profissional do autor.

Quanto a estrutura do trabalho, ela comporta três capítulos.

No primeiro capítulo, discutimos os conceitos chave. Procuramos enquadrar o tema na perspetiva teórica dos estudos da paz no contexto das relações internacionais.

No segundo capítulo falamos do contexto geoestratégico da África Austral e Angola. Com os dados disponíveis, procuramos realçar a sua localização geoestratégica, porquanto vem a ser uma das razões pelas quais, desde a década dos anos sessenta até ao fim do conflito em 2002, esteve no centro das atenções do mundo. A esta, soma-se-lhe o facto de esta região ter no seu subsolo muitos recursos naturais, para além de outras riquezas.

Contextualizamos a importância geoestratégica de Angola na África Austral. Aliás, é sem dúvida a importância geoestratégica de Angola (localização e riqueza) que a precipitou para o conflito mais violento, mais sangrento e mais duradouro da África Austral, onde se digladiaram nas últimas décadas, alguns dos mais poderosos exércitos africanos, do leste europeu e do sul da América, de que a história tem memória. De realçar que estes conflitos ocorreram sob o contexto da guerra fria.

No terceiro capítulo, fazemos uma radiografia sobre os atores internos. As suas origens, as suas crenças político-ideológicas, assim como refletimos um pouco sobre as suas idiossincrasias político-ideológicas.

Qualquer acordo de paz, só pode ser consequência de um diferendo ou contenda que tenha ocorrido anteriormente. Por outro lado, nos pontos de vista de intensidade, consequências e importância não existem conflitos iguais. Comprova essa afirmação, as inúmeras batalhas que ocorreram no teatro operacional de Angola. Tal como no campo administrativo não pode haver tarefas homogeneamente urgentes, no campo militar, diplomático e político, nem todas as batalhas se revestem da mesma importância. Há aquelas que podem ser decisivas para a vida das Nações e dos seus povos. É o que aconteceu com a assinatura dos acordos de Bicesse.

Por último, abordamos sobre alguns dos principais acordos ocorridos em Angola que serviram de ponte para atravessar o Rubicão², rumo a Bicesse. A seguir a conclusão e as recomendações, está a bibliografia, seguida do glossário e finalmente, os anexos.

²- Rubicão é um pequeno rio do nordeste da Península Itálica. Por razões de segurança, lei romana estabelecia o licenciamento das suas tropas sempre que o General, Caio Júlio Cesar entrasse em Itália pelo norte. Porém, aos 11 de Janeiro de 49 aC, Cesar atravessou o Rubicão com o seu exército, em desobediência a lei do Senado, que tinha este rio como fronteira que estas tropas não deveriam atravessar. Esta atitude atirou o país para a guerra civil.

CAPÍTULO I

1-PARA UMA APROXIMAÇÃO AOS CONCEITOS DE PAZ E DE GUERRA E CONCEPTUALIZAÇÃO DERIVADA DO OBJETO DE ESTUDO

1.1.-Problematizando os conceitos de paz e de guerra

Ao elaborarmos sobre os conceitos supra mencionados, torna-se imperativo compreendermos que eles são aspetos interdependentes da mesma contradição, dentro de um mesmo fenómeno societal. Eles, a depender das circunstâncias e do tempo, podem assumir o estágio latente ou o ativo. A consistência e a durabilidade ou não de cada um destes estádios tem muito a ver, em certa medida, com o sistema político internacional vigente, que é o padrão de relacionamento entre os estados, assim como, com o tipo de paz (positiva ou negativa) que se estiver a viver no interior das linhas de um dado Estado.

A paz e a guerra são acontecimentos cujo estudo data de há séculos. Sustenta esta nossa afirmação o escritor Nye (2000:2), quando na sua obra titulada: *Compreender os Conflitos Internacionais-uma introdução à teoria e à história*, diz: as alianças, equilíbrios de poder e escolhas de políticas entre a guerra e o compromisso permaneceram semelhantes ao longo de milénios. O relato de Tucídides³sobre o combate entre Esparta e Atenas na guerra do Peloponeso, 2500 anos atrás, revela semelhanças misteriosas com o conflito israelo-árabe após 1947. Ainda na mesma linha de pensamento, Howard (2001:19) diz:

“(...) foi na Europa e por extensão na América do Norte, que se desenvolveu o tipo de pensamento sobre a guerra e a paz que domina hoje o discurso global sobre o tema. Ainda pensamos a paz e a forma de a conseguir nos termos nascidos do iluminismo⁴ europeu e que na sua maior parte pouco mudaram até hoje; o nosso pensamento sobre a guerra obedece ainda a categorias desenvolvidas por Clausewitz e a experiência do ocidente ao longo dos últimos 500 anos; estudamos a relação entre a guerra e a paz de acordo com os ensinamentos das Igrejas Cristãs dos últimos 2 mil anos e dos juristas ocidentais dos últimos 400”.

Para Nye (2003), o mundo não esteve sempre dividido num sistema de Estados independentes. Convenhamos que um dos principais direitos de qualquer Estado é o gozo da sua soberania. Quer dizer, ter o poder de decisão sobre todos os assuntos a ele

³ Tucídides- foi historiador da Grécia antiga. Escreveu a história da guerra do Peloponeso entre a Esparta e Atenas, ocorrida no século V. a. C. .Foi participante na referida guerra. Em 8 volumes historiografou a mesma guerra de uma maneira bastante concisa.

⁴- Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política.

relacionados sem interferências externas. Este desiderato ditou a criação de um sistema de interajuda entre nações no intuito de arbitrar a guerra e a paz, na ausência de um soberano comum. É a essa interajuda a que se deu o nome de *política internacional*.

Segundo Nye (2000:3) “(...) quando hoje falamos de política internacional, referimo-nos habitualmente a este sistema de Estado territorial e definimos política internacional como a política na ausência de um soberano comum, a política entre entidades sem um poder acima delas. [...] Ao longo dos séculos houve três formas básicas de política mundial (internacional), sendo: *num sistema de império mundial; num sistema feudal e; num sistema anárquico de estados*”.

Num sistema de império mundial, o governo é dominante sobre a maior parte do mundo com o qual tem contacto. O exemplo mais aproximado no ocidente foi o Império Romano. O sistema feudal substituiu o Império Romano depois da sua queda. Neste sistema, um indivíduo tinha obrigações perante um senhor local, mas podia também dever obediência a algum nobre ou bispo distante, assim como ao Papa em Roma, e as lealdades humanas assim como as obrigações políticas não eram fixadas fundamentalmente por limites territoriais. Por último, o sistema anárquico de Estados era composto por Estados relativamente coesos mas sem um poder superior acima deles. Eram exemplo disso, as Cidades-Estado da Grécia Antiga. Ainda podem ser encontrados mais exemplos na Índia ou na China no século v a.C. Grandes dinastias reemergiram na Europa por volta do ano de 1500 assim como outras formas de organização política internacional, como as cidades-estado ou ligas de territórios pouco coesas que foram desaparecendo, dando lugar ao surgimento dos *Estados modernos*, em 24 de Outubro 1648, aquando da assinatura do *tratado da Paz de Vestefália*, que estabeleceu o *Estado territorial soberano* como a forma dominante de organização internacional, proclamou o Estado como garante incontestado da ordem doméstica, e legitimador da guerra externa. Posteriormente, o Estado moderno deu aso ao surgimento do Estado contemporâneo, ou seja aquele que foi consagrado pela Revolução francesa, que inaugurou a Era Contemporânea, e que subsiste até aos dias de hoje.

O tratado da Paz de Vestefália, que para além do mais, consistiu num conjunto de diplomas que puseram fim a uma série de conflitos generalizados na Europa, é considerado o instrumento embrionário segundo o qual, uma paz duradoira, deriva de um equilíbrio de poder. Concomitantemente, a Paz de Vestefália costuma a ser o marco inicial nos currículos dos estudos de Relações Internacionais. Ela é frequentemente apontada como o marco da diplomacia, pois deu origem ao sistema moderno do Estado Nação, a primeira

vez que se reconheceu a soberania de cada um dos Estados envolvidos. A partir desta altura, e conforme sublinhamos na introdução desse capítulo, a guerra e a paz passaram a ser encaradas como aspetos inerentes a um mesmo fenómeno, de cuja interdependência dependia a solução de uma ou o acirrar de outra. Consequentemente, os meios de resolução de conflitos passaram a interessar aos vizinhos, aos amigos e até mesmo aos inimigos de ontem, porquanto vezes houve em que a solução de um dado conflito, num dado lugar, também ocasionou a solução de um outro ou, por outras palavras, trouxe a paz num outro lugar. Então, começara a ficar claro que: “*a paz e a guerra eram fruto das mesmas relações internacionais*”. Isto mesmo, também está bem patente na obra de Clausewitz, com o título: “*Da Guerra*”.

Outro dos efeitos positivos à longo termo decorrentes da paz de Vestefália, foi o surgimento a posteriori da Sociedade das Nações (SDN), aquela que foi a primeira Organização Internacional do pós primeira guerra mundial. A Sociedade das Nações ou Liga das Nações, foi uma Organização Internacional fundada em 28 de Abril de 1919, em Versalhes, Paris, onde as potências vencedoras da primeira guerra mundial se reuniram para negociar um acordo de paz e aprofundar a ideia de paz duradoura. Porém, a sua institucionalização só aconteceu em 28 de Junho do mesmo ano, quando foi assinado o tratado de Versalhes, com a participação e aceitação de 44 estados. A sua criação foi baseada na proposta de paz, conhecida como 14 pontos, ou ainda, 14 pontos Wilsonianos, da autoria do então Presidente dos EUA, Sr. Woodrow Wilson, elaborados em 8 de Janeiro de 1918. Estes 14 pontos, propunham as bases para a paz e a reorganização das RI ao fim da primeira Guerra e o pacto para a criação da SDN. Mas, infelizmente, a SDN nasceu já como um nado morto, porquanto, o seu principal progenitor, por inviabilização do Congresso do seu país (EUA), acabou não fazendo parte dela.

Conforme já nos referimos, o Estado moderno nascera com a assinatura do tratado de Vestefália, e foram vários os precursores que elaboraram sobre o mesmo. Ocorre-nos citar por exemplo: Thomas Hobbes; John Locke; Max Weber, óbvio, com conceitos diferentes, cujas formas principais de conceção eram duas, que se foram descompondo: *a liberal*, concebia um Estado neutro que realizasse o bem comum. Uma instituição política que estivesse acima das classes sociais, e responsável pelo aperfeiçoamento da sociedade, no seu conjunto, e; *a marxista*, que se fundamentava na existência de classes, onde os interesses são antagónicos. Ainda segundo os marxistas, o Estado é uma instituição política controlada por uma classe social dominante, e que representa, o predomínio dos interesses dessa classe sobre o conjunto da sociedade. (Em, http://pt.wikibooks.org/wiki/Estado_moderno).

A teoria de Thomas Hobbes procurava as origens do Estado, sua razão de ser, e a sua finalidade. O Estado soberano significava a realização máxima de uma sociedade civilizada e racional. Ele defendeu que em estado natural, sem o jugo político do Estado, os homens viveriam em liberdade e igualdade segundo seus instintos. Somente o Estado, um poder acima das individualidades, garantia a segurança a todos. O egoísmo, a crueldade e a ambição, próprios de cada homem, gerariam uma luta sem fim, levando-os a destruição. Percebendo que desta forma seriam destruídos, os homens fazem um pacto, um contrato, que impede a sua ruína e vise o bem geral.

Para John Locke, o homem é livre no estado natural, porém, temendo que um homem tentasse submeter o outro a seu poder absoluto, este delegou poderes a um Estado, através de um contrato social, para que esse assegurasse seus direitos naturais, assim como a sua propriedade. Para ele, o Estado pode ser feito e desfeito como qualquer contrato, caso o Estado ou o Governo não o respeitarem.

Já Max Webber, caracterizava-se pela crítica ao materialismo histórico, que dogmatiza e petrifica as relações entre as formas de produção e de trabalho e as outras manifestações culturais da sociedade, quando na verdade se trata de uma relação que, a cada vez, deve ser esclarecida segundo a sua efetiva configuração.

Entre as características do Estado moderno (que se mantem até aos dias de hoje), mencionamos:

- Soberania do Estado; a autoridade é total, dependente só e só de si mesma. Ninguém pode impor nenhuma decisão ao Estado.
- Distinção entre Estado e sociedade civil; Durante o Sec. XVII, esta distinção foi evidenciada com a ascensão da burguesia.
- Burocracia administrativa; no início da Idade Moderna, assim como acontece nos dias de hoje, foram criados grupos de funcionários que exerciam cargos de administração pública, a mando dos governantes. Mas com a crise do feudalismo, os cargos mais altos passaram a ser desempenhados pela nobreza próxima aos Reis e pela burguesia rica, que conseguia comprar os títulos da nobreza.
- Tropas permanentes; criaram-se forças militares únicas, totalmente dependentes do Estado, tendo como um dos objetivos centrais, a defesa do Estado contra os inimigos estrangeiros. As forças individuais pertencentes aos senhores feudais, foram extintas.
- Unificação das leis e da aplicação da justiça; o Governo monárquico criava leis e as aplicava em todo o território sob seu domínio.

- Unificação do sistema tributário; foram criadas taxas e impostos obrigatórios em todo o território para financiar os gastos com o exército e outras estruturas administrativas, que permitiam a gestão administrativa e funcionamento do Governo. Mas, como em algumas sociedades, alguns nobres e membros do alto clero continuaram isentos de pagamentos destas tarifas.

Ora, o reconhecimento da soberania dos Estados, implicou a assunção pelos mesmos, dos seus interesses políticos, económicos, financeiros, religiosos, e não só. Quer isso dizer que, as causas dos conflitos deixaram de ser personificadas. Mudaram de natureza e passaram a engajar os Estados Nação como uma entidade una e indivisível na defesa dos seus interesses. Esta prática, começou a mostrar que havia a necessidade de criar uma maneira qualquer, uma disciplina, digo, conceitos e regras que pudessem governar a solução de problemas entre vários Estados Nação, sempre que assim a situação o exigisse. Neste contexto, alguns dos grandes académicos da época tais como: Richmond, Nye, Guilherme de Occam, Johan Galtung⁵ e outros, passaram a desenvolver estudos sobre a teoria das relações internacionais (que cuidam do relacionamento internacional entre nações), fundando-a em 1919, enquanto disciplina académica. Esta disciplina orientaria igualmente os estudos sobre a paz, com o intuito de encontrar mecanismos que erradicassem os conflitos armados e criassem condições para uma paz permanente e positiva. Para eles, as Relações Internacionais, era uma ciência social aplicada: tal como a medicina estudava as formas de curar o corpo humano, as relações internacionais tratavam de descobrir formas para curar os males de que padecia o sistema internacional.

Assim, o ambiente académico e político gerado depois da primeira guerra mundial, urgiu os EUA a produzirem conhecimento científico útil que a ajudasse a definir a sua política externa. Foi assim que as *RI, nos EUA, se tornaram num campo de estudo central*, enquanto ciência social. Houve grandes debates que ajudaram grandemente a construir a identidade da disciplina, percorrendo conceitos e teorias sobre : idealismo / realismo; tradicionalismo / cientismo ; pluralismo-marxismo / neo - liberalismo / neo - realismo; teorias dominantes/ críticas / normativas - positivismo / pós- positivismo; e racionalismo / construtivismo.

Com efeito, as RI como disciplina científica autónoma surgiram no início do século XX, nomeadamente no Reino Unido (RU) e nos EUA. Na realidade, apesar de desde 1859 se ter criado a Chichele Chair of International Law and Diplomacy em Oxford, e a Associação

⁵ Johan Galtung, é considerado o pioneiro nos estudos da paz. Reconhecido internacionalmente como o fundador da disciplina académica “Pesquisa de Paz”. É Norueguês, doutorado em sociologia e matemática. Em 1958 Fundou o Instituto de Paz em Oslo, e em 1964, o Journal of Peace Research. Esteve presente na mediação e prevenção da violência, em 45 conflitos.

Americana de Ciência Política se ter fundado em 1904, só mesmo em 1919 é criado o primeiro departamento e cátedra em RI na Universidade de Gales em Aberystwyth. Depois seguiram-se outras instituições privadas e estatais, como por exemplo: o Royal Institute of International affairs (Catham House), o Council of Foreign Relations. Mas foi nos EUA, inicialmente nas Universidades de Columbia, Georgetown e de Chicago, a que rapidamente se seguiram todas as grandes Universidades americanas, com particular destaque para as Universidades de Harvard, Stanford, Michigan, Yale, John Hopkins e Princeton.

No ponto de vista prático das RI, como nos referimos atrás quando falamos do Estado Moderno, houve académicos que expressaram a sua desconfiança sobre a convivência pacífica entre os homens. Por exemplo, Thomas Hobbes dizia: (...) *“o egoísmo, a crueldade e a ambição, próprios de cada homem, gerariam uma luta sem fim, levando-os a destruição”*. John Locke acrescentava dizendo: (...) *“porém, temendo que um homem tentasse submeter o outro a seu poder absoluto, os homens delegaram poderes a um Estado”*. Nesta ótica, é consabido que, no fim da primeira grande guerra mundial, muitos académicos convenceram-se que era necessário construir uma nova ordem internacional que evitasse a possibilidade de as guerras mundiais voltarem a acontecer porque, sopesando os resultados destas, estava claro que com o desenvolvimento da tecnologia, o homem fabricaria armas mais mortíferas, capazes de pôr em causa a sua existência na terra.

Por isso, num esforço conjunto traído por algumas, a maioria das nações tentava de entre as várias teorias das RI, buscar aquela que mais se aproximava a realidade (teoria normativa) cujos princípios permitissem a análise e soluções possíveis e desejáveis no quadro prático das RI. Por outras palavras, o sentido prático das RI, resulta no emprego prático das várias teorias e conceitos, transformadas em políticas públicas de promoção da paz, desenvolvimento e da solução de vários conflitos que têm grassado o mundo.

De facto, a nosso ver, as relações internacionais (RI), desde a sua fundação, acopladas ao estudo das teorias de paz, têm vindo a fazer um trabalho titânico e louvável no que concerne a valorização da vida humana. O exemplo é o fim das duas guerras mundiais. Pese embora tenha havido vitória militar de um dos lados em conflito, em parte, foram as RI que jogaram o papel importante, para que até hoje se tenha conseguido evitar a utilização de mais bombas atómicas, que teriam dizimado a humanidade. Aliás, o exemplo mais recente da importância das RI na resolução de conflitos, é a atual crise da guerra Síria. Aí, apesar da situação de guerra ter evoluído negativamente obrigando a intervenção dos EUA, Reino Unido, França e Turquia com aviões de guerra, por causa da invasão de um grupo autoproclamado de *“Estado Islâmico (EI)”*, que busca a hegemonia com a proclamação de um

califado⁶ na região, sob comando de _Bakr al- Baghdadi, os EUA, Rússia, China, os países ocidentais e alguns países da região do médio oriente com interesses vários na área, utilizando os mecanismos de concertação das RI, têm-se desdobrado em contactos, na busca de soluções plausíveis no intuito do mesmo conflito não se generalizar, o que poderia ter consequências nefastas para o planeta, considerando a capacidade militar das várias partes que têm interesses económicos e de segurança na região.

Mas, sem retirar o mérito à diplomacia na procura de uma paz duradoura no mundo, nem tudo são vitórias do campo das RI e da Diplomacia. Há situações em que estas não conseguiram evitar a guerra, como por exemplo: a guerra da Coreia (1950-1953); guerra do Laos (1953-1975); guerra do Vietnam (1955-1975); guerra do Cambodja (1967-1975); guerra Irão-Iraque (1980-1988), e provavelmente outras que nos tenham escapado.

Poderíamos encontrar muitos adjetivos. Mas, no essencial, se de entre estes adjetivos as RI encontrassem e corporizassem aqueles que possam evitar a guerra e trazer a paz não só de fato, mas também de jure, então estar-se-ia a cumprir com o principal propósito das relações internacionais e dos estudos para a paz. Estes (guerra e paz) são os conceitos que pretendemos vincar neste trabalho de investigação.

A questão da guerra e da paz remete-nos para a *teoria de evolução enunciada por Charles Darwin, segundo a qual, uma espécie evolui de outra, mais primitiva*. Entre a guerra e a paz, quem vem primeiro? A resposta talvez fosse: são aspetos do mesmo fenómeno que se alternam. Apesar de nos parágrafos anteriores ter vagueado genericamente sobre o tipo de paz apetecível, nos próximos privilegiaremos a abordagem sobre as origens da guerra que, segundo alguns antigos pensadores, é tão antiga quanto a existência do homem, tendo como origem uma miríade de razões, como por exemplo: religiosas; patrióticas; de conquista; económicas, etc.

Segundo Howard (2001:13):

“A guerra parece ser tão velha como o homem. [...] As provas arqueológicas, antropológicas e documentais de que dispomos indicam que a guerra, o conflito armado entre grupos politicamente organizados, tem sido a norma universal ao longo da história humana. Torna-se irrelevante saber se isso resulta de uma agressividade inata, ou se essa agressividade nasceu da necessidade de lutar pela posse de bens escassos como a água e a terra. Talvez Rousseau tivesse razão ao sugerir que, num mítico estado natural, os homens eram pacatos, e só se tornaram belicosos ao desenvolver relações sociais; mas as relações

⁶ Califado, é a forma islâmica monárquica de governo. Representa a unidade e liderança política do mundo islâmico.

sociais eram imprescindíveis para a sua sobrevivência. O que Kant chamou a «sociabilidade associal» do homem, criou automaticamente tanto o conflito como a cooperação”.

Como dissemos, as origens da guerra podem ser várias. Aqui, socorremo-nos da intervenção proferida no âmbito do colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, no Instituto da Defesa Nacional, pelo professor, Couto (2000:21):

As várias concessões sobre as origens da guerra podem agrupar-se em três grandes categorias: as de natureza filo-providencialista ou teológica; as bio-sociológicas; e as evolucionistas.

Nas concessões teológicas, a guerra faria parte das forças que trabalham para um fim último fixado por Deus, ou pela providência ou pela própria história, devendo ser interpretada à luz do movimento para esse fim último. Quer a explicação seja religiosa- um coletivo sacrifício de sangue inerente a várias religiões, um ordálio ou uma forma de expiação pela qual Deus pune e corrige os homens; quer seja metafísica- forma extrema de superação de conflitos e de progressivas integrações de povos e de culturas com vista a unificação da humanidade e a uma paz universal.

No âmbito do acima exposto, no século IV por exemplo, a guerra no contexto da religião, era vista por Santo Agostinho,⁷ como uma prática que tinha de ser aceite como parte da condição decaída do ser humano, simultaneamente cidadão da cidade de Deus e de um reino terreno que, apesar de todas as suas imperfeições, desempenhava um papel essencial no propósito divino e que por isso tinha o direito de impor as suas próprias condições.

Corroborando, Howard (2001:21) escreveu que: “A guerra contra os inimigos do cristianismo era inteiramente justificada- o Antigo Testamento oferecia justificação abundante, além de orientações quanto a forma de a travar- e mesmo a guerra interna entre cristãos devia ser aceite como parte desta condição humana. [...] Basicamente, a função da guerra era assegurar ou reestabelecer a ordem secular santificada pela Igreja; [...] Quem combatia, servia os desígnios de Deus de forma em tudo idêntica a quem rezava ou trabalhava”.

Prosseguindo com o pensamento de Couto (2000:21):

As concessões de natureza *bio-sociológica* radicam a guerra na estrutura biológica do homem ou assentam numa organização organicista das sociedades humanas. Para uns,

⁷-Santo Agostinho, foi um dos mais importantes teólogos e filósofos dos primórdios do cristianismo. Suas obras foram muito influentes no desenvolvimento do cristianismo e filosofia ocidental.

integra-se no quadro de um darwinismo social, dominado pela luta pela conservação da vida e sobrevivência do mais forte; para outros, é o resultado do instinto de conservação, mas também da vontade de domínio e ambição de poder, da agressividade, da violência intraespecífica; [...] ou da concessão que sociedades e civilizações estariam submetidas ao mesmo ciclo de indivíduos- nascimento, desenvolvimento, pujança, decadência e morte.

Para estas concessões, a guerra é um fenómeno inevitável, constituindo o que poderemos chamar uma “fatalidade inferior”.

Outra das origens da guerra são as *teorias evolucionistas*. Estas dissociam-se de toda a explicação de natureza teológica, metafísica ou biológica. Encaram a guerra como um produto de fatores espirituais e materiais das sociedades dos homens, fatores estes que podem evoluir, mas que são passíveis de controlo e orientação. Estas teorias parecem-nos mais realistas e ajustadas aos tempos que vivemos. Ainda de acordo com (Couto,200:24-25):

“ Na ótica das teorias evolucionistas, a paz perpétua seria possível, pelo menos a longo prazo. As principais explicações evolucionistas radicam o fenómeno da guerra:

- (1) Nas características do sistema internacional, colocando a ênfase: ou nas diferenças de poder entre os vários atores; ou na existência de sociedades politicamente não realizadas; ou no próprio sistema de Estados, isto é, na diversidade e pluralidade: ou nas insuficiências do Direito Internacional; ou nas suspeições, preconceitos, opacidades e carências de comunicação existentes no seio do sistema; ou na insipiência e insuficiência das organizações internacionais.
- (2) Na existência de armas ou nos interesses do chamado “complexo militar industrial”
- (3) No subdesenvolvimento económico-social.
- (4) Na existência de classes sociais ou no imperialismo, como subprodutos do capitalismo.
- (5) Nas pressões demográficas, figurando a guerra como um dos 4 cavalos do Apocalipse.
- (6) No subdesenvolvimento educacional ou na errada orientação do seu subsistema.
- (7) Na busca da paz, como forma racional, entre outras, de resolução de um conflito.

Bernardino (2013), refere que: (...) *“importa ainda assim reter que as raízes dos conflitos assentam a sua génese numa complexidade crescente de múltiplos fatores intimamente interligados, que em conjuntura e associados a questões de ordem social e económica, relacionados com a preservação de valores, quer seja no âmbito das ideologias ou das religiões, são fatores que os condicionam”*. Por outro lado, para Reyhler, citado por Bernardino (2013:137), noutra perspetiva, numa concessão mais clássica, realista e abrangente, o termo “conflito” é definido como (...) *“um intrínseco e inevitável aspeto da mudança das sociedades, como uma expressão da heterogeneidade de interesses, valores e*

crenças que reside nos constrangimentos gerados pelas revoluções sociais “. E Clausewitz (1997:122), corrobora bem com esse parecer, quando diz, “(...) *a guerra (conflito) não pertence nem ao campo das artes, nem ao das ciências, mas ao campo social*”. No entanto, hoje, a forma de fazer a mesma guerra, pertence à uma ciência e aqueles que a fazem, mormente os que a comandam, tem de ser autênticos artistas.

Afinal, infelizmente, a guerra é um fenómeno que convive com o homem há muito tempo. Se de um lado ela pode ser compreensível porque os homens não são homogêneos na sua forma de pensar e nas suas necessidades, por outro, ela é uma praga que anda de mãos dadas com a violência (na sua forma multiforme), esta que destrói o bem mais precioso do mundo, a vida. Galtung identifica, assim, o designado triângulo da violência, ao qual faz corresponder o triângulo da paz, em que a distinção dos vértices é efetuada com base nas temporalidades distintas que os animam.

No seu mapeamento da violência usa dois eixos sendo: *por um lado, o eixo pessoal estrutural; por outro, o eixo direta-indireta*. A violência em que existe uma clara relação entre o sujeito e o objeto é manifesta, ou seja, é visível e direta enquanto ação, podendo ser verbal ou física. Quando não existe este tipo de relação, a violência é estrutural, indireta, resultante da desigual distribuição do poder e tem na repressão e na exploração as suas expressões concretas. A estrutura é o meio através do qual a violência é transmitida.

Ele distingue também entre três níveis de violência: *a violência manifesta; a latente e; a cultural*. A violência manifesta, seja pessoal ou estrutural, é observável. A violência latente é algo que não observamos mas que existe, e pode surgir, dada a instabilidade a qualquer momento. A primeira é mais visível, a segunda é silenciosa. A violência direta atinge diretamente os seres humanos, em resultado da ação dos outros. A violência estrutural atinge indiretamente os seres humanos, em resultado de estruturas repressivas. Quando a estrutura é ameaçada, aqueles que beneficiam da violência estrutural tenderão a preservar o *status quo* de modo a proteger os seus interesses.

Define *a violência cultural* como sendo, qualquer aspeto ou elemento de uma cultura, da esfera simbólica da nossa existência, que pode ser usado para legitimar socialmente a violência na sua forma direta ou estrutural. A violência cultural faz com que a violência direta e estrutural sejam assumidas como corretas, ou que pelo menos não pareçam erradas, mas sim como uma forma de vida das pessoas desta sociedade, sendo que, a violência direta é um facto, sente-se na carne, a violência estrutural faz parte de um processo e a violência cultural, é uma forma permanente. Por exemplo, faz-nos acreditar e admitir, que vejamos que a exploração, a injustiça, ou a repressão a que podemos estar sujeitos sejam normais. Que

admitamos como normal e correto, por exemplo, a perpetuação de alguns dirigentes no exercício do poder. (Galtung, 1969: 173).

Falemos agora sobre a paz. Afinal o que é a paz, palavra pequena, composta só por três letras, sem a qual a vida deixa de ter sentido? Sem a qual não é possível o desenvolvimento humano? Existem vários modelos de paz, esta que, no seu sentido mais amplo, corresponde à soma da paz direta, paz estrutural e ainda a paz cultural.

No quadro da abordagem internacional, a fim de se evitar a guerra e promover a segurança e a paz internacional, aos teóricos das Relações Internacionais e da Estratégia são caros três sistemas: *O do equilíbrio estratégico ou balanço de poder; o da segurança coletiva, e o do Governo Mundial.*

Destes, abordaremos só os primeiros dois, sendo que, pelo andar das coisas, o terceiro ainda é só uma miragem. Segundo Couto (2000:25):

O primeiro, o da segurança e da paz pelo *equilíbrio estratégico*, defendido pelos adeptos da chamada “*escola realista*”, assenta na ideia central de que a paz resultará do fato de o poder, especialmente o militar, se encontrar distribuído e organizado de forma que nenhum Estado seja suficientemente forte para poder dominar os outros. Se um Estado, ou aliança adquire poder bastante para ameaçar e se impor a outros, tal impelirá os estados que se sentem ameaçados a aliarem-se e a contrabalançarem o poder ameaçante.

Este sistema serviu de apanágio internacional desde a paz de Westefália até a segunda guerra mundial e dominou também o longo período da *guerra fria*, através da doutrina de dissuasão assente no “*equilíbrio do terror*”.

O segundo sistema, o da *segurança coletiva*, era defendido pela chamada “*escola idealista ou liberal*”, assenta no princípio de que uma agressão a qualquer Estado membro do sistema deve ser encarada como um ataque a todos os restantes. É a aplicação do lema “um por todos, todos por um” que implica:

- a criação de uma Organização Internacional que identifique os atos de agressão e organize uma resposta contra os mesmos;
- a capacidade de retaliar contra qualquer agressão e de a neutralizar;
- o envolvimento de todos os membros do sistema.

Esta teoria teve expressão prática na liga das Nações; desacreditou-se com uma série de episódios militares que precederam e culminaram na segunda Guerra Mundial; e foi retomada em novos moldes, com a criação da ONU. (Couto, 2000:26).

Correia (2010:13), fala de paz como a ausência de conflito armado, como o contrário da guerra. Invoca-se também a paz como ausência de conflito aberto, à sombra da qual se

travam conflitos indiretos como era o caso da paz entre as superpotências durante a Guerra Fria. Refere-se a paz com o sentido de pôr fim a um conflito, chegar à paz, assinar a paz. Paz é também entendida como a situação que decorre de um acordo, a situação de paz formal, que em geral não é mais do que o intervalo entre a última guerra e a próxima. Mas há também a paz que resulta do esmagamento do outro pela força, que é a paz imperial.

ARON, Raymon, **apud**, CORREIA (2010:291-293), no seu livro “Paix et guerre entre les Nations”, propõem uma trilogia da paz como segue:

• (...) *A paz pela força, em que paz e guerra assentam no mesmo princípio, o do poder. A paz, como a guerra, resulta da capacidade de uma das partes para agir sobre a outra ou sobre as outras. Deste tipo de paz pela força podem resultar três situações de paz distintas:*

- 1- *Situação de equilíbrio, quando o potencial das duas partes é semelhante e, por isso, elas se anulam reciprocamente;*
- 2- *Situação de hegemonia, quando o potencial de uma das partes domina a outra ou as outras;*
- 3- *Situação de império, quando o potencial de uma das partes ultrapassa, de tal forma, todas as restantes, que estas perdem a autonomia de decisão política”.*

O mesmo, concluindo sobre este tema diz: [...] “*falta promover um novo tipo de paz, a paz autêntica. Um tipo de paz do qual resulte uma situação que sendo, também, de ausência de guerra, não se trate de tornar a guerra impossível, mas sim de torna-la desnecessária, porque passa pela eliminação das causas da guerra. É o que se pode chamar a paz pela razão, em que prevaleça a justiça no seu sentido lato, total e para todos*”.

Ainda, na visão de Galtung (1966), um dos pressupostos da paz, é:

(...)“*que a paz seja, também, a condição para que os conflitos possam ser transformados criativamente e de forma não violenta, isto é, cria-se a paz na medida em que é possível transformar os conflitos em cooperação, de forma positiva e criadora, reconhecendo os opositores e aplicando uma metodologia de diálogo*”.

Portanto, na perspectiva de Galtung, a simples ausência da guerra, equivale à paz negativa. Porque, a ausência da guerra por si só pode encobrir injustiças profundas que, caso não se tente a sua resolução, podem dar origem a potenciais conflitos violentos. E, a ausência de violência equivale à paz positiva, porque gera a justiça social, harmonia,

satisfação das necessidades básicas, autonomia, diálogo, solidariedade e integração e equidade. (Ver figura nº02)

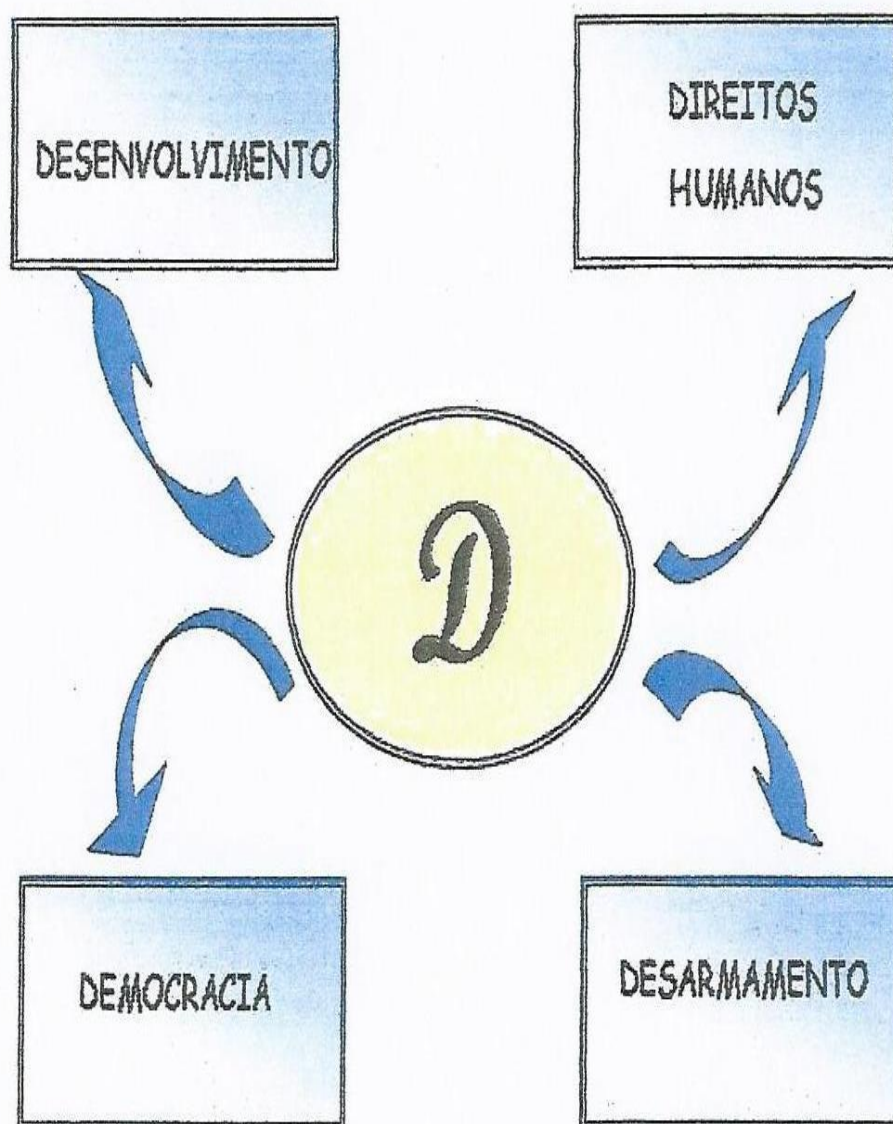
Na mesma ótica, embora a paz plena seja tida como um objetivo inalcançável, toda a atuação humana deve ser orientada para esse fim. Muitos estudos desenvolvidos no âmbito dos Centros de Investigação para a paz, e numa perspetiva mais didática, reportam-se à paz como a conjugação e interação de diversos “D”. (Baltazar, 2006:20-22)⁸.

Esses diversos “D” correspondem ao: *desenvolvimento; direitos humanos; democracia e; desarmamento*. De acordo Saudade Baltazar, a ausência de um destes “D”, é fator de violência, quer a nível pessoal, social ou internacional. Por isso, a paz pode ser entendida como o processo de fortalecimento de cada uma delas, e que por sua vez se reflete aos conceitos de segurança, identidade ou dignidade. (Ver figura nº01)

⁸ - Professora Dra. Maria da Saudade Baltazar, é professora auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. É autora do artigo, intitulado: (Re) Pensar a Sociologia dos Conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e ou paz positiva, publicado na Revista “Nação e defesa. Aí elabora com substância estes dois conceitos, de paz negativa e paz positiva.

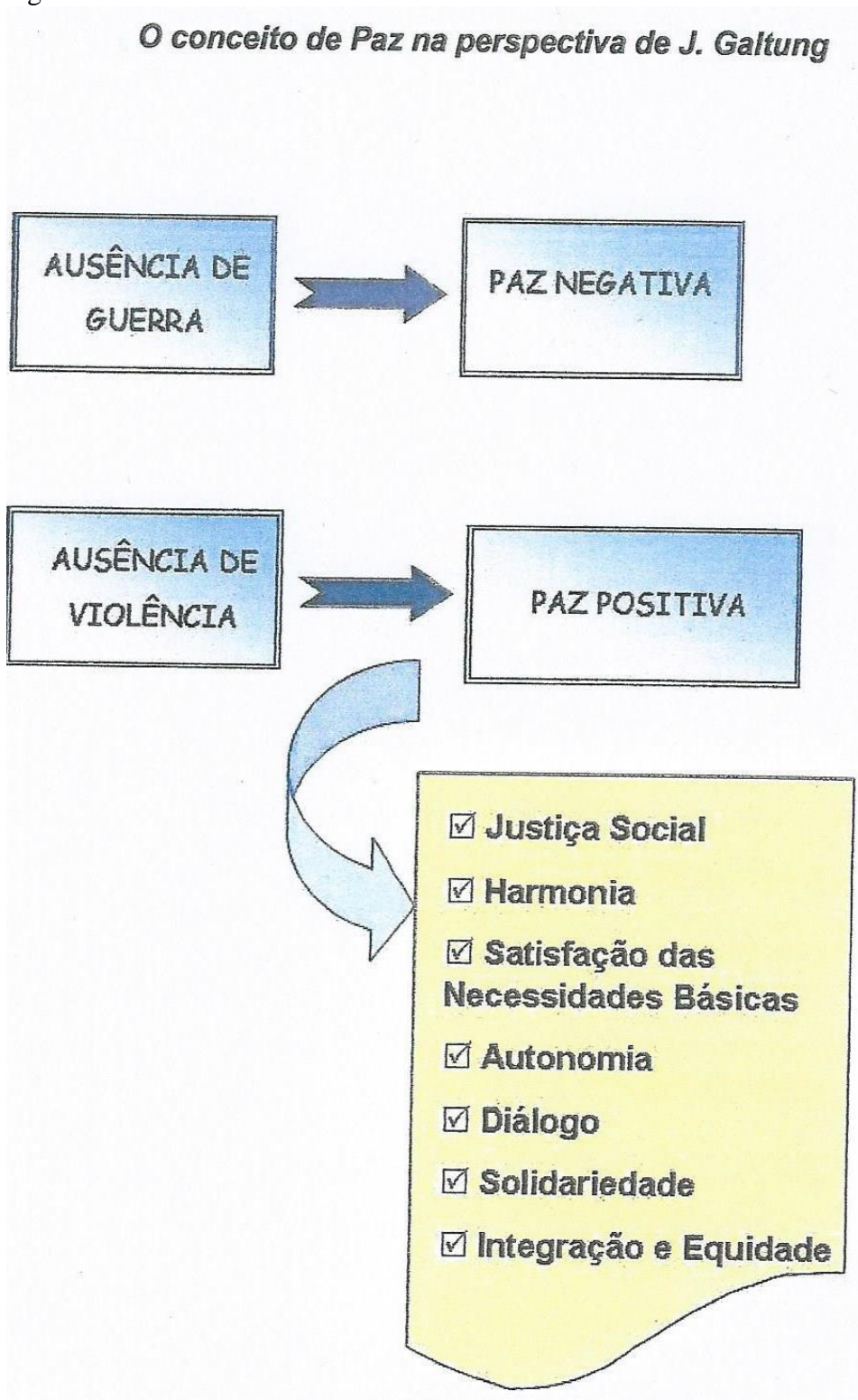
Figura 1

A quádrupla dimensionalidade da Paz



Fonte: Baltazar, (2006).

Figura 2



Fonte: Baltazar, (2006).

Mas, infelizmente, a paz que hoje se vive numa grande parte dos países do mundo, é uma paz hegemónica. É uma paz que é imposta e que legitima o exercício de um dado poder. Podemos ser irrealistas mas, o ideal era criar-se um quadro, digo, um sistema mundial que estabelecesse o conceito de uma paz plural e heterogénea. Uma paz inclusiva e simétrica. Uma paz não só militar (onde as armas e os canhões se calam), mas e sobretudo, uma paz social. Uma paz rica, onde a riqueza ao invés de se constituir numa das causas dos conflitos, constituir-se-ia na condição *sine quanon* para a solução destes, porquanto traria o bem estar material, consequentemente, o bem estar social e moral, rumo ao desenvolvimento sustentável. Uma paz prática e genuína. Em suma, e como diz e bem, Baltazar (2006): uma paz positiva, porque esta significaria: justiça social; harmonia; satisfação das necessidades básicas; autonomia; diálogo; solidariedade e; integração e equidade. E não uma paz negativa que simplesmente significaria a ausência da guerra.

Regressemos ao conceito de guerra/conflito que vínhamos desenvolvendo atrás. Quando abordamos este conceito, numa perspetiva genérica, podemos inferir que ele é inerente a vida humana. As diversas mudanças a que o homem ficou sujeito ao longo do seu desenvolvimento fizeram com que ele se apercebesse que a satisfação total das suas necessidades (com bens) passava pela luta, pela defesa destes mesmos interesses. Ora, como as necessidades de um ser humano satisfazem-se com os bens materiais, mas estes são limitados pelas circunstâncias objetivas do mundo objetivo externo, considerando o facto de as necessidades do homem serem ilimitadas, sendo os bens limitados e a vontade do homem ilimitada, nestas circunstâncias, o conflito em torno dos bens torna-se numa realidade. Afinal, o conflito está intimamente ligado á ideia de interesse (vontade do homem), uma vez que decorre dele. E aqui, Kant, citado por Howard (2001:41-42) faz jus ao nosso juízo como segue:

[...] “o homem fora esculpido a partir de um << tronco torto>>, impossível de endireitar. Concorde com os seus contemporâneos em que o problema mais imediato era representado pela predominância dos regimes monárquico-aristocráticos para os quais a guerra era uma forma natural e desejável, e o primeiro passo para estabelecer a paz consistia na construção do que ele chamava Estados < < Republicanos >>; não necessariamente estados em que as monarquias tivessem sido depostas, mas onde a constituição garantisse que antes de se declarar uma guerra, deveria consultar-se o povo que a iria pagar e combater. [...] A paz tinha que ser construída. A sua consumação última estaria muito longe, se é que alguma vez se daria. A humanidade encontrava-se apenas no princípio do que hoje chamaríamos << um muito longo processo de paz>>.

Por outras palavras dissemos que não existem nem pessoas, nem interesses iguais. Nem mesmo os gémeos verdadeiros são iguais. Por este facto, estes possuem descrições pessoais particulares da sua realidade. Consequentemente expõem pontos de vista diferentes, muitas das vezes coludentes. Assim, pode-se dizer que as guerras/conflitos ocorrem quando ao menos duas partes independentes percebem que os seus objetivos são incompatíveis, por conseguinte, descobrem a necessidade de interferência de uma terceira parte (mediação) para alcançar as suas metas.

Na caracterização dos conflitos, estes podem atingir vários níveis de maturação, sendo um deles, o dos conflitos armados. Neste trabalho, e porque o nosso tema alude-se ao conflito armado havido em Angola desde 1975 até 1991 altura em que foram assinados os acordos de paz de Bicesse, interessa-nos aprofundar esta mesma vertente, de sorte a procurarmos entender as suas raízes profundas, para que consigamos identificar as causas, as consequências, como controlar o seu desenvolvimento e prevermos os seus métodos de solução, com base nos métodos de resolução dos conflitos, no quadro das relações internacionais.

Nesta linha de pensamento, podemos socorreremo-nos de um artigo de opinião do Comité Internacional da Cruz Vermelha- CICV, datado de 2008, que diz (...) “*Os Estados das Convenções de Genebra de 1949 confiaram ao CICV, mediante os estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a tarefa de trabalhar para a compreensão e difusão do conhecimento do Direito Internacional Humanitário, aplicável a conflitos armados, e preparar seu eventual desenvolvimento*”. Em, (<https://www.google.com/#9=artigo+5+dos+estatutos>)

De salientar que as sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho comportam-se como auxiliares das autoridades públicas dos seus próprios países no campo humanitário e prestam serviços como socorros em casos de catástrofes, assim como programas de saúde e de assistência social. Em tempo de guerra as sociedades nacionais assistem a população civil e, dependendo dos casos, podem dar apoio aos serviços médicos do exército.

O Direito Internacional Humanitário-DIH (este que no seu primeiro ponto corrobora com a abordagem do nosso tema), divide os conflitos armados em duas categorias:

- Conflitos armados internacionais, em que dois ou mais estados se confrontam.

Os conflitos internacionais subdividem-se, em jurídicos e políticos. Os conflitos jurídicos seriam aqueles oriundos do desacordo a respeito do entendimento e da aplicação de um direito já existente. Os conflitos Políticos, seriam aqueles advindos da vontade de uma das

partes mudar esse direito. Os meios políticos distinguem-se dos meios jurídicos pelo facto da solução advinda daquele primeiro não envolver o direito em nenhum ponto. (Cavalcanti, 2005:19).

- Conflitos armados não internacionais. Estes normalmente ocorrem entre as forças governamentais de um dado país e grupos armados não-governamentais, ou ainda somente entre estes grupos não-governamentais.

1.2.- Os Meios de Resolução de Conflitos

Quando atrás elaboramos sobre o conceito de guerra/conflito, dissemos que este era inerente a vida humana, pois as pessoas (vivendo em sociedade) eram diferentes, possuíam descrições pessoais e particulares de sua realidade e, conseqüentemente expunham pontos de vista distintos, muitas das vezes coludentes. Também dissemos que a guerra/conflito estava intimamente ligada a ideia de interesse, uma vez que dele decorre. Assim, como os interesses dos homens são distintos e diversos, este mesmo homem viu-se na contingência de criar regras de convivência em sociedade para acabar com os mesmos conflitos. O homem viu-se na necessidade de disciplinar determinada conduta em sociedade. Viu-se na obrigação de descobrir os meios para a resolução destes mesmos conflitos.

Como dissemos na introdução, são raros os casos em que os conflitos terminam em vitórias militares de uma parte sobre a outra. O que é recorrente é, as partes intervenientes fazerem recurso aos meios de resolução de conflitos, dando credibilidade ao princípio segundo o qual, independentemente da intensidade do conflito, independentemente de quem esteja em vantagem ou desvantagem no campo militar, regra geral, para o fim efetivo de qualquer conflito, a utilização de um destes meios é incontornável.

Outrossim, Francisco da Cruz (2014)⁹, numa palestra havida na ESG, dizia (...) “*A resolução de conflitos internacionais é mais difícil e complexa do que os privados por envolverem entidades soberanas. Esta qualidade, pela qual o Estado não se subordina a qualquer outra entidade exterior, cria grandes desafios no processo de identificação de soluções para as controvérsias. De facto, é não só politicamente difícil para um governo aceitar uma derrota no plano internacional, mas também juridicamente complicado se impor uma decisão desfavorável contra a vontade de um Estado*”.

⁹ - Francisco da Cruz, é Diretor da Direção América, no Ministério das Relações Exteriores. Os excertos acima citados, são parte do discurso que ele proferiu aos 22 de Agosto de 2014, na Escola Superior de Guerra, em Luanda, à um grupo de Generais e Almirantes, que participavam no curso de Estratégia e Arte Operativa, com o título: Os novos conflitos mundiais e as soluções internacionais.

Continuando, dizia: (...) *“porém, devemos ter em atenção que o sistema jurídico internacional que legitima o poder soberano e afirma o dever dos Estados de respeitarem a soberania uns dos outros, é o mesmo direito internacional ao qual os Estados se encontram submetidos. Por isso não se pode invocar a soberania para justificar o desrespeito ao direito internacional”*.

Ainda, para Da Cruz, são fundamentalmente quatro os meios de solução de conflito:

- Diplomáticos;
- Políticos;
- Jurisdicionais ou jurídicos;
- Coercitivos

Para Bernardino (2013), (...) *“a resolução de conflitos acontece em etapas mais avançadas da sua curva, quando este ultrapassa o limiar da violência e escala para uma situação de crise, podendo chegar em última análise ao conflito armado, guerra”*. Continuando, o autor diz que: (...) *“Neste âmbito, carece em regra de medidas mais urgentes, com maior robustez e realizadas normalmente sobre a égide de uma terceira parte internacional, regional ou sub-regional credível. Uma terceira parte que não só pretende mediar o conflito, como poderá ser o interlocutor privilegiado da sociedade internacional, para essa contenda/conflito e essa região, assumindo a liderança conjugada das dinâmicas pacificadoras no contexto regional”*.

Nesta ótica, e de acordo com Cavalcanti, citando (MAZZUOLI,2004:32), (...) *“o quadro da solução pacífica dos conflitos internacionais, melhorou substancialmente com o surgimento da Organização das Nações Unidas, que passou a funcionar como um órgão com poder de jurisdição obrigatória, que de entre outros, tinha como propósitos principais: a preservação das gerações vindouras do flagelo da guerra; estabelecer condições sobre as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras formas de direito internacional possam ser mantidos, e; evitar ameaças à paz e reprimir atos de agressão”*. Aqui, também importa referir que, nos últimos tempos a O.N.U., tem feito um esforço titânico para privilegiar a estratégia de prevenção de conflitos, isto é, procurar evoluir de uma cultura de reação a conflitos armados e confrontações violentas para uma estratégia de passos ativos visando evitar a sua eclosão.

Bem entendido, existem vários métodos de resolução de conflitos. De entre estes mencionamos os seguintes: a negociação; os bons ofícios; a mediação; o inquérito e a conciliação no rol dos meios diplomáticos; o uso dos Órgãos Políticos das Nações Unidas e os esquemas Regionais especializados figuram nos meios políticos e; nos meios jurisdicionais a

arbitragem e as jurisdições judiciais internacionais. Destes, para nos enquadrarmos no nosso estudo de caso, elaboraremos um pouco mais sobre: a negociação; a mediação; os bons ofícios, e; acrescentaremos a prevenção de conflitos; e a manutenção da paz.

1.2.1.- Negociação

A negociação direta é a primeira opção de forma para a solução de conflitos internacionais. Ela não permite a participação de terceiros. Procura buscar o conjunto dos desencontros, mas através do diálogo. Devido a simplicidade deste método, a grande maioria dos conflitos entre Estados é resolvida por esta via, utilizando os representantes diplomáticos de cada nação.

Normalmente, para que qualquer negociação chegue ao fim, é preciso que: uma das partes desista do objeto litigado; que um dos Estados reconheça os termos defendidos pela outra parte, ou seja, que um dos Estados deia razão à outra, e; quando os países em causa transacionam entre si, fazendo concessões múltiplas.

Normalmente, para a negociação ser bem-sucedida, devem ser observados alguns princípios. Destes, o segredo, ou em linguagem técnica, a “diplomacia silenciosa” deve ser rigorosa. Ruth Wedgwood¹⁰ identifica os seguintes elementos importantes para esse sucesso:

- 1- Perceber quando as partes em confronto estão abertas a um envolvimento externo;
- 2- Manter a confidencialidade das negociações;
- 3- Usar judiciosamente incentivos para alimentar as negociações durante impasses;
- 4- Criar prazos limite para a obtenção dos acordos;
- 5- Trabalhar primeiro os assuntos mais fáceis e, com o ímpeto criado pelos acordos alcançados, abordar então as negociações mais difíceis;
- 6- Compreender as questões de honra e simbolismo que as partes na negociação possam ter em jogo;
- 7- Manter a confiança de todas as partes envolvidas na negociação, através de diálogo aberto e honesto.

Em todos os casos, as negociações quando bem sucedidas, acabam com a assinatura de um tratado ou acordo, onde se especifica de forma clara, o objeto da negociação. Deve-se dizer que, normalmente a elaboração do texto final do tratado ou acordo, chega a ser ainda mais complicado do que a negociação em si mesma, porque, na defesa final dos interesses de cada parte, uma simples vírgula mal colocada pode destorcer o sentido final do documento à

¹⁰ -Professora de direito internacional na Universidade de Yale e Vice Presidente do “Council for Foreign Relations” em New York.

favor de um, e em prejuízo da outra parte, podendo mesmo servir de rastilho para um novo conflito. É neste documento final onde reside o futuro das partes ora conflitantes, *hipso-facto*, os objetivos pelos quais se tenham batido. Daí, a importância crucial do ponto 6 da lista de Ruth Wedgewood, referida no parágrafo anterior.

1.2.2- Bons Ofícios

Os bons ofícios podem ser considerados como uma forma de negociação direta entre as partes, com a presença de uma terceira parte neutra facilitadora. A terceira pessoa ou pessoas, agem junto aos países conflitantes como uma espécie de mediador (es). Os bons ofícios podem ser oferecidos ou solicitados. Uma vez recusados, a sua dispensa não pode ser vista como uma atitude inamistosa do Estado ou organização internacional que a tenha oferecido. Normalmente recorre-se a este esquema, uma vez que as negociações indiretas não estejam a surtir resultados satisfatórios.

A parte facilitadora limita-se a proporcionar um campo neutro para a negociação entre os litigantes, uma vez que a desconfiança ou os ressentimentos entre os países querelantes, poderão impedir o sucesso do diálogo entre eles. Regra geral, o prestador de bons ofícios é um sujeito de direito internacional, Estado ou Organização internacional neutra.

1.2.3- Mediação

A linha vermelha que separa a mediação, dos bons ofícios, é praticamente inexistente. O que se passa é que, o mediador é uma figura mais ativa, participa livre e calorosamente nos debates, tenta aproximar as partes e tem a prerrogativa de propor soluções, uma vez estas agradem as partes em conflito, e dirige ela mesma a negociação, mas não tem poder de decisão do conflito. Os Estados ou partes aceitam livremente, seja por estipulação de tratados anteriores ou não, a figura de um intermediário ou mediador.

Em suma, os elementos caracterizadores de um mediador consistem em:

- * Participar como uma terceira parte imparcial- o seu interesse intrínseco é a pacificação do conflito, possibilitando a existência de uma confiança com as partes, e tentar criar confiança entre as mesmas partes;

- * Conflito- para haver mediação, é imprescindível que haja conflito. De contrário, não há necessidade de mediação;

- * Intenção de promover acordo para pôr fim ao conflito- para que se justifique ter havido mediação, não é necessário que haja um efetivo acordo, basta as intenções das partes e do mediador;

* Não vinculação- todas as decisões são estabelecidas através de acordos entre as partes, o mediador só colabora e influencia na tomada de decisões satisfatórias, mas não se vincula a elas.

1.2.4- Prevenção de Conflitos

Se olharmos para os princípios e categorias em que se insere a prevenção de conflitos armados e os transportarmos para a realidade da maior parte dos países africanos e não só, dar-nos-emos conta de que, a dificuldade de uma boa parte de países reside na falta da prevenção estrutural dos conflitos. Pois, os indicadores mais credíveis de violência eminente, encontram-se nas causas estruturais destas mesmas crises, provocadas por aqueles que governam, tais como: o autoritarismo; a exclusão étnica; os abusos generalizados dos direitos humanos; a manipulação da média; a distribuição desequilibrada do erário público, a falta de um pacto social entre os dirigentes e os dirigidos, e entre os dirigentes e outras forças políticas, que permita todos prosperarem num ambiente estável baseado na igualdade e na justiça nas suas vidas social, política e económica. A prevenção estrutural acarreta consigo estratégias que lidam com as causas profundas dos conflitos. Exige uma análise das raízes mais profundas dos conflitos anteriores, e incorpora o desiderato do desenvolvimento sustentável, a democracia de facto e consequentemente, a paz global. No mundo de hoje, a estratégia de prevenção de conflitos suplanta as outras estratégias para se garantir a paz porque, previne o surgimento de controvérsias entre Estados e não só, a impedir que estas escalem à conflitos armados, poupando assim vidas e outros recursos.

A potente arma que se utiliza neste tipo de prevenção, é a diplomacia preventiva. Num dos artigos de António Monteiro, na revista *Nação e Defesa* nº 95/96 (2000:58), o conceito sobre a diplomacia preventiva foi usado pelo ex Secretário Geral, Dag Hammarskjöld em 1960, o ano em que se realizou a primeira operação de paz da ONU no Congo ex-Belga.

Este binómio (diplomacia preventiva) é decomposto pelo site (<http://www.resumosetrabalhos.com.br/diplomacia-preventiva.html>) como segue:

- 1- [...] a diplomacia ao longo da história foi uma ferramenta útil à hora não só de construir alianças entre os monarcas, senão de acercar as partes no campo de batalha para que estas, deixando de lado as suas diferenças, lembrem tratados de paz. Justamente esta última função que levaram a cabo os diplomatas desde tempos imemoriais, levou a que a diplomacia chegue a nossos dias como sinónimo de mediação;

- 2- Com respeito a prevenção”, todos conhecemos o velho dito “mais vale prevenir que curar”. Este provérbio reflete a importância de toda a ação preventiva já que estas permitem evadir todo o sofrimento que a guerra causa a milhares de pessoas, muitas vezes sem razão e, o que é pior, tantas vezes podendo haver sido evitado. Ademais, toda a ação preventiva é menos cara tanto em termos monetários como em termos de perda de vidas humanas.

Este conceito foi alargado e apresentado em 1992 a Assembleia Geral, no famoso relatório intitulado “*uma Agenda para a Paz*”, pelo então Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, na sequência de uma nova era que o fim da guerra fria parecia abrir para as Nações Unidas. Ainda segundo a mesma revista, na altura, Boutros Boutros Ghali definiu o mesmo conceito como sendo: “*ação destinada a evitar a eclosão das disputas entre partes, a impedir que as disputas já existentes evoluam para conflitos e a limitar a expansão destes quando ocorram*”. Para ele, a diplomacia preventiva compreende três tipos de ação: o primeiro orientado para as causas das disputas; o segundo, mais tardio, destinado a impedir que os confrontos se tornem violentos; e o último, ainda mais tardio, que procura conter a expansão ou escalada da violência. Porém a sua definição não foi consensual entre alguns autores porque, consideravam-na bastante ampla.

Ainda com base no mesmo documento, (uma Agenda para a Paz), o também então Secretário Geral das Nações Unidas- Koffi Annan, no ano de 2001, propôs substituir a denominação de *diplomacia preventiva pela de ação preventiva* porque, existem diferentes ações que podem ter efeitos preventivos úteis e que não constituem ação diplomática, como por exemplo: a exibição preventiva, o desarmamento preventivo, a ação humanitária preventiva, e a construção da paz em sua fase de prevenção de novos conflitos. Portanto, só podem ser incluídos dentro do conceito estrito de diplomacia preventiva aquelas ações de mediação e conciliação bem como as negociações internacionais (ou intraestatais) que tenham por fim prevenir conflitos entre os Estados, e nós acrescentá-los, ou entre compatriotas.

De notar que, Kofi A. Annan (1999), no seu relatório às Nações Unidas, citando a Comissão Carnegie para a prevenção de conflitos violentos já dizia: (...) “*as estratégias preventivas efetivas baseiam-se em três princípios: uma reação atempada a sinais de agitação, uma abordagem abrangente e equilibrada para aliviar as pressões ou fatores de risco que desencadeiam conflitos violentos e um esforço prolongado e concertado para resolver as causas subjacentes a violência, uma abordagem estrutural à prevenção com vista a inibir a tendência para recorrer a violência para resolver conflitos*”. [...] “*as estratégias*

de prevenção inserem-se pois em duas categorias amplas: a prevenção operacional, também denominada de light prevention, ou seja, o conjunto de medidas aplicáveis face a uma crise imediata, e a prevenção estrutural, ou deep prevention, as medidas desenvolvidas para assegurar que as crises não cheguem a aparecer ou, caso isso aconteça, que não se repitam, o que supõem um destacado papel da ajuda ao desenvolvimento”.

Mas é importante frisar que, a prevenção de conflitos chega a ser uma estratégia complicada porque, é difícil avaliar quando é que uma determinada situação poderá evoluir para um conflito armado pois, na ausência de conflito, é grande a dificuldade em juntar recursos, humanos, materiais e financeiros indispensáveis necessários para manter de pé uma verdadeira estratégia de prevenção de conflitos.

1.2.5-Missões de Paz

Qualquer missão de paz resume-se numa intervenção essencialmente militar que, geralmente é liderada pelas ONU e/ ou outras organizações multilaterais estatais, com o objetivo de ajudar os países e/ou outras partes em conflito violento, na busca da paz, da segurança e da estabilidade. O sucesso ou insucesso destas missões, decorre em primeira estância da vontade, do consentimento dos beligerantes em serem assessorados na busca do objetivo primeiro que é a paz. Tibúrcio, (2009), confirma este desiderato afirmando que: (...) *“As operações de paz contribuem para este objetivo ao prover segurança, apoio e assistência logística a iniciativas civis e como instrumento de dissuasão contra oponentes da paz. Estas operações evoluíram de operações de monitoramento neutras para missões multitarefas complexas. Sendo a eficácia das missões grandemente influenciada pelas estruturas institucionais e pelas práticas em nível operacional, uma análise normativa de missões de paz necessita ir além da perspectiva histórica e definir linhas gerais para distinguir os diferentes tipos de missões) ”.* É também desta vontade e do consentimento das partes beligerantes de que decorrem os pormenores para determinar que tipo de operação de paz desejamos, que meios materiais e humanos são necessários para o cumprimento exitoso da missão, consequentemente, que critérios e que adestramento dar aos operadores das diferentes missões.

Se consultarmos a literatura, concluiremos existirem vários tipos de missões de paz, em diferentes períodos e em diversas partes do mundo. Destas, optamos mencionar cinco delas, que nos pareceram mais aplicadas pelo mundo, sendo: Missões de Paz Tradicionais; Missões de Paz de Gestão de Transição; Missões de Paz Amplas; Missões de Paz de Imposição, e; Operações de Apoio à Paz. (Tibúrcio, 2009:11-21)

A Missão de Paz Tradicional busca estabelecer relações pacíficas entre Estados. Estas não procuram por si nem em si mesmas soluções políticas, nem impõe acordos entre as partes. O que há, no entanto, é um consenso quanto aos princípios e objetivos que são rotineiramente reconhecidos e nomeados de “santa trindade”: consentimento, imparcialidade e uso mínimo de força. Os mandatos destas missões não contemplam a possibilidade de agirem por iniciativa própria, muito menos atuarem como uma força de coação. Em suma elas só atuam na medida do consentimento dos beligerantes. O mais ‘tradicional’ de uma missão de paz tradicional, reside no facto de que a sua ação se dá entre Estados, em algum momento entre o cessar-fogo e a resolução do conflito. O segundo pressuposto é a natureza organizada e hierarquizada dos oponentes e, por último, a hipótese de que todos os envolvidos desejam o fim do conflito e uma solução política para o mesmo. (Tibúrcio, 2009:12-13).

Ainda parafraseando Tibúrcio (2009:15), as missões de Paz de Gestão de Transição, tem como móbil, (...)” *auxiliar o progresso e implantação de acordos previamente realizados entre partes anteriormente beligerantes. O posicionamento se dá nos Estados (no caso de Estados nacionais) e não entre os Estados, como no caso das missões de paz tradicionais e assume-se que uma resolução política desejável já tenha sido concertada, constituindo o consentimento das partes, condição sine qua non para a criação da missão. Assim, a principal razão de ser da missão de transição é a implantação de um acordo preexistente e não a de tornar possível um acordo desejado como no caso das missões de paz tradicionais*”.

1.3.- Período da guerra fria: causas e esferas de influência

A reflexão sobre as especificidades da guerra fria ajuda-nos a compreender algumas das razões porque a terceira guerra mundial não eclodiu, mas em contrapartida produziu várias *guerras por delegação* que foram ocorrendo pelo planeta, mormente nos ditos países do terceiro mundo, de que Angola faz parte. Durou quatro décadas, de 1947 a 1989. Foi caracterizada pela divisão do mundo em dois blocos: o Bloco Ocidental (OTAN) e o Bloco de Leste (PACTO DE VARSÓVIA). Estes dois blocos, como é óbvio, tinham interesses múltiplos (alguns dos quais antagónicos) em várias regiões do mundo. Foi um longo período de guerras caracterizado pela simpatia ou não dos países mais pequenos à um ou outro bloco mundial onde, os conceitos de paz e guerra se foram alternando em função dos interesses dos grandes blocos que, decorrente dos efeitos da utilização da bomba atómica tinham medo de voltar a emprega-la. E foi este medo que equilibrou a convivência entre os dois grandes blocos e que até nos nossos dias evitou a eclosão de uma terceira guerra nuclear.

Os Soviéticos e os Americanos tinham diferentes objetivos no final da guerra. Os Soviéticos pretendiam possessões tangíveis, território. Os Americanos tinham objetivos intangíveis ou societais; eles estavam interessados no contexto geral da política mundial. Os objetivos societais colidiram com os objetivos de posse, quando os Estados Unidos promoveram o sistema global das Nações Unidas enquanto os Soviéticos se esforçavam por consolidar a sua esfera de influência na Europa de Leste. Mas essas diferenças de estilo não fazem com que os Americanos se pudessem sentir como santos, afirmam os pós-revisionistas, já que os Estados Unidos retiraram benefícios das Nações Unidas e, com uma maioria de votação de aliados, não eram muito constrangidos por ela. Os Soviéticos podem ter tido uma esfera de influência na Europa de Leste, mas os Estados Unidos tiveram igualmente uma esfera de influência no Hemisfério Ocidental (Nye, 2000:139).

As origens da guerra fria continuam a ser objeto de acesos debates entre acadêmicos e políticos. Segundo Nye (2000: 137-139), existem três principais escolas de opinião a esse respeito: *tradicionalistas*, *revisionistas* e *pós-revisionistas*:

- 1- *Os tradicionalistas* (também conhecidos por ortodoxos), defendem que a resposta à questão de quem começou a guerra fria é bastante simples: *Estaline e a União Soviética*. Razão pela qual, no final da segunda guerra mundial, a diplomacia americana era defensiva, enquanto os Soviéticos eram agressivos e expansionistas.
- 2- *Os revisionistas*, que desenvolveram o seu pensamento fundamentalmente na década de 1960 e no início da década de 1970, acreditam que a guerra fria foi originada pelo expansionismo americano e não soviético.
- 3- *Os pós-revisionistas*, sustentam que os tradicionalistas e os revisionistas estão ambos errados, já que ninguém foi culpado pelo início da guerra fria. Ela era inevitável, ou quase, por causa da estrutura bipolar do equilíbrio do poder do pós guerra.

É dentro da linha de pensamento destas escolas que surgem as suas várias formas de interpretação, como segue:

(...) “ guerra fria é um tipo de guerra em que não se chega ao exercício de coação violenta através da efetiva utilização dos meios militares». Dentro do mesmo pensamento, «... por isso se pode, com rigor, definir guerra fria como a situação de conflitualidade global que no sistema da segunda metade do século XX opôs as duas superpotências

mundiais, potência marítima, Estados Unidos da América (EUA) e potência terrestre, União Soviética (URSS), os dois blocos que essas superpotências lideravam, bloco ocidental e bloco leste, os dois sistemas ideológicos, políticos e económicos que nesses blocos predominavam, capitalismo, liberalismo e economia de mercado no ocidente, comunismo, estatismo e economia centralizada no leste, as quais desenvolveram e aperfeiçoaram sistemas militares com uma capacidade de destruição mútua total e, exatamente por isso, nunca chegaram ao confronto armado direto” (Correia, 2010:29).

Porém, Eric Hobsbawm citado por Correia (2010), aceita que a guerra fria tenha sido:(...) *“uma terceira guerra mundial embora uma guerra muito peculiar” (...)*” e apoia esta afirmação no conceito de Thomas Hobbes segundo o qual *«(...) a guerra não consiste só na batalha, ou no ato de lutar; mas num período de tempo em que a vontade de competir através da batalha é suficientemente conhecida “.* E, conclui Hobsbawm, (...)“ *A guerra fria entre os dois campos dos EUA e da URSS, que dominou totalmente o cenário internacional da segunda metade do século XX, foi sem dúvida um desses períodos”.*

Na sua hostilização recíproca os EUA e a URSS, duas estratégias globais dominaram as suas ações, *a dissuasão nuclear e a estratégia indireta :*

- *A estratégia da dissuasão nuclear, levada aos extremos através da subida dos seus patamares de armamentos à níveis que asseguravam a sua destruição mútua e até a própria vida no planeta.*

- *A estratégia indireta, envolvendo várias formas:*

- *Guerras por delegação, em especial no interior de países do terceiro mundo ou entre países do terceiro mundo;*

- *Manobras diplomáticas diretas ou indiretas, bilaterais ou multilaterais;*

- *Manobras económicas, pelo controlo dos recursos, reserva de mercados, constituição de blocos ou erosão do campo adversário;*

- *Manobras de agitação, em especial no interior de parceiros da superpotência rival nos blocos que esta liderava.»*

Na delineação das estratégias das duas superpotências é possível detetar dois grandes objetivos que lhes foram comuns e que atravessaram todo o período da guerra fria:

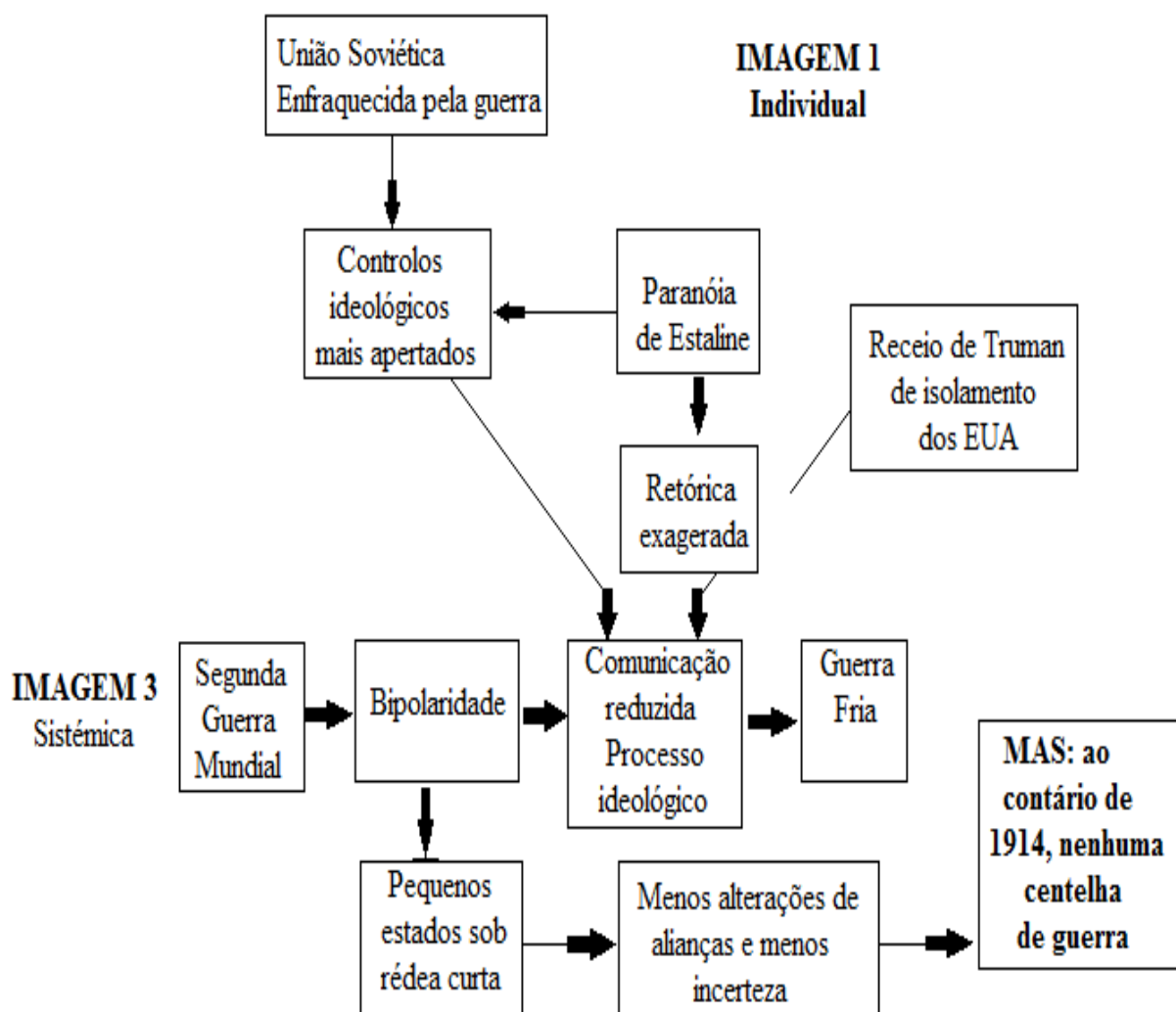
- *O primeiro consistia na preocupação de cada uma delas em não se deixar ultrapassar pela outra em matéria de tecnologia armamentista. Foi este objetivo mútuo que esteve na base da estratégia da dissuasão nuclear em escalada permanente, que deu o nome a doutrina da destruição mútua assegurada, Mutual Assured Destruction, cuja sigla por que ficou conhecida, é elucidativa;*

• O segundo visava impedir que qualquer região do mundo, considerada importante para uma das superpotências, passasse para o controle da outra. Correia, (2010:45).

Concluindo, os interesses de parte a parte das grandes potências levaram à divisão do mundo em esferas de influência, e deram lugar ao surgimento de doutrinas e interesses vitais irreconciliáveis entre os EUA e a URSS, que assentavam em fundamentos muito semelhantes, e que no fundo, serviram para legitimar as intervenções militares indiretas destes nas suas áreas de influência, utilizando os seus aliados.

Figura 3

Sobre as origens da Guerra Fria



Fonte: Nye (2000:151)

CAPÍTULO II

2-PRINCIPAIS ATRIBUTOS GEOESTRATÉGICOS DO CONTEXTO GEOGRÁFICO EM ESTUDO

2.1- ÀFRICA AUSTRAL

Nos pontos de vista local, regional ou global, as variantes geográficas tais como: dimensão territorial, localização, topografia, demografia, hidrografia, clima, recursos naturais e outros, constituem elementos geoestratégicos a partir dos quais, um dado Estado, uma dada Região ou mesmo no contexto global, pode projetar poder militar e dirigir atividade diplomática em conformidade com os interesses do Estado, da Região ou do globo.

Nesta conformidade, o posicionamento geoestratégico da África Austral reside fundamentalmente em quatro fatores principais: a sua localização geográfica; os imensos recursos naturais renováveis e não renováveis que existem em alguns destes países, com acento tónico para o petróleo de Angola, onde prognósticos admitem que até ao ano de 2017 este venha a ser o maior produtor africano de crude; o seu clima, com micro climas próprios para a prática da agricultura e a criação de animais; e o potencial militar de alguns destes países, com níveis de organização e de combatividade invejáveis, tendo em conta o seu passado de guerras na referida região.

E, confirmando isso mesmo, Mazrui (2010:295), vaticinou que: “a África Austral representava em 1935 e sob uma perspetiva mundial, a parte mais importante do continente africano no plano económico [...]. Nos últimos trinta anos do século XX, em suplemento e pouco a pouco, ela tornou-se a mais importante sub-região da África no plano estratégico. A sua proeminência económica proveio, antes de tudo, da sua riqueza em minerais vitais para a civilização industrial ocidental e foi reforçada pela agricultura e pela industrialização locais [...].

No início deste capítulo, dizíamos pretender entender, como é que se conseguiu alcançar a paz na África Austral, em particular em Angola. Foi de facto nesta Região Austral de África, também conhecida por África Meridional que, como já nos referimos, ocorreram as guerras mais violentas do continente na década de 80 e um pouco na de 90. O fato de ser banhada pelos dois oceanos que se juntam no cabo das tormentas no extremo mais austral de África na cidade do Cabo, antes da construção do Canal de Suez entre os anos de 1859 e 1869, tornou-a a única via de comunicação entre o mar mediterrâneo e o Oceano Atlântico, por onde se podia transportar todo o tipo de matéria-prima com destino ao ocidente, isso é, através do também conhecido por “Cabo da Boa Esperança” ou ainda por rota do Cabo, na

África do Sul. Na altura, a rota do Cabo, era a única via marítima que ligava diretamente o ocidente ao oriente. Foi fundada pelo português, Vasco da Gama, em 1498, e mostrou ser possível atingir a Índia pelo mar, substituindo assim a então Rota da Seda, que era uma série de rotas interligadas através da Ásia do Sul, usadas no comércio da seda entre o Oriente e a Europa. A Rota do Cabo, que era dominada pelos Holandeses, jogou um papel comercial e político “*sine quanon*” no plano da economia mundial. Ligava diretamente as regiões produtoras do Oceano Índico aos seus mercados na Europa com o comércio de especiarias. O comércio de escravos a partir das costas oceânicas de Angola e de Moçambique para as Europas e Américas, assim como a transportação do petróleo e outras matérias-primas indispensáveis à industrialização e desenvolvimento daqueles países, eram feitos através desta rota estratégica. Este papel só veio encontrar uma alternativa com a abertura do canal de Suez, em 1869.

Conforme diz Correia, (2010:367) (...) “(*A abertura do Canal de Suez retirou algum peso posicional à costa sul do continente na rota da Europa para o extremo oriente. Mas a instabilidade do Médio Oriente tem ocasionado frequentes bloqueios no canal, pelo que se mantém a importância como alternativa às grandes rotas marítimas*)”. Corroborando com Correia, importa aqui mencionar que o Médio Oriente tem sido uma Região de frequentes fricções. Fruto disso mesmo, entre os anos 1967 e 1979, o Canal de Suez, tinha sido encerrado à navegação. Refira-se que este canal que liga o Porto Egípcio de Said no Mar Mediterrâneo, à Suez, no Mar Vermelho, conforme dito anteriormente, foi inaugurado em 1869.

Isso implica dizer que, antes da existência do canal de Suez, as grandes potências tudo faziam para terem a rota do cabo sob seu controlo, de formas a evitar o afixiamento económico, uma vez que, grande parte da matéria-prima que sustentava a economia daqueles mesmos países vinha de África. Como vemos, para além do fator da sua localização, junta-se-lhe o facto de a Região ter um potencial económico de invejar. As suas riquezas minerais contribuíram para caracteriza-la como reserva de matéria-prima essencial ao Ocidente, com a dupla função de alimentar a indústria ocidental e negar o acesso a estes recursos às nações socialistas. Isso ocorreu exatamente no período da guerra fria. Por estas razões, até meados dos anos 70, a África Austral era caracterizada como uma zona de enfrentamento entre o mundo capitalista e o mundo socialista, não apenas com a presença das multinacionais, mas sobretudo com a presença de um duplo poder colonial.

Como vimos, a África Austral tem condições para influenciar os acontecimentos políticos, diplomáticos, económicos e militares, não só na região, mas também no mundo. Eis porque a sua posição é de relevância geoestratégica.

Do ponto de vista etimológico, a palavra austral ou meridional, refere-se a um dos quatro pontos cardeais, ou ainda ao meridiano de um dado lugar. Este ponto cardinal, é o sul. Ora, quando a esta se associam uma outra ou um grupo de palavras, quererá isso significar que, geograficamente falando, esta ou estas palavras associadas se encontram localizadas nesta posição cardinal. Se partirmos desse axioma, poderemos então aferir que, quando falamos de África Austral ou Meridional, estaremos a referir-nos à habitantes de países ou regiões do sul de uma qualquer parte. No caso, referimo-nos a África Austral. Em outras palavras, a parte mais sul, ou se quisermos, a parte mais meridional do continente africano.

Esta Região é banhada pelo Oceano Atlântico na sua costa ocidental, e pelo Oceano Índico na sua costa oriental. É uma das Regiões mais importantes do continente africano devido a posição estratégica que ocupa relativamente a sua localização geográfica. (ver mapa número 1).

Sempre que se procurou delimitar geograficamente a África Austral, existiram várias aproximações e várias interpretações. No passado, quando vigorou o sistema do Apartheid na África do Sul, por conta da influência política, económica e militar desta, alguns políticos circunscreveram a África Austral à própria África do Sul, Namíbia e aos antigos protetorados do Reino Unido: o Botswana, a Suazilândia e o Lesotho. De considerar que estes países estavam política, militar e economicamente quase que totalmente dependentes da África do Sul.

Assim, a delimitação geográfica da África Austral, obedeceu, de uma maneira gradual, aos interesses políticos, militares e sobretudo económicos dos países que a passaram a integrar e, grosso modo, traduziu-se nas seguintes fases de crescimento geográfico:

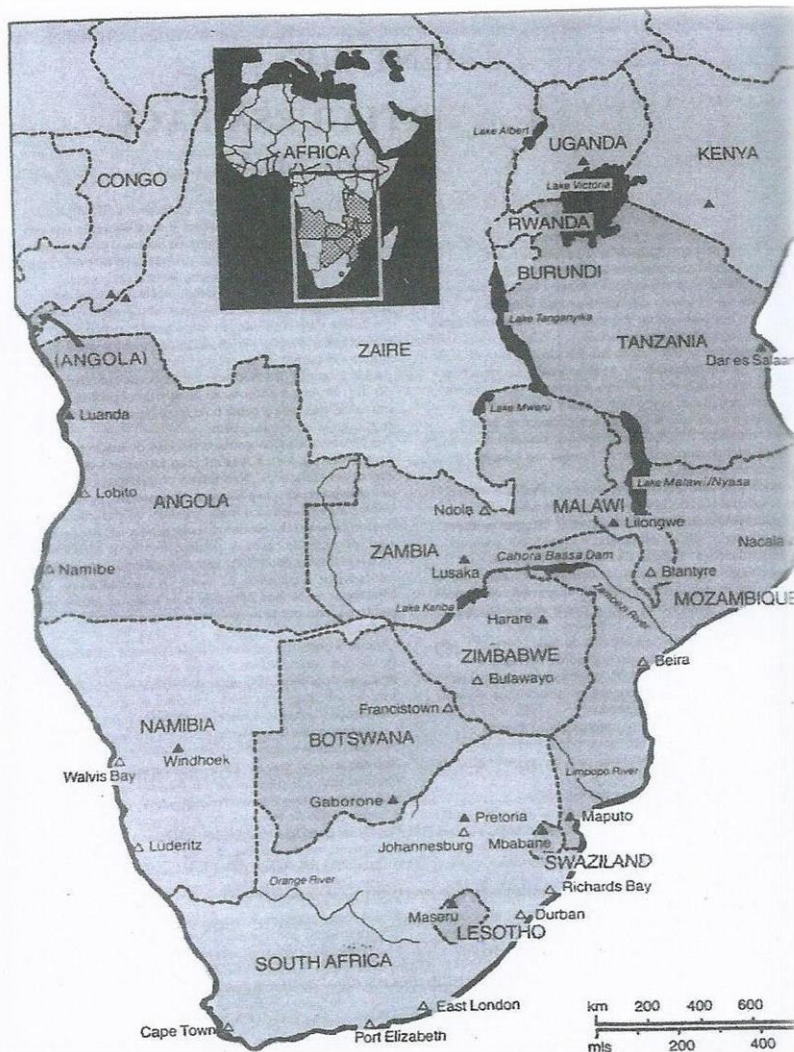
a) a fase anterior a 1994, quando os países vizinhos da África do Sul, tinham sido transformados em simples Bantustões (pseudoestados fantoches).

b) a segunda, começou aquando da passagem da Namíbia à país independente. Aí, os Bantustões desapareceram e a esses Estados juntaram-se as Ilhas Maurícias. Uma vez liquefeito o regime do apartheid, de quem, como dissemos, dependiam umbilicalmente os países acima mencionados, estes, com o comprometimento de outros países vizinhos viram a necessidade de formar um bloco de países que comungassem interesses comuns no ponto de vista de fortalecimento das suas economias, infraestruturas, poderio militar e político, assim como na solidariedade na luta de outros países que ainda não tinham atingido as suas independências. Estes desideratos pariram organizações como: os Países da Linha da Frente (a que já nos referimos atrás), cuja uma das bandeiras principais era a solidariedade para com os outros povos da África Austral ainda subjugados; e a SADCC que posteriormente evoluiu

para SADC, estas que para além do mais, procuravam uma integração económica na região, de sortes a criar condições de independência da África do Sul, que ainda continuava a fustigar alguns países da mesma região, com acento tónico, para Angola.

Foi neste contexto que a interpretação e a realidade sobre a delimitação geográfica da África Austral, extrapolou de simples conceito de localização geográfica, passando a abraçar também outros interesses comuns dos respetivos Estados, mormente: o interesse político, diplomático, económico e o militar. Nesta conformidade, países ubicados em outras áreas geográficas e por vezes pertencendo a outras comunidades económicas, passaram a fazer parte da África Austral, que hoje é constituída por países como: África do Sul, Namíbia, Botswana, Lesotho, Suazilândia, Angola, as Ilhas Maurícias, as Ilhas Seychelles e a República Democrática do Congo (penetrando claramente na África Central), a norte a Tanzânia, Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia e Malawi.

Mapa 1- África Austral



Fonte: Correia, (2010:366)

O clima da África Austral, também pode ser considerado um dos atrativos da presença branca nesta parte do continente. Dados revelam que esta região foi de longe, a zona da África Subsariana de maior fixação branca, atingindo no final dos regimes colonial e do apartheid, um total de mais de seis milhões. Atraía mais colonos do que toda a restante África Subsariana Junta. (...) *“O clima é fator importante porque sendo em muitas áreas dos planaltos irrigados ameno, de tipo mediterrânico, é convidativo para os europeus e explica a sua fixação”* De notar que este clima tem muito de comum com o da Europa. No entanto, é importante notar que, a depender da localização geográfica dos países componentes, internamente, este varia em função da proximidade de cada território em relação ao equador, ao meridiano de Greenwich, aos trópicos e aos oceanos. Em grosso modus, nesta região, os climas são predominantemente quentes, variando entre clima equatorial, tropical e desértico.

A África Austral, cujo mapa hidrográfico em certos casos coincide com os contornos geográficos da Região da SADCC, é constituída por 15 bacias fluviais transfronteiriças, partilhadas entre dois ou mais Estados. A bacia fluvial do Congo é a mais extensa do continente africano. Vai desde a bacia fluvial do rio Congo ou Zaire e tem uma extensão de 3.730.470 km². No seu percurso banha Angola, República Democrática do Congo, a Zâmbia, Tanzânia (à norte da África Austral), assim como o Burundi, Ruanda, República Centro Africana e Camarões, na região dos Grandes Lagos, até a bacia fluvial do rio Umbelúzi, que banha Suazilândia e Moçambique. É no rio Congo ou Zaire, onde estão situadas as barragens do Inga I e Inga II, estando em carteira a construção do Inga III, a partir de 2015. Este quando terminar, será o maior complexo hidroelétrico do mundo, com capacidade de produzir 40 mil megawatts.

A bacia fluvial do rio Zambeze, estende-se por 1.390.000 km², e banha Angola, Namíbia, Botswana, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi, Tanzânia e Moçambique.

As outras bacias fluviais são: as dos rios Búzi, Pungué e Save/Savi que banham o Zimbabwe e Moçambique; dos rios Cuvelai e Cunene, que banham Angola e Namíbia; as do Incomáti e Maputo-Usutu-Pongola, que banham a África do Sul, Suazilândia e Moçambique; a bacia do Limpopo que passa por Botswana, África do Sul, Zimbabwe e Moçambique; a do rio Okavango, que costeia com Angola, Namíbia, Zimbabwe e Botswana; a do Orange-Senqu, esta que banha África do Sul, Lesoto, Botswana e Namíbia; a do Rovuma, passando por Tanzânia, Malawi e Moçambique; a do Pungué e a do Rio Nilo. Esta última tem uma extensão de 3.254.555 kms, e passa pela Tanzânia, Burundi, Ruanda, Quénia, Uganda, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Sudão e Egipto. Para mais detalhes, consultar mapa nº 2 e a tabela nº 1, sobre a bacia hidrográfica da África Austral.

Mapa 2- Dados Hidrográficos da África Austral



Fonte: <http://www.Limpoporak.com/Pt/rio/geografia/basins+of+southern+África.aspx>,
accedido as 11:05, de 20 de Junho de 2014.

Tabela 1- Sobre a bacia hidrográfica na África Austral

Rios	Área fluvial (km²)	Extensão dos rios (km)	MAR (Mm³)	Estados ribeirinhos
Búzi	31 000	250	2,5	Zimbabuê, Moçambique
Congo	3 730 470	4 700	1 260 000	Angola, Burundi, Ruanda, República Central Africana, Tanzânia, Congo, Camarões, RD do Congo, Zâmbia
Cuvelai	100 000	430	Ephemeral	Angola, Namíbia
Incomati	49 965	480	3,5	África do Sul, Suazilândia, Moçambique
Kunene	106 500	1 050	5,5	Angola, Namíbia
Limpopo	408 000	1 750	5,5	Botsuana, África do Sul, Zimbabuê, Moçambique
Maputo-Usutu-Pongola	32 000	380	2,5	África do Sul, Suazilândia, Moçambique
Nilo	3 254 555	6 700	86	Tanzânia, Burundi, Ruanda, Quênia, Uganda, R D do Congo, Eritreia, Etiópia, Sudão, Egito
Okavango	530 000	1 100	11	Angola, Namíbia, Zimbabuê, Botsuana
Orange-Senqu	721 000	2 300	11,5	Lesoto, África do Sul, Botsuana, Namíbia
Púngue	32 500	300	3	Zimbabuê, Moçambique
Rovuma	155 500	800	15	Tanzânia, Malawi, Moçambique
Save/Sabi	106 420	740	7	Zimbabuê, Moçambique
Umbelúzi	5 500	200	0,6	Suazilândia, Moçambique
Zambeze	1 390 000	2 650	94	Angola, Namíbia, Botsuana, Zimbabuê, Zâmbia, Malawi, Tanzânia, Moçambique

Fonte: <http://www.Limpoporak.com/Pt/rio/geografia/basins+of+southern+África.aspx>,
 acedido as 12:05, de 20 de Junho de 2014.

Nos anos 87 / 91, a economia dos países da África Austral, mormente para países como Angola, e a África do sul (que ainda tutorava a Namíbia), era uma economia de guerra. A economia de Angola era centralizada (à moda comunista) no ponto de vista da sua planificação. Era no momento em que esta fora grandemente influenciada pela *perestroika*, quando se estava a operar a mudança da economia centralizada para a de mercado.

Quanto a África do Sul, a situação era mais difícil porque, por causa do seu sistema racista do apartheid, tinha sido sancionada economicamente pelas Nações Unidas. Mas, o fator sanções que se antevia criaria muitos embaraços na sua economia, acabou de trabalhar como um instrumento impulsionador da mesma economia. É que, a África do Sul que era condenada por todo o mundo, como dissemos, por causa do seu regime, não tinha outra forma de sobreviver a esta crise senão procurar soluções internas. Em termos militares, quando você cerca um dado inimigo é imprescindível deixar-lhe uma rota de escape para que, quando ele se sentir muito asfixiado possa fugir por aí. Pois, de contrário, o mesmo inimigo resiste até às últimas consequências, o que pode dificultar a vitória do provável atacante. Foi o que aconteceu com a África do Sul. Não teve outra saída senão, como se diz na gíria, fazer das tripas coração. Como resultado, foi durante este período em que a África do sul melhorou o seu arsenal militar, pois era a única saída que lhe restava. Só lhe restava investir na vida, já que a sua morte estava garantida. Neste contexto, desenvolveu o seu sistema atômico, chegando mesmo a ponto de fabricar a bomba atômica. Foi também no mesmo período que fabricou outras armas potentes, como os afamados canhões G5 e G6 de longo alcance, os multi roquetes Walkirie e outras, que jogaram um papel desequilibrador nas batalhas que ocorreram no teatro operacional do Cuando Cubango.

2.2.- ANGOLA

Os pressupostos enunciados no ponto 2.1 sobre a geoestratégia da região de África Austral, também se aplicam ao caso angolano, enquanto Estado independente. A sua localização geográfica na costa oeste do Oceano Atlântico, a abundância em recursos naturais renováveis e não renováveis (petróleo, diamantes, terras aráveis, água, paisagens turísticas etc.), são condição bastante para o crescimento exponencial da sua economia.

A respeito da enorme riqueza angolana, citamos um documento do Arquivo Nacional de Angola (2011:88): as enormes riquezas de Angola e a sua grande importância estratégica nos equilíbrios da África Austral suscitam os apetites, a voracidade e os cálculos dos grandes poderes mundiais, poderes que concorrem com caminhos tratados ideologicamente.

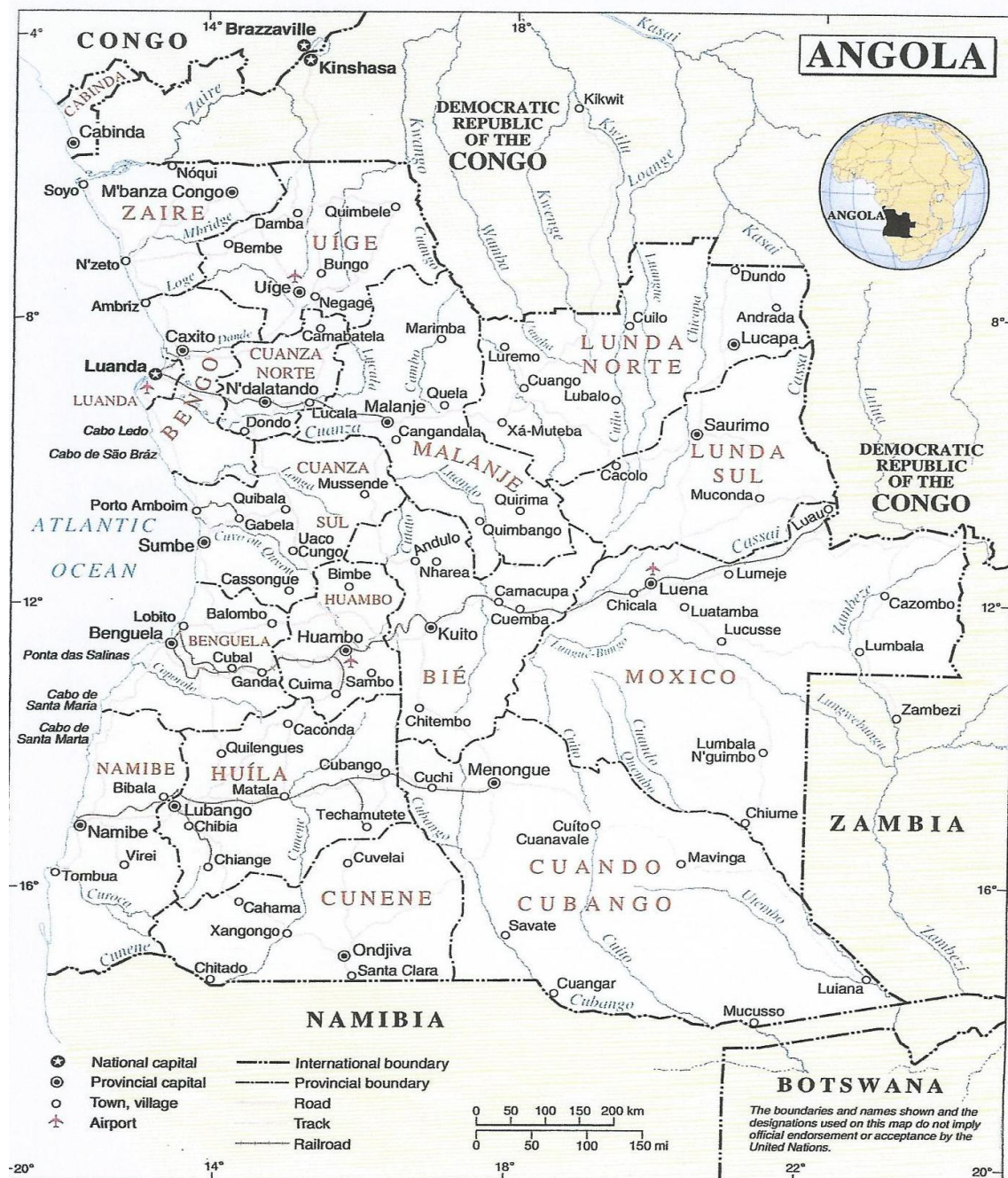
No concernente à hidrografia, não podemos deixar de considerar como sendo um trunfo geoestratégico, o fator de Angola beneficiar de duas das principais bacias hidrográficas (Zaire e Zambeze) africanas. O fato de ter um instrumento militar bem formatado (as FAA) e temperado no decorrer das várias batalhas que grassaram o país como arma de dissuasão, o seu constante crescimento demográfico com setas que apontam para indicadores de a sua população ser maioritariamente jovem, juventude que é a força motriz de qualquer sociedade, estas e outras evidências revestem Angola de uma grande importância geoestratégica na África Austral.

Segundo o 31 ° relatório da reunião da SADC, havida de 16 à 17 de Agosto de 2001, em Angola, esta, (...) *“está situada na costa sudoeste do continente africano, a norte faz fronteira com a República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste, pelo Oceano Atlântico. Com uma linha de costa que se estende por 1.650 kms, as suas terras interiores correspondem a uma área de 1.246.700 kms². Da costa em direção ao interior é caracterizada por uma cadeia de montanhas, onde se encontram as montanhas mais altas, nomeadamente; o morro do Moco, com altura de 2.620m, e o Morro do Meco, com 2.538m, seguida de uma cadeia de planaltos que são as fontes das maiores bacias fluviais: Zaire, Cunene, Kwanza, Cubango e Queve. O território é caracterizado por vários habitats que vão desde a floresta tropical, incluindo a savana e algumas porções de deserto, no sul”*. (SADC Summit, (2011:9)

As fronteiras terrestres correspondem a uma extensão de 4.837 km. Os seus dados geográficos são: Latitude-Norte-04° 22`G e Sul- 18° 02`G; Longitude-Leste 24° 05` EG e Oeste-11° 41`EG. (ver mapa nº3)

Angola cobre uma área maior que os territórios da França, Alemanha e a Itália juntos. Está dividida em 18 províncias, sendo: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Cuando-Cubango, Huambo, Huila, Kwanza-Norte, Kwanza Sul, Luanda (capital do país), Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. Destas, a do Moxico é a maior, compreendendo uma extensão de 223.023 km². Ademais, é o terceiro maior país em extensão territorial ao sul do Sahara, e o primeiro da sub-região da África Austral.

Mapa 3- Angola



Fonte:SADC Summit, (2011:8)

Há quem diga que o clima de Angola é tropical. Esta afirmação deve-se ao facto desta estar geograficamente localizada na região tropical. No entanto, na prática, o clima de Angola é caracterizado por duas estações, sendo: a das chuvas, que em alguns anos dá as primeiras indicações da sua presença na segunda metade do mês de Agosto, mas declarando-se seriamente no mês de Outubro. Esta estação normalmente vai até Abril, havendo exceções em que se estende até princípios de Maio e; a estação seca, também conhecida por cacimbo,

que vai de Maio à Agosto. Durante esta estação, as temperaturas são baixas. Por estas razões, podemos considerar o clima de Angola, semi- tropical.

Por outro lado, enquanto a orla costeira apresenta elevados índices de pluviosidade, que vão decrescendo de Norte para Sul e dos 800mm para 50mm, com temperaturas médias anuais acima dos 23 °C, a zona do interior pode ser dividida em três áreas:

- Norte, com grande pluviosidade e temperaturas altas;
- Planalto Central, com uma estação seca e temperaturas médias da ordem dos 19°C;
- Sul com amplitudes térmicas bastante acentuadas devido à proximidade do deserto do Kalahari e à influência de massas de ar tropical.

Os fatores chave que fazem com que apesar de Angola estar localizada na região tropical, não tenha um clima completamente típico desta zona, devem-se a confluência de três elementos:

- A corrente fria de Benguela, ao longo da parte sul da costa;
- O relevo no interior do país, que é acidentado e;
- A influência do Deserto do Namibe, a sudoeste.

A hidrografia de Angola está relacionada com o seu relevo. Os seus rios descem da zona planáltica e da zona montanhosa da marginal para as regiões mais baixas. Na maior parte dos casos os seus leitos são irregulares, não faltando os rápidos e as quedas, sobretudo à medida que nos aproximamos mais do oceano Atlântico. Estes rios, muitas vezes terminam em formas amplas, barrados por cordões de areia (formando restingas), que se desenvolvem do sentido Sul para Norte, atrás das quais se criam baías e portos.

As águas obedecem a quatro vertentes de escoamento. Eis as vertentes e alguns dos seus rios mais importantes:

- Vertente atlântica: rios Chilungo, Zaire ou Congo, Bengo, Cuanza, Queve ou Cuvo, Catumbela, rio Cunene.
- Vertente do Zaire: a esta pertencem quase todos os rios do Norte de Angola, como o Cuango, Cassai e seus afluentes, Cuilo, Cambo, Lui, Tchicapa e Luachimo.
- Vertente do Zambeze: à qual pertencem os rios do Leste e afluentes do rio Zambeze como os rios Luena, Lungue-bungo e o Cuando, que desagua por intermédio do rio Chobe no Zambeze.
- Vertente do Kalahari: tem muitos rios de regime intermitente, onde se destaca o rio Cubango, que se perde na zona pantanosa do Okavango (Botswana) e tem como principais afluentes, os rios Cuchi, Cuito e Cuebe.

O rio mais extenso (960 kms), é o Cuanza. Nasce nas áreas de Mumbwé, mais ou menos no centro de Angola, mais próximo da cidade do Bié. É também o maior e o mais navegável (258 kms).

A maior e a principal bacia hidrográfica é a do rio Cuanza (152.570 kms²), seguindo-se as dos rios Zaire, Mbridge, Queve ou Cuvo, Cunene e Cuando.

No período em referência, a população era estimada em dez milhões, trezentos e dez mil habitantes, dos quais, cinco milhões duzentos e setenta e nove eram do sexo feminino.

No ponto de vista económico, obtida a independência pelo MPLA em 1975, este optou por um regime socialista que se consubstanciou na edificação de um sistema de direção económica centralizada e planificada, no quadro de um sistema político de partido único. Manuel Ennes Ferreira (2002:47), “(...) *A consideração de que só com um sector económico estatal seria possível atingir a construção da sociedade socialista teve como corolário da política de nacionalizações e confisco . O rumo político e económico que o país haveria de seguir começou a ficar claro desde muito cedo. Em primeiro lugar, com a publicação da lei nº 3/76 de 1976. Aí ficou definida a chamada «economia de resistência» caracterizada: (a)- pela «resposta firme» ao bloqueio económico e à destruição sistemática do aparelho produtivo nacional por parte dos «inimigos do povo angolano», internos e externos, neste último caso o «imperialismo»; (b)- pela criação da base material e técnica que exigia o alargamento da cooperativização e do desenvolvimento de um sector estatal que efetivasse o controle das grandes e médias empresas estratégicas; (c)- pela maximização do aproveitamento dos recursos existentes, muitos deles «abandonados pelos colonos» e momentaneamente improdutivos; (d)- pelo encorajamento e apoio por parte do Estado ao sector privado, desde que respeitasse as linhas gerais da política económica e laboral definida pelo MPLA*”.

A realização da 3ª reunião do CC do MPLA entre 23 e 29 de Outubro de 1976, foi o marco decisivo para a clarificação das grandes políticas económicas do país e cumprir com o desiderato de atingir no mais curto espaço de tempo os níveis de produção de 1973. Mas com a evolução dos ventos da política no contexto nacional e internacional em 1991, estes sistemas económicos foram abandonados, dando lugar à um sistema de economia de mercado

Angola é rica em recursos naturais, estes que se subdividem em renováveis e não renováveis. Quanto aos renováveis, Angola tem muita água, conforme demonstramos quando falamos da hidrografia. Angola tem trinta e cinco milhões de hectares de terra arável. Destes, trinta milhões ainda são virgens. Angola tem uma fauna e flora

invejáveis, aos quais se junta a estação da seca onde o sol brilha e o vento sopra com capacidade de produção de energia renovável.

Quanto aos recursos não renováveis, a primazia vai para o petróleo. Outros recursos não renováveis existentes pelo país adentro e na costa marítima são: diamante, ferro, ouro, fosfatos, manganês, cobre, chumbo, zinco, estanho, volfrâmio, vanádio, titânio, crómio, berilo, caulino, quartzo, gipsita, mármore, gás natural, e substâncias betuminosas. Mas apesar deste manancial mencionado, é mister referir que, por causa da guerra que grassou o país durante algumas décadas, só agora é que se vai determinar o real potencial mineiro do país. O ato deste exercício foi presidido pelo Ministro de Estado da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa. Esta informação foi confirmada pelo Jornal Manchete, na sua Edição nº 65, de 04 de Julho (2014:6), que dá conta de que (...)” *o mesmo foi realizado por aviões de ZS-FSB da companhia CGG controlada pela empresa Chinesa CiTic, para a tarefa Nacional de Geologia. O projeto de prospeção aérea que terá aproximadamente uma duração de 5 anos, estará a cargo da CiTic, responsável por 25% da área total, pela empresa brasileira Costa e Negócios, com 37%, e pelo consórcio formado pelas empresas Impulso, Instituto Geológico Mineiro de Espanha e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia de Portugal, que detêm os restantes 37,5%. Durante o ato solene, o Ministro Edeltrudes disse que a data deste acontecimento fica marcada na história da mineração em Angola por ser a primeira vez que o país realiza o levantamento geológico, e neste caso, sendo o primeiro em África. (...) Este investimento, na sua globalidade, abarca aos cofres do Estado cerca de 40.5 mil milhões de kwanzas`*.

Devido a sua localização geográfica e clima, Angola reúne condições apropriadas para as práticas de: agricultura; criação de gado; e pescas. Por enquanto tem três Portos importantes que são os de; Luanda, Lobito e Namibe, sendo que o do Lobito, é considerado um dos melhores, na costa ocidental de África. O Porto do Lobito (no extremo oeste) está ligado a vila do Luau (extremo leste) pelo CFB. O CFB é uma importante infraestrutura económica através da qual, no tempo colonial, eram escoados importantes minérios e outras mercadorias provenientes da Zâmbia e do Congo (países sem mar), para serem comercializadas em outros países.

A sua costa escarpada do sul ao norte está prenhe de Baías. Tal é o caso das Baías: de Cabinda; Luanda; Porto Amboim e Baía dos Tigres. Tem cabos, como: a Barra do Dande; Cabo Ledo; Cabo de S. Brás; Cabo da Sta Marta; e a Ponta do Morro. Acrescem-se as quedas de Kalandula, as do Rio Queve, a fenda da Tundavala, a

montanha do Cristo Rei; a floresta do Maiombe; reservas naturais e parques, onde destacamos o Parque Nacional de Cangandala na Província de Malange, a única no mundo onde existe a Palanca Preta gigante e; o deserto de Moçâmedes, onde reina a planta singular no mundo que também é carnívora chamada, *Weliwítschia Mirabilis*. Estes e outra miríade de sítios ainda não explorados, permitem levar a cabo uma intensa atividade empresarial turística, capaz de alavancar substancialmente a economia nacional.

Concluindo, está demonstrado que o país tem inúmeros recursos, alguns dos quais ainda por explorar e outros ainda por descobrir. Não falamos ao pormenor sobre os recursos marinhos que também são abundantes. Se de um lado se capitalizar na transformação industrial destes mesmos recursos, e do outro, se se apostar na produção interna de formas a se criar a auto-suficiência pelo menos dos produtos da sexta básica e se criarem excedentes para a exportação, Angola terá uma economia forte capaz de ombrear com algumas economias regionais e mesmo mundiais, consolidando assim o seu papel geoestratégico.

CAPÍTULO III

3-O ROTEIRO DA PAZ EM ANGOLA E SEUS ANTECEDENTES

No primeiro capítulo deste trabalho, no seu item 1.1., sobre o conceito de paz e de guerra, colocamos a pergunta sobre, “de quê é que tinha nascido o entendimento entre as partes em Angola”.

Apresentaremos a seguir, alguns tópicos que, no nosso entender, se constituíram em antecedentes do roteiro da paz em Angola.

3.1.- Consequências da guerra fria em Angola

No nosso país, no quadro da guerra fria, confrontaram-se grandes potências como os EUA e a URSS. Os EUA no seu combate indireto utilizavam as tropas da África do Sul do apartheid, as poderosas e afamadas South African Defence Force (SADF) que, na altura, também levavam a cabo ações de desestabilização penetrando as suas forças de elite, os comandos especiais, e neutralizando colunas motorizadas em outros países africanos da região (Angola, Moçambique, Zimbabwe) utilizando desta feita os aviões caça bombardeiros de marca Mirage, os bombardeiros de marca Bukanier que, na altura, tinham a supremacia do controlo do espaço aéreo da região. As Forças guerrilheiras da UNITA, as FALA, na busca da solução da guerra fratricida, também aproveitaram este apoio americano, de princípio canalizado através da África do Sul. Esta guerrilha começou como uma pequena força dispersa mas que no tempo se foi agigantando, chegando mesmo a constituir grandes unidades militares bem treinadas, organizadas e especializadas em várias áreas do saber militar, como se de um exército convencional se tratasse.

A URSS, utilizava os conselheiros Soviéticos para orientar o exército angolano as FAPLA, e as tropas cubanas nas frentes de batalha. A formação das FAPLA, a princípio, dependia de instrutores cubanos. Esta formação data dos anos 74, altura em que as FAPLA tinham sido já treinadas e constituídas em várias e grandes unidades convencionais. É importante dizer aqui que, uma boa parte dos comandantes Cubanos, já tinha experimentado a guerra anti guerrilha, na Sierra Maestra. Por isso, eram já dotados de uma grande experiência de combate direto. Aliado a isso, pesava o forte elemento ideológico destes terem supostamente vindo ajudar as FAPLA sob a bandeira do Internacionalismo proletário. Por isso mesmo, estavam prontos a dar a sua vida porque acreditavam piamente na causa pela qual lutavam. Aliás, esse pensamento está

bem patente numa citação de Fidel de Castro, contida num artigo de Piero Gleijeses, intitulado “Angola: a batalha que pôs fim ao apartheid, quando dizia « *Nós não lutamos nem pela glória nem pelas condecorações, nós lutamos pelas ideias que consideramos justas*» (<http://www.odiario.info/p=3138>). Consequentemente, a utilização destes exércitos provenientes de países estrangeiros no nosso país, internacionalizou o conflito entre alguns países do leste (dependentes da URSS) e outros do oeste (dependentes dos EUA).

Durante as décadas dos anos 70, 80 e o início de 90, Angola transformara-se no campo de batalha mais feroz e mortífero do Continente africano, numa cova onde, com a cumplicidade das grandes potências, foram experimentadas diversas armas de diversos calibres, diversos fármacos e outras tecnologias de saúde. Em Angola, como referido anteriormente, a dado passo, passou a haver a situação de equilíbrio na balança militar que, por vezes pendia mais para um, outras, para o outro lado.

É consabido que não há bom conflito. Este é sempre mau e, felizes são as nações que têm grandes leaders, que no rescaldo da refrega da guerra, conseguem inteligência, lucidez e força anímica suficientes, para dar uma oportunidade aos métodos de resolução de conflitos. Convenhamos que, quem assiste a guerra de fora e que não conheça as reais motivações dos contendores, possa ficar estupefato, porquanto, durante qualquer conflito, tudo o que estiver a frente do nosso cano, passa para inimigo, concomitantemente arrasado. Os ódios acirram-se. Em situação de eminência, apesar de haver as convenções internacionais sobre os procedimentos durante o conflito, estes normalmente são desrespeitados, o perdão torna-se mínimo, senão mesmo nulo. Vezes há que devido a instrumentalização das partes que é característica nestas situações, até irmãos do mesmo ventre se matam. A sorte do enterro condigno ou não dos mortos, depende das circunstâncias do momento. O mundo das viúvas cresce, por isso os órfãos aumentam. A destruição de tudo o que é do inimigo passa a ser uma ordem a cumprir diariamente. Nisso tudo, ainda quem mais sofre, é o pacato cidadão que passa por carne de canhão, porquanto é recrutado e as vezes nem é treinado, mas é utilizado de acordo a vontade e a necessidade do mandante. Neste particular, a população quando é apanhada no fogo cruzado, é obrigada a ficar bem com quem tiver conquistado no momento o seu habitat, seja ou não de sua escolha política. Lembramo-nos que nestas circunstâncias é comum utilizar-se o adágio popular que diz: “ o marido da minha mãe é que é o meu pai”. Isso para significar que ela (mãe) teria que ficar bem com qualquer vencedor do

momento, pois de contrário podia pagar com a sua própria vida. Essas e outras maleficências do conflito não foram exceção no nosso país.

A guerra fria em Angola, teve como um dos efeitos, a desestruturação, a desarticulação e dilacerou completamente o seu tecido social, cujas consequências e reminiscências ainda são visíveis. Por exemplo, a dificuldade de se traçarem políticas económicas consentâneas que poderiam ter evitado o surgimento de fenómenos nefastos como os meninos de rua, baixo nível de escolaridade, desemprego juvenil com a consequente precaridade profissional que dificultou a inserção socio profissional. Cresceu o roubo e a corrupção. Emergiu a desestruturação étnica, levando à morte de culturas diferenciadas. Como não podia deixar de ser, o sistema de justiça foi a reboque, por vezes resolvendo casos a revelia e a margem do respeito dos direitos fundamentais do homem. O número de viúvas e mulheres abandonadas cresceu, consequentemente muitos órfãos por vezes de pais ou mães vivos. Enfim, a guerra é um acontecimento bruto, trágico, que traumatiza para sempre os povos, tanto os que a ganham assim como os que a perdem.

A presença colonial na África Austral, que é outra das consequências da guerra fria, propiciou o surgimento dos principais Movimentos de Libertação Nacional. No caso, apareceram: Na África do Sul, o ANC; na Namíbia, a SWAPO e: em Angola, a FNLA, o MPLA e a UNITA. Na África do Sul, o ANC lutou contra um dos regimes mais retrógrados do mundo. Era o sistema onde reinava a segregação racial, o afamado apartheid. Note-se que a África do Sul, por enquanto é a potência regional nesta área, tanto económica, assim como militarmente, que usou esta hegemonia para asfixiar não só os sul- africanos, mas também a Namíbia, país que ocupava ilegalmente. Mais grave do que isso, é que a África do Sul racista, também estendeu os seus tentáculos militares para Angola. Na altura, ela invadiu Angola militarmente utilizando o seu manancial militar, logístico e administrativo mais moderno, em apoio a UNITA. Mas é justo dizer-se que, na altura em que o exército sul- africano invadiu Angola com o consentimento do seu principal aliado, os EUA, já os Cubanos combatiam no mesmo teatro ao lado das tropas do MPLA desde 1974.

Como vemos, foi a entrada em cena dos sul-africanos apoiados pelos EUA, dos cubanos e de outros do bloco de leste apoiados pela então URSS, e a entrada dos catangueses, que internacionalizou o conflito nesta Região. O conflito mudara de natureza. Já não era só uma guerra civil entre o MPLA e a UNITA. Era um conflito

internacional que ocorria no período da guerra fria, motivado por interesses incompatíveis alguns dos quais inconfessos das partes envolvidas.

As consequências da guerra fria em Angola não podem ser vistas de forma isolada, porquanto, elas condicionaram grande, senão totalmente os comportamentos posteriores dos aliados vencedores da II Guerra Mundial. Por exemplo, enquanto os E.U.A., no tempo do presidente Franklin Roosevelt, enunciavam o princípio da descolonização assente no respeito pelo direito dos povos à independência total e incondicional, o primeiro ministro britânico Winston Churchill, aceitou o referido princípio bastante contrariado porque, a dado passo teria mesmo afirmado que, o Reino Unido não estaria na disposição de vir a perder o império que viesse a conquistar. Pese embora que as superpotências acolhessem o princípio, faziam-no em perspectivas diferentes. Apoiavam os vários movimentos de libertação, estes, até, muitas das vezes antagónicos, porque visavam atrair as colónias em vias de independência para as suas áreas de influência. Isso fez com que as mesmas potências, na defesa dos seus interesses, muitas vezes estivessem por detrás de guerras por delegação, na periferia do sistema mundial.

A guerra fria representou para o MPLA e para a UNITA, um período, um momento em que cada um procurou tirar o melhor e maior proveito do apadrinhamento de que era alvo da parte dos dois blocos, na tentativa de ver cumpridos os seus objetivos partidários. O MPLA, procurando manter-se sozinho no poder, procurando para o efeito eliminar o seu arquirrival, tido como vende pátria, sobretudo por se ter aliado a África do Sul do apartheid que, de facto, depois do nazismo, era um dos regimes mais retrógrados do mundo. E como se não bastasse, também aliada dos patrões do sistema capitalista, que era tido como reaccionário, expansionista e neocolonialista. E a UNITA, afirmando-se como uma força progressista que combatia à favor da liberdade, da democracia, da igualdade de oportunidades, da defesa dos direitos fundamentais do homem e como bastião do expansionismo soviético em África. Obviamente, essa relação de forças era desencadeada com as superpotências nos bastidores.

Segundo Correia (2010:33), algumas das consequências decorrentes da guerra fria foram:

- (...) *“Estabeleceram-se as bases da divisão da Europa numa linha por onde viria a passar a cortina de ferro e que constituiu a linha da frente dos pactos militares*

opostos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia (PV);

- *Lançaram-se os fundamentos da partilha do mundo em zonas de influência, separadas por razões de ordem ideológica, que constituiria um fator de tensão e disputa permanente durante toda a Guerra Fria e estaria na base de inúmeros conflitos por delegação, ou mesmo de intervenções diretas das superpotências;*

- *O direito de veto das cinco potências membros permanentes do CS viria a estar na base da paralisação da ONU sempre que estivessem em causa os seus interesses, que só se sentiam condicionados pela ameaça dissuasora das potências rivais, que prevaleceu durante todo o período da Guerra Fria e subverteu o espírito da segurança coletiva``.*

Também é nosso parecer que, como consequência da guerra fria, em Angola, no ponto de vista prático vivenciamos as três situações da trilogia de paz enunciadas por Aron, no primeiro capítulo deste trabalho, quando falamos sobre o conceito de paz. Vejamos. Por exemplo, entre os anos 1975 e 1983, viveu-se a segunda situação, a situação de hegemonia. Nessa altura, o potencial militar do MPLA/FAPLA, dominou os outros, sendo a FNLA e a UNITA. Os três movimentos de libertação vinham de uma difícil empreitada de guerra de guerrilha contra o colono português. A sua situação em recursos humanos e materiais era ténue. No entanto, destes, a FNLA que parecia reunir melhores condições no contexto global, decorrentes do apoio que recebia do então Congo Kinshasa, não aguentou o embate e soçobrou mesmo em 1975, aquando da batalha de Kifangondo, à porta de Luanda, que foi o seu cemitério militar.

Jorge Risquet Valdês¹¹, aquando dos festejos do 35º aniversário da independência de Angola, referiu-se a batalha de Kifangondo nos seguintes termos: “(...) Depois do envio dos primeiros 500 especialistas para o manejo dos chamados 40 canos, o primeiro grande contingente de tropas internacionalistas cubanas desembarca em Luanda a 10 de Novembro, dirigindo-se imediatamente para a frente de batalha do Kifangondo, a norte de Luanda (...) a FNLA e as tropas do exército da República do Zaire, auxiliados por mercenários sul africanos, só não conseguiram entrar em Luanda devido a teimosia de Holden Roberto, que insistiu que a entrada teria de ser via Caxito e não por outro lado, se tivesse mesmo sido por outro lado, nós não teríamos

¹¹ -Jorge Risquet Valdês, membro do Comité Central do Partido Comunista De Cuba e alto dirigente da Revolução cubana.

conseguido impedir a sua entrada, pois as tropas cubanas não conheciam o terreno”.
(Fonte: *Jornal de Angola*, edição do dia 4 de Maio de 2015)

Retomando a ideia das três situações da trilogia de paz de Raymon Aron, a primeira situação, a do equilíbrio, onde o potencial dos contendores é semelhante, *Ipso facto* se anulam reciprocamente, em Angola vai dos anos de 1983 até ao fim da guerra em 1991. Mas foi a partir de 1987 que esta tendência que teve o condão de mostrar aos então inimigos que uma vitória militar de um dos lados era praticamente impossível, se tornou mais patente. A partir desta altura, as FALA progressivamente começaram a controlar taticamente o país. Quer dizer, as FAPLA tinham sido corridas da maior parte das principais vilas e aldeias e acantonadas nas principais capitais provinciais, algumas das quais, se revezavam de mão em mão. Na altura, as FALA conseguiram neutralizar uma boa parte das incursões das FAPLA no interior das suas linhas. É prova disso a famosa batalha de Mavinga, que foi desfeiteada no rio Lomba em 1987. Mas o controlo pelo Governo de algumas destas capitais que incluía Luanda (centro do exercício do poder do MPLA), sempre deu vantagem estratégica ao regime que, jogando bem com os recursos naturais (mormente o petróleo e os diamantes) ao seu dispor, conseguiu praticar o sábio e velho adágio político segundo o qual: (...) “*em política não existem nem amigos, nem inimigos permanentes. Existem sim interesses permanentes*”, (Savimbi, 1983). Com esta máxima que vem da escola marxista-leninista, o MPLA habilmente conseguiu agarrar e meter na mesma panela de interesses económicos, tanto os Americanos quanto os Russos, Cubanos e Franceses que bem precisavam do nosso petróleo, do nosso diamante e de outros nossos recursos naturais para a manutenção das suas indústrias. Aos Russos e Americanos não interessava ficar hipoteticamente bem com quem controlava mais território ou mais população. Interessava sim ficar com quem tinha a riqueza de Angola na mão, e este era o MPLA.

Foi decorrente deste equilíbrio de forças no campo militar que começaram a surgir os primeiros sinais públicos para a solução do conflito angolano, utilizando os meios de resolução de conflitos, no caso, a mediação. Desta feita, por causa da pressão política e diplomática, provavelmente decorrente do facto de a balança militar na altura estar a pender a favor das FALA, o falecido Presidente Mobutu Seseseko Wasabanga, ofereceu-se para mediar as negociações entre o MPLA e a UNITA, na sua terra natal em Gbadolite (1990), naquilo que ficou registado como um facto inegável na história de Angola e conhecido como a Cimeira de Gbadolite.

Já a terceira e última situação da trilogia de Raymon Aron, a situação de império militar, aconteceu na última fase de guerra, mais precisamente em 2002. Aí, em função das sanções impostas a UNITA, o potencial militar das FAA (note-se que nessa altura, já se tinha constituído o exército único) ultrapassou e de que maneira, o das FALA. Em face deste desequilíbrio, as FALA ficaram sujeitas a ripostar aos golpes das FAA, perdendo toda a autonomia, consequentemente, perdendo toda a iniciativa. Aos 22 de Fevereiro de 2002, o seu Alto Comandante, Dr. Savimbi, tombara em combate na localidade de Lucusse, na Província do Moxico. Neste rescaldo muitos dos seus combatentes morreram, alguns foram capturados e outros renderam-se. Na altura isso enfraqueceu de tal forma a UNITA que esta perdeu quase que totalmente a sua autonomia política, diplomática, militar e administrativa. Foi por isso que as partes preponderantes da assinatura dos acordos do memorandum do Luena, foram os então Chefes dos Estados-maiores das duas forças armadas ora desavindas, ao invés do que é curial e clássico nestas ocasiões, em que seriam as entidades políticas a rubricarem os referidos acordos. De todo o caso, a lição que aqui se pode apreender, e uma vez mais fazendo analogia da trilogia de Raymond Aron sobre a paz pela força, é que, independentemente da forma como um dado conflito tenha terminado (equilíbrio militar, hegemonia militar de um dos lados ou mesmo império militar de uma das partes), as relações internacionais, com maior ou menor pendor, fazendo uso dos meios de resolução de conflitos, a dado estágio do processo se farão presentes. Angola é bem o exemplo disso, pois afinal, só conversando é que os homens se entendem.

Por outras palavras, foi no cruzamento entre a manutenção dos interesses económicos das duas superpotências na rica região austral de África e os dos Movimentos de Libertação de Angola então desavindos, que o MPLA e a UNITA buscaram apoios para as suas causas. O MPLA (conforme já referido anteriormente) escolheu o bloco de leste. A UNITA, já nos anos 80 conseguiu fazer-se mais solidamente ao bloco do ocidente, a partir do qual, os EUA e alguns países seus aliados lhe deram apoio multiforme. Estes blocos foram alimentando esta guerra infernal entre os angolanos, fabricando e vendendo-lhes o seu armamento, em troca dos seus recursos naturais. Os seus *pivots*, eram o exército sul-africano e alguns conselheiros provenientes da América em apoio da UNITA, e o exército cubano, conselheiros Soviéticos e fala-se também de alguns israelitas, em apoio ao MPLA. A guerra entre os angolanos acirrou-se mormente a partir de 1987. Mas parecia claro que nenhuma das partes atingiria uma vitória militar. Começaram então algumas movimentações diplomáticas que

culminaram com a assinatura dos acordos de paz em Bicesse- Portugal, aos 31 de Maio de 1991. Aliás, fica assim provado o nosso axioma anteriormente enunciado segundo o qual, independentemente do estágio de qualquer conflito militar, seja ele quem estiver a perder ou a ganhar, no fim, a utilização dos meios de resolução de conflitos, é uma ponte obrigatória para a obtenção da paz.

Sumarizando, e referindo-nos ao que mais toca as antigas colónias portuguesas, com acento tónico para Angola, a guerra fria que consequentemente formalizou a divisão do mundo em blocos de influência, prejudicou grandemente o processo de independência destas colónias, porque fomentou e acirrou rivalidades intestinas entre os Movimentos de Libertação. Os Movimentos de Libertação angolanos; FNLA, MPLA e UNITA, são bem o exemplo mais acabado deste axioma. Este comportamento interesseiro dos blocos mundiais deu aso a apoios mais ou menos obscuros às potências coloniais, favorecendo a eclosão de guerras de libertação em prejuízo de processos pacíficos de transferência de poder entre os colonizadores e os colonizados.

3.2.- Os Movimentos de Libertação

Cada Movimento de Libertação angolano, como é óbvio, foi fundado em tempo e circunstâncias diferentes. E a maneira como cada um deles foi fundado conferiu-lhe a matriz que caracteriza a sua forma de ser e de estar no andar dos tempos.

Na África Austral, a guerra fria pode ser tida como o fenómeno que propiciou o surgimento dos movimentos de libertação porquanto, uma das suas consequências foi a divisão do mundo em zonas de influência. Esta divisão fez com que cada uma das partes se preocupasse em não se deixar ultrapassar pela outra em matéria de tecnologia armamentista e que nenhuma região do mundo considerada importante para um dos blocos, passasse para o controlo do outro. Foi neste cruzamento de interesses em que a África Austral, em particular Angola foi apanhada. Nenhum dos blocos queria que o controlo da estratégica rota do Cabo e as imensas reservas de recursos naturais renováveis e não renováveis passassem para o controlo do outro. Este período, nos finais da década dos anos 50, coincidiu com o processo da descolonização de algumas colónias africanas, cujas pioneiras foram; o Ghana e o Sudão do império Britânico e a Guiné-Conakri do império Francês. Porém, este movimento independentista não foi homogéneo na sua forma. A África Austral teve a particularidade de ter sido a região do continente onde o colonialismo foi mais teimoso e feroz, particularmente nas ex-colónias Portuguesas e em algumas Britânicas. Esta renitência em entregar

pacificamente o poder aos autóctones propiciou o surgimento de conceitos, de princípio, de pessoas singulares que passaram a encarnar as vontades de libertação dos seus povos. Estes, os nacionalistas, foram mobilizando à sua volta outras vontades que se identificavam com as suas causas, sendo que, estas, já não eram só suas, mas sim de grupos. Porém, a estes grupos faltava a homogeneidade de pensamento. Podiam ter um objetivo comum. Neste caso, a independência de Angola. Mas diferiam na essência do tipo de independência, e nos métodos de como alcançar este mesmo desiderato. Portanto, eram vontades soltas que os destacados nacionalistas procuravam amalgamar vis a vis à um inimigo comum. Eram movimentos, encarnados em grupos de pessoas e vontades díspares que procuravam libertar-se do opressor. Eram os Movimentos de Libertação.

No caso de Angola, estes nacionalistas foram, o Mais Velho Holden Roberto, Dr. António Agostinho Neto e o Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Estes ícones máximos e incontornáveis da história de Angola, lutaram por um objetivo comum; a independência de Angola. Também foram unânimes em recorrer a luta armada, como a única forma de pressionar o regime de Salazar à entregar o poder aos angolanos. Mas não foram unânimes nos métodos de como levar a cabo esta luta armada. Enquanto a FNLA e o MPLA levavam a cabo a guerra de santuário, infiltrando grupos armados no interior de Angola a partir de países vizinhos, atacar e regressar aos santuários, a UNITA defendia que os dirigentes deviam integrar a luta armada no interior do país, para lutar junto do povo e das tropas. Esta e outras divergências fizeram com que cada Movimento de Libertação levasse a cabo o seu combate contra o colonialista. Por outro lado, esta cisão fez com que, no quadro da guerra fria, cada Movimento de Libertação buscasse os seus próprios apoios, não bem na base ideológica, mas sim lá onde fosse mais fácil obtê-los. Concomitantemente, as duas grandes potências souberam aproveitar bem estas fraquezas dos angolanos e, procuraram puxar cada uma para o seu lado, fornecendo material bélico, dinheiro e apoio político e diplomático ao movimento que mais lhe parecia apetecível na concretização dos seus objetivos estratégicos, conforme retratado na introdução deste trabalho.

Figura 4-

Presidentes dos Movimentos de Libertação durante a guerra anti-colonial



FNLA- Holden Roberto

Fonte:<http://www.google.com/search?sa=x&biw=11888>



MPLA-António Agostinho Neto

Fonte:http://wikipedia.org/wiki/Agos-Tinho_Neto



UNITA- Jonas Malheiro Savimbi

Fonte:www.google.com/search?9=Jonas+Savimbi&t

3.2.1.- A FNLA

Apesar das ideias revolucionárias deste partido terem sido influenciadas a partir do interior do país, mais concretamente no norte e na orla marítima do Congo Francês e Belga, onde o grupo etnolinguístico Bacongo ocupava uma grande área geográfica, foi no exterior que, depois de várias metamorfoses, ganharam (ideias) forma, com a ajuda do então Presidente, Mobuto Seseseke Wazabanga, que era cunhado do Presidente da FNLA, o Senhor Holden Roberto. Daí a dificuldade que este Movimento de Libertação tem tido na sua implantação no espaço territorial.

Como qualquer outra organização, a FNLA conheceu vários ciclos no processo da sua fundação. Dados extraídos do site (<http://petrinus.com.sapo.pt/partidos.htm>), revelam que, (...) “ *A partir do final da década de 40 surgiram, no norte de Angola, vários movimentos com o objetivo comum de se oporem ao sistema colonial. Tiveram de início, características messiânicas e base tribal, destacando-se o movimento encabeçado pelo «profeta» Simão Toco, que anunciou o fim da miséria e nova mensagem divina. Embora detido pelas autoridades em 1949, as suas ideias estenderam-se entre os bacongos emigrados no então Congo Belga, que vieram a criar em 1956, a Aliança do Povo Zombo (ALIAZO). Este movimento converteu-se, em 1962, no Partido Democrático de Angola (PDA) ».*(...) “ *Contudo, a organização que viria a dar consistência ao nacionalismo bacongo foi a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), criada em Julho de 1954, em Leopoldville, com a finalidade de influenciar a sucessão do Rei do Congo, Pedro VII, que morreu nesse ano. A UPNA pretendia que o futuro monarca fosse mais independente das autoridades portuguesas, apresentando como candidato Holden Roberto aparentado com o antigo Rei*”. (...) “ *A UPNA tinha como objetivo programático a independência do antigo reino do Congo, em que se incluía Cabinda. Com esta ideia, Holden Roberto foi, em Dezembro de 1958, ao congresso dos povos africanos realizado em Acra. Perante a vitalidade da ideia do pan-africanismo ficou convencido da necessidade de diluir a componente tribal do seu partido, o que o levou a mudar-lhe o nome para UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA (UPA)*” .

A UPA, transformou-se em Frente Nacional Para a Libertação de Angola (FNLA), em Março de 1962, integrando o PDA. Em Abril é criado o GRAE que chegou a ser reconhecido juridicamente pela OUA, e em Agosto é criado o ELNA, o seu braço armado. O seu Leader, Holden Roberto, nasceu em São Salvador do Congo (atual

Banza Congo) aos 12 de Janeiro de 1923, filho de Garcia Diasiwa Roberto e de Joana Lala Nekaka, e morreu aos 2 de Agosto de 2007. Em 1925, fruto da instabilidade política e militar que o país vivia, mudou-se com os seus pais para o então Congo Kinhsasa, atual Congo democrático, de onde só regressou 28 anos depois, portanto em 1951. No âmbito da formação, em 1940 concluiu os estudos liceais, tornando-se funcionário do ministério das finanças da Bélgica em Stanleyville, atual Kisangani durante 8 anos.

Quanto a personalidade de Holden Roberto, o Brigadeiro Veríssimo Gilberto da Piedade, PHD em ciências sociais na especialidade de estudos estratégicos, atualmente professor na ESG, ele que de 1983 a 1994 foi o chefe do centro de comunicações do Presidente da República-Eng. José Eduardo dos Santos, que integrou a delegação do Governo de Angola às negociações de Bicesse, na entrevista a que já nos referimos, é da seguinte opinião: (...) *“Holden era mais um chefe tribal. Foi por isso que não se notou bem a FNLA a evoluir fora do âmbito etnográfico. Deixava a ideia que queria restaurar o antigo Reino do Congo”*.

Segundo dados, nos pontos de vista militar e de apoio externo, nos anos de 1975/76, a FNLA possuía cerca de 4.000 homens mal armados, ubicados há 75 kms da capital, e que lutavam pela sua sobrevivência. (...) *“Embora tivesse o apoio de Mobutu, a FNLA era odiada pelos outros dois movimentos, pelos negros do Sul, pelos Brancos e pelo exército portugueses. Tinha poucos seguidores em Luanda e não se lhe conheciam outros apoios, no resto de Angola, fora da tribo bacongo”* (Marques, 2013:50).

Porém, segundo Rafael del Pino, aos 28 de Fevereiro de 1975, uma delegação da FNLA aproximou a embaixada sul-africana em Londres, sobre um possível apoio em armas. O pedido inicial era de 40 a 50 peças de artilharia de calibre médio com as respetivas munições. Em contrapartida, a FNLA iria levar a cabo operações militares contra a SWAPO. Na sequência do pedido, o Ministro de Defesa Sul-africano, através de uma ordem operacional 8/75 decretada pelo exército Sul-africano, autorizou a que fosse concedido à FNLA todo o tipo de apoio militar que possibilitasse parar o avanço do MPLA. Este apoio foi mais substancial na antiga Serpa Pinto (atual Menongue), Ninda no Leste de Angola, Cuito Cuanavale no sul e no Luenha. Outras informações abstraídas do mesmo livro, revelam que depois da instituição do governo de transição em Luanda, no dia 31 de Janeiro de 1975, a FNLA recebeu grandes quantidades de armas procedentes da China, Roménia e Coreia do Norte.

Sérgio Vieira (2013: 99-100), confirma isso mesmo no parágrafo que segue:

(...) *“Nos meses que se seguiram ao golpe militar em Lisboa, o apoio das superpotências aos movimentos nacionalistas foi praticamente nulo, embora a república Popular da China, atenta aos laços entre o MPLA e a União Soviética, tenha fornecido à FNLA uma ajuda substancial (450 toneladas de armamento e 125 instrutores militares) em Maio de 1974”. (...) “Assim, em 22 de Janeiro de 1975, influenciado por William Colby e James Potts, diretor e responsável pelos assuntos africanos da Central Intelligence Agency (CIA) respetivamente, o Forty Committee do National Security Council decidiu ceder à FNLA uma ajuda financeira de 300.000 dólares”.*

A FNLA, decorrente do apoio fornecido por Mobutu, integrava no seu seio elementos do exército do então Congo, os afamados Kamanhola, conhecidos pelo seu alto grau de indisciplina. Um exército cujos integrantes falavam lingala e francês. Os hábitos e costumes destes, que eram contrários ao meio em que estavam inseridos, em certa medida, dificultaram a inserção deste movimento na sociedade angolana. Esse pode ter sido umas das causas que ditaram a sua pouca popularidade.

3.2.2.- O MPLA

A fundação do MPLA encontra-se rodeada de alguma polémica e contradições. Segundo a sua versão oficial, esta foi fundada em 1956. A outra versão dá conta desta ter sido fundada em 1960, após a II conferência Pan-Africana. A história se encarregará de esclarecer estes equívocos.

O MPLA nasceu da cidade para o campo. Levou a cabo uma luta clandestina bem sucedida dentro das cidades angolanas, com acento tónico na capital Luanda e em outras ao longo do litoral. Isso explica a grande implantação que este movimento tem dentro de algumas destas cidades. Creio que teria logrado maior implantação se, a sua direção, durante algum tempo não tivesse dirigido o referido movimento a partir do exterior do país, no então Congo Brazzaville.

No cômputo do contexto externo, o apoio Soviético ao MPLA começou em 1961, quando recebe os primeiros estudantes bolsistas da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), onde figuravam vários angolanos afetos a este Movimento. Nesse mesmo ano, um grupo de seus dirigentes, Mário Andrade- Presidente interino, e Viriato da Cruz- Secretário-geral, deslocaram-se à Moscovo com o propósito de pedir apoio em armamento. Ainda nesse ano, guerrilheiros do MPLA partiram a então União

Soviética, para a sua formação política e militar: Julião Mateus Paulo (Dino Matrosse), Afonso Van-Dúnem (Mbinda), Pedro de Castro Van-Dúnem, José Eduadrdo dos Santos, de entre outros faziam parte do referido grupo. Esta formação ocorreu na Escola da organização juvenil do Partido Comunista da União Soviética, o *Komsomol* leninista.

Em 1965, a Direção do MPLA enviou guerrilheiros para frequentarem cursos de Marinha de Guerra e da Força Aérea, na Polónia e na União Soviética. No ano seguinte, foram enviados outros guerrilheiros para Cuba, para a formação civil e militar, enquanto outro grupo se encontrava na Ucrânia.

A União Soviética dispensou alguns dos seus navios e aviões para o transporte de armamento e medicamentos para apoiar a luta de libertação nacional conduzida pelo MPLA. Em Setembro de 1964 um navio chega a Ponta Negra (República do Congo), proveniente da URSS, transportando armamento, e esse mesmo navio também serviu para transportar guerrilheiros da Ponta Negra para Dar-es-Salam (Tanzânia).

Para este sucesso do MPLA, pesou a filiação no Partido Comunista Português, por parte de Agostinho Neto. O PCP era como que uma sucursal do PCUS. Assim, se Neto não fosse militante comunista, o PCP nunca se teria envolvido na preparação da sua fuga de Portugal, em 1962, para Marrocos e posteriormente para Leopoldville. Portanto, essa aliança assentava em pilares ideológicos sólidos do Marxismo-leninismo. O Marxismo-leninismo, era uma doutrina ideológica consistente que provou a sua eficiência neste tipo de guerras. Os seus fundamentos tinham o condão de galvanizar as massas populares, os soldados e os quadros para a luta, e era uma doutrina essencial na solução dos problemas dos Movimentos de Libertação, porque não tinha fins lucrativos imediatos, mas perseguia objetivos políticos a longo prazo. De acordo com esta doutrina, no exercício do poder real, os objetivos políticos sempre subordinavam os demais objetivos. Foi com base nesta filosofia que, no período supracitado, o MPLA conseguiu granjear outros apoios em homens e em meios, conforme retratado nos parágrafos seguintes por Alexandra Marques:

(...) *“a atitude moderada” (...) “e relativamente ponderada de Rosa Coutinho em relação a cada um dos três Movimentos mudara após o 28 de Setembro. A partir daí, mudou claramente a sua postura (...) com um discurso mais claramente orientado no sentido de apoiar um dos três Movimentos, concretamente, o MPLA”*. Para Mário Soares, era óbvio que as autoridades de Portugal nem sempre foram neutrais na fase de transição: (...) *“Cometemos alguns erros; os nossos representantes sucessivos em Luanda conduziram políticas sensivelmente diferentes. O Almirante Rosa Coutinho*

favoreceu o MPLA e deu-lhes uma força militar que eles nunca tinham tido”. (Marques, 2013: 147).

Rosa Coutinho, viria anos mais tarde confirmar esta verdade nos seguintes termos: *“Quando lá cheguei [a Angola], (...) o MPLA não era propriamente um partido organizado, posso dizer que conheci mais do que cinco MPLA. (...) Era uma coisa completamente esfrangalhada. (...) Mas eu fui avaliando as possibilidades, e cheguei a conclusão de que o único movimento que tinha, digamos, raízes culturais e que tinha um sentido político era de facto o MPLA, apesar das suas divisões. É evidente que nisto havia muito de influência portuguesa. A maior parte dos dirigentes do MPLA eram homens que tinham estudado em Portugal, tinham amigos em Portugal, tinham vivido até a situação política portuguesa- caso do Agostinho Neto, que tinha sido militante do Partido Comunista”.* Após a queda de Spínola, Rosa Coutinho consegue que o Governo de Lisboa autorize a instalação em Luanda de delegações dos três movimentos, cada um deles dispondo de um «corpo de segurança e de proteção» de 600 homens. *E foi aí- prossegue o Almirante- que se revelou logo uma das fraquezas do MPLA- não tinha os 600 homens. (...) Propus que a cada um dos movimentos de libertação reconhecidos fosse atribuída uma importância de dez mil contos mensais... E foi isso que permitiu ao MPLA sobreviver (...)*. (Coutinho **apud** Sérgio Vieira, 2013: 76-77).

Marques, (2013:149-153), testemunha que a União Soviética preparava o envio iminente de grandes quantidades de armamento para o MPLA. Em finais de 1974, (...) *“Moscou aceitou armar e preparar uma brigada motorizada que deveria estar operacional na altura da independência”.*(...) *“Sabe-se agora que, no início de Dezembro, Moscovo elaborou um plano de fornecimento de armas pesadas e uma grande quantidade de munições ao MPLA, usando o Congo como ponto de escala “.* (...) *“ Em Outubro, Neto recebeu através do porto do Lobito um carregamento de armas soviéticas procedentes de Brazzaville”.* (...) *“O MPLA também pedira a Moscovo «a criação de uma força de elite rápida, eficiente e bem armada de 2.250 homens, com os seus próprios meios de transporte».*

Piet Nortje, (2003:1) num dos seus artigos que aqui transcrevemos e traduzimos, corrobora com informações sobre o apoio de que o MPLA era alvo quando diz: (...) *“ By October 1975, at least 1500 combat-ready Cuban troops had been despatched from Havana to boost the ranks of Agostinho Neto`s marxist and largely urban based Movement for the Liberation of Angola-MPLA. Formed in Luanda in December 1956, the MPLA enjoyed the support of both the Organization of African Unity (OAU) and the*

independente Front Line States, such as Zâmbia and Tanzânia “ . Tradução do autor- (...) “por volta de Outubro de 1975, pelo menos 1500 tropas cubanas prontas para o combate, foram despachadas de Havana para reforçar as hostes do movimento marxista de Agostinho Neto, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que tinha uma grande implantação citadina. Fundado em Luanda em Dezembro de 1956, o MPLA granjeou o apoio de ambas, a Organização da Unidade Africana (OUA) e o Estados Independentes dos Países da Linha da Frente, como a Zâmbia e a Tanzânia”.

Na mesma lógica, Rafael del Pino, (1991: 156-167) no seu livro *«Proa a la Libertad: La história de una vida heroica consagrada a la más alta causa de la humanidad: la libertad»*, dá conta de aos 15 de Fevereiro de 1975 ter sido chamado para uma reunião especial no Ministério das Forças Armadas de Cuba. (...) *“Ali foi encarregado da missão de seleccionar um grupo de oficiais especialistas da força aérea, capazes de garantir as condições mínimas necessárias num aeródromo para o seu funcionamento e a receção de aviões de transporte em Angola. Era o prelúdio dos planos para a futura Operação Carlota”*¹².

É importante notar que Rafael del Pino não foi o primeiro oficial cubano a pisar o solo angolano, no quadro da preparação desta mega operação militar que, nesta altura, sob outro signo, corria em low profile. Já nos meados de Novembro do ano de 1974, a pedido do Presidente Agostinho Neto, Cuba enviou para Angola via Tanzânia, o oficial Cadelo e o Major Afonso Pérez Morales (também conhecido por Pina). Este conhecia a África porque já tinha servido o PAIGC na Guiné Bissau. Concomitantemente, não só falava português, mas também conhecia a cultura africana, o que lhe facilitava navegar nestes países. Utilizavam passaportes falsos como se fossem refugiados angolanos. Da Tanzânia viajaram para Lusaca e daí penetraram Angola, começando o seu périplo pelo país, na então cidade do Luso, hoje, Moxico.

«Essa história incrível- curiosamente pouco conhecida fora de Cuba- começou em Lisboa, em 25 de Abril de 1974. A Revolução dos Cravos derrubou a ditadura salazarista, que detinha o poder em Portugal desde os anos 1930.

¹² - A Operação Carlota consistiu no treinamento, especialização e apetrechamento das FAPLA por especialistas Russos e Cubanos. Também consistiu no desembarque de grandes quantidades em material bélico e em tropas cubanas e conselheiros Russos, por ar e por mar, com o objetivo de derrotar os inimigos de então, de sorte a permitir ao Presidente Dr. Agostinho Neto, proclamar unilateralmente ao mundo, a independência de Angola. Este foi o objetivo da primeira fase desta operação.

Recém -instalado, o novo governo decidiu abandonar o seu império colonial que, além de Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, Macau e Timor, contava com uma “joia da Coroa”: Angola, rica em petróleo e minério. Lá, três movimentos independentistas que até então enfrentavam separadamente o colonizador passaram a disputar o mesmo inimigo. De um lado o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), comandado pelo líder marxista António Agostinho Neto (1922-1979), era apoiado pelo bloco soviético. Do outro lado, a Frente de Libertação de Angola (FNLA), do independentista Holden Roberto (1923-2007), e a UNITA, de Jonas Savimbi (1934-2002), recebiam auxílio do Ocidente.

A fim de acalmar as tensões exacerbadas entre os angolanos, que corriam o risco de levar o país à uma guerra civil, os portugueses rapidamente anunciaram, em Janeiro de 1975, a data da futura independência: seria no próximo dia 11 de Novembro. Contagem regressiva teve início e restavam, portanto, menos de dez meses a cada um dos movimentos para preparar a guerra. Pois todo o mundo entendeu: aquele que controlasse Luanda, a capital, no dia da partida dos portugueses, automaticamente se tornaria o novo senhor do país.

O líder do MPLA Agostinho Neto- que conhecera Che Guevara dez anos antes, no Congo- naturalmente fez um apelo para que Fidel de Castro viesse em seu socorro. Este, num clarão de génio, concebeu e organizou a famosa “operação Carlota”. Loucamente audaciosa, consistia em estabelecer uma ponte aérea e marítima entre Havana e Luanda, para encaminhar milhares de “internacionalistas” e equipamentos que permitissem ao MPLA de Agostinho Neto tomar Luanda algumas horas antes da data fatídica. No outono de 1975, milhares de soldados cruzaram o oceano a bordo de transatlânticos e de quadrimotores Britannia da aviação Cubana, para chegar, em meio ao maior sigilo, às margens da África Austral. A operação foi facilitada pelo facto de que o contingente cubano contava com muitos negros e mestiços, que facilmente se fundiam à paisagem». (Juan Reinaldo Sánches, 2014:194-195)¹³

Para a verosimilhança do apoio estrangeiro acima exposto, socorremo-nos das declarações de Sua Excelência, o Presidente da República de Angola e Comandante em Chefe das FAA, Eng. José Eduardo dos Santos, quando falava à televisão brasileira, “Bandeirante”, sobre o apoio estrangeiro que Angola teve no passado:

¹³ -Juan Reinaldo Sánchez, atleta de alto nível, com treinamento militar, e académico, se dedicou inteiramente à causa da Revolução. Em 1977, passou a integrar a equipe de segurança pessoal de Fidel de Castro. Ele acompanhou intensamente a vida do líder durante os dezassete anos seguintes, registrando diariamente todos os detalhes de suas ações.

(...) *“Nós para nos fortalecermos e reforçarmos a nossa capacidade de defesa, tivemos que recorrer também a ajuda externa, para ajuda da União Soviética e ajuda de Cuba, particularmente ajuda de Cuba porque não foi só uma ajuda em meios militares, mas também em meios humanos. Os cubanos enviaram forças para apoiar o Estado recém-nascido, e nesta confrontação entre Angola e a África do Sul, Cuba participou no lado de Angola em grandes batalhas, e a celebre batalha que ocorreu nesta altura foi a de Cuito Cuanavale em 1988, e a África do Sul foi derrotada pelas forças angolanas. O Governo angolano e eu próprio solicitei um reforço de Cuba ao Presidente Fidel, o que permitiu realizar a contra ofensiva contra as forças sul africanas do apartheid e a sua derrota completa”*, (Eng. José Eduardo dos Santos, 2013). Vide anexo9, pág. 160.

Finalmente, e para rematar este apoio de Cuba á Angola, Fidel de Castro, (1989:105-119), também deixou isso mesmo bem claro no discurso que proferiu em Havana, aos 5 de Dezembro de 1988, no dia das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba. (...) *“When hundreds of thousands of men and women organized for the defense are gathered here in the plaza, we can’t forget a fact that’s really extraordinary, that’s a symbol of what our people are, of the degree of consciousness reached, and that’s the tens of thousands of internationalist fighters who are thousands upon thousands of kilometers from our soil. I think is good measure of the development of our people’s defense capacity. I think that is a good measure of our people’s spirit, courage, and heroism”*. Estas palavras traduzidas, equivaleriam dizer: (...) *Quando centenas de milhares de homens e mulheres organizados para a defesa estão concentrados aqui na praça, não nos podemos esquecer de um facto que é realmente extraordinário, isso é o símbolo daquilo que a nossa gente é, do grau de consciência que atingimos, isso é as dezenas de milhar de combatentes internacionalistas que se encontram há milhares e milhares de quilómetros do nosso solo. Eu penso que é uma boa medida para o desenvolvimento da capacidade de defesa da nossa gente. Penso que é uma boa medida do moral, coragem e heroísmo da nossa gente”*.- Tradução do autor.

Foi neste ambiente de um MPLA hegemónico devido aos múltiplos apoios que recebeu (com incidência no apoio militar) principalmente do bloco de leste, que este conseguiu impor a sua supremacia militar, destruindo as delegações da FNLA em Luanda, culminando com a destruição do exército da FNLA (ELNA) em todo o norte do país, com decalque para a batalha de Kifangondo, onde conseguiu evitar que o (ELNA)

tomasse Luanda e se tornasse num empecilho do projeto do MPLA, o da proclamação unilateral da independência de Angola aos 11 de Novembro de 1975.

Desta feita, foi com a mesma força e espírito de missão que o MPLA esmagou as delegações da UNITA em Luanda, e que depois na localidade da Barra do Kwanza massacrou uma boa parte de militares e militantes daquele partido. Muitos destes que se encontravam cercados foram atacados e atirados ao rio com o mesmo nome. No centro, sul e leste do país, com maior acutilância nas cidades de Lobito, Benguela, Moçâmedes, Pereira D'Eça e Luso, o cenário não foi diferente. Grandes colunas compostas por FAPLA e alguma componente do exército de Cuba, palmilharam as estradas e as matas do país semeando, a dor e o luto, vis a vis a escassos guerrilheiros mal armados e equipados e a uma população indefesa totalmente desnorteada.

Assim, em Angola, estava lançado o mote da guerra e não o da paz. Por outro lado, o MPLA munido com aquela *importante ferramenta* -de que nos referimos atrás, o Marxismo-leninismo, compreendeu que a hora era sua, tinha de agir e as contas far-se-iam no fim. Entendeu que uma vez conseguisse reconquistar todo o território nacional e concomitantemente estender a administração do Estado por tudo o que é canto do país, isso juntado ao facto de Angola ter imensas riquezas no seu solo e subsolo, e como na cronologia dos acontecimentos mundiais dos povos quem sempre escreveu a história foi o vencedor e nunca o vencido, sabendo também que a Comunidade Internacional só reconhece governos que tenham sob sua alçada território e povo, o MPLA impôs ao país o seu conceito de paz, porque compreendeu e bem que, no quadro das relações internacionais, o reconhecimento da Comunidade Internacional ao seu governo, seria uma questão de tempo

3.2.3.- A UNITA

A UNITA, nasceu do campo para as cidades, mais precisamente na província do Moxico, em 1966. A sua direcção estava no interior do país ao lado das massas populares. Waals (2011:201), confirma isso no seu livro nos seguintes termos: (...). *“A base da sua abordagem residia na ideia fundamental de que apenas o povo de Angola poderia libertar o país, e que tal deveria ser feito a partir de dentro do próprio país”*.

A sua convivência com o povo, tanto na abonação assim como na tempestade, criou uma certa empatia deste movimento com as mesmas massas populares. Eis porque ela está melhor implantada no campo que nas cidades.

A criação da UNITA foi decidida na Suíça, em 1965, entre Dr. Jonas Malheiro Savimbi e Tony da Costa Fernandes. No entanto, importa aqui referir que desde 1962, Jonas Savimbi fez parte do GRAE. Em 1963, desenvolveu-se um clima de instabilidade no seio da UPA, opondo os grupos Bacongo- a que pertencia Holden Roberto, e o Ovimbundo- a que pertencia Jonas Savimbi. O rompimento de Savimbi com Roberto dá-se em 1964, no Cairo, por ocasião da cimeira dos Chefes de Estado e de Governo provida pela OUA. O Dr. Savimbi acusava Holden de não intensificar a luta armada no interior. Pasmem-se, condenava também o “*imperialismo americano*” e o tribalismo Bacongo.

Os dados dão conta de que a UNITA era militarmente fraca. Numa entrevista com o General na reforma e deputado á Assembleia Nacional, Samuel Chiwale (2013), ele que fez parte da geração que sonhou uma Angola independente, um sonho nascido não de qualquer vontade intelectual mas da reação a injustiça diária que atingia familiares e amigos, um sonho que o levou a cruzar países como a Namíbia, Zâmbia, Tanzânia, Egipto, China, preparando-se para uma luta de dezenas de anos, pela independência, liberdade e democracia de Angola, este percurso que o levou a privar com grandes homens da história africana como Holden Roberto, Agostinho Neto, Jonas Malheiro Savimbi, Eduardo Mondlane, Sam Nujoma, Keneth Kaunda e outros. Chiwale fez parte de um grupo dos primeiros doze recrutas da UNITA que se formaram na arte militar na China. Por causa da sua competência nas fileiras das FALA, ele atingiu o grau de Comandante Geral dessas tropas, durante o período da guerrilha até aos primórdios da entrada dos Movimentos de Libertação nas cidades. Ele refere que em Maio de 1970, as suas forças principais eram compostas por apenas três colunas militares nomeadamente; a Panteras; a Estrela Negra e; a Fúria Negra. (Chiwale 2013). Ora, as colunas eram unidades militares móveis, normalmente compostas por cem à cento e cinquenta militares cada. Em regra, não lhes era atribuída a jurisdição de uma área geográfica específica onde pudessem levar acabo as suas operações militares. Como dissemos, eram móveis. Consequentemente, podiam ser concentradas ou dispersas, atacar ou defender em função da necessidade operacional do momento. O Comandante Chiwale, refere ainda que, na altura, as fontes de obtenção de armamento para os guerrilheiros eram: a SWAPO (que facultava as famosas Kalashnikov) e as PPK; a captura do armamento às forças coloniais (FN e G3); e a compra de armamento no Zaire.

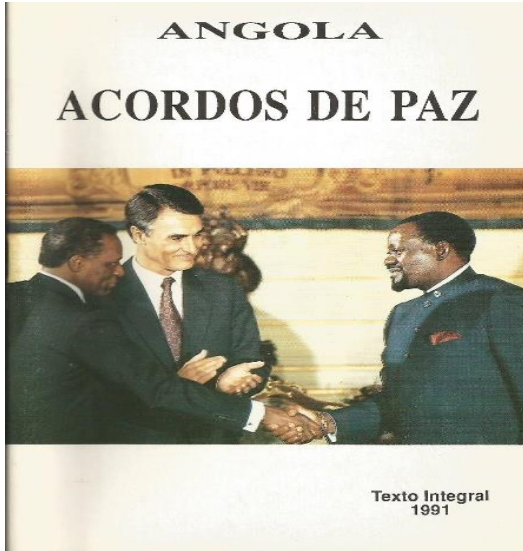
Sérgio Vieira, (2013:89), corrobora com as teses de Chiwale. Ele diz que, (...) *“A UNITA era, todavia, débil do ponto de vista militar, por incapacidade para mobilizar uma assistência significativa do exterior. Em contrapartida, beneficiava do apoio político da França, do Presidente zambiano Kenneth Kaunda e de alguns líderes africanos moderados, como Félix Houphouët-Boigny da Costa do Marfim e Leopold Sédar Senghor do Senegal”*. Sabe-se também que, a UNITA desfrutava de apoio considerável entre os Ovimbundu, que na altura era a etnia mais representativa do território. Constituía cerca de 40 por cento da totalidade da população angolana. Outrossim, viria ainda a reunir o apoio de uma parte substancial da comunidade branca, porque defendia, pelo menos a partir de 1974, a adoção de uma economia mista, eleições livres e justas e a continuação da presença dos brancos em Angola. Dizia-se que seria provavelmente a força vencedora do referêndum, caso se realizasse, por ter o apoio dos brancos contra um golpe da «junta comunista» para entregar o poder ao MPLA».

Voltamos a frisar que, os primeiros doze quadros deste Movimento, incluindo o seu Presidente, foram treinados nas academias militares da China. O único carregamento de material de que se tem memória que a UNITA conseguiu mobilizar naquela altura, era proveniente deste país, mas nunca lhe chegou às mãos. Informações rezam que o Presidente Kenneth Kaunda, obteve o trânsito do referido carregamento pelo seu país, pois receava que com aquele armamento, a guerrilha multiplicaria os seus ataques contra o CFB, através do qual este escoava o seu minério para o Porto do Lobito, e daí para o exterior. Como dissemos, a UNITA não tinha lá grandes apoios estrangeiros. Na fase posterior do conflito, aproveitou a boleia da ajuda que os EUA através da Agência Central de Inteligência (CIA) canalizavam para a FNLA. Dispunha aproximadamente de 500 efetivos, todos eles acantonados no Leste do país. Este apoio foi sol de pouca dura, uma vez que a coabitação entre os dois Movimentos de Libertação, estava longe de ser pacífica.

No entanto é importante mencionar que o nacionalismo angolano não nasceu no período em que cada Movimento emergiu. As suas origens datam do longínquo século XVI, com o Rei do Ndongo, Ngola Kiluange, tendo evoluído, já no século XX, por força dos Congressos Pan-africanos e pela criação da OUA.

Figura 5

Subscritores dos acordos de paz e algumas das entidades entrevistadas



<https://www.google.com/search?q=fotos+acordo+de+bicesse/1991&biw=1188&bih=1188> . Da esquerda para direita: José E. Santos, Cavaco e Silva, Jonas M. Savimbi



Fotografia tirada pelo Sr. Anacleto, aos 06/06/2015.
Da esquerda para direita: Lucamba Gato, Arnaldina Vinama, Artur S. Vinama e Dadinha Gato.



Fotografia tirada pela Sra Maria dos Anjos.
Da esquerda para a direita:
General- Peregrino I.W. Chindondo
e T. General Artur S. Vinama



Brigadeiro -Veríssimo Gilberto da Piedade.
Fonte: Club K. Net



General Miguel N'zau Puna.
Fonte: paginaglobal.blogspot.com



General-José Samuel Chiwale
Fonte: <http://wook.pt/authors/detail/id/47830>

o
n

3.3.-As causas do conflito angolano

Este é um vocábulo ainda muito polémico no dicionário político angolano. As causas do conflito podem ser divididas em dois grupos: *a causa do conflito antes da independência; e as causas do conflito pré e pós independência*, que culminaram na guerra civil. Estas causas estão longe de encontrar unanimidade, ou pelo menos consenso entre os Ex contendores. Neste contexto, e na tentativa de contribuirmos para o esclarecimento desta problemática, importa discorrer sobre alguns documentos e depoimentos (dos movimentos de libertação) ao nosso dispor, que parecem ter criado um clima conturbado antes e depois de proclamada a independência pelo MPLA, que como consequência empurraram o país para o conflito armado.

A causa do conflito antes da independência, como dissemos quando falamos da problematização deste trabalho, foi motivada pela invasão dos nossos países, pelos colonialistas que cobiçavam e pilhavam os nossos inúmeros recursos naturais. E do outro lado foi o resultado do período da guerra fria, quando alguns países, na defesa dos seus interesses, filiaram-se em grandes potências que na altura constituíam os principais focos de influência mundial. Esta situação ditou o imperativo de levar a cabo a guerra para a libertação Pátria. No entanto, importa acrescentar que, esta guerra, enfermu da falta de unidade entre os Movimentos de Libertação. Isso mesmo também está plasmado no discurso de Roberto Holden, por ocasião da despedida de 24 bolseiros angolanos enviados em formação à Goa (Índia), num artigo publicado por Ernest Dimbu, no Diário “ *Le Progrès*”, Edição dos Dias 4-5 de Junho de 1966:6), (...) «*Teoricamente, este problema é fácil. Mas, praticamente, é difícil porque todos os movimentos políticos não defendem o mesmo ideal. Cada Movimento concebe o problema da libertação sob o seu ângulo político. Então, o melhor meio de efetivar a unidade reside na luta armada que levamos a cabo*». (Siona Casimiro, 2011:66).

Sua Excelência o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aquando da entrevista que concedeu a televisão brasileira, Bandeirante, aos 27 de Outubro de 2013, foi preciso e conciso. Quando indagado sobre o porquê é que Angola teria vivido uma guerra tão prolongada, ele respondeu: (...)”*Primeiro é que não foi possível o entendimento entre os movimentos de libertação. Segundo, porque cada um dos movimentos era apoiado por uma força externa, uma grande potência no mundo em que estava dividido por dois blocos, bloco ocidental e o bloco comunista, e esta luta entre os blocos teve naturalmente grande incidência no conflito que se desenvolveu*

aqui na África austral e particularmente em Angola. Mas para mim, a razão primeira foi o facto de os angolanos não terem sido capazes de conseguir o entendimento, portanto, a unidade nacional”.

Outrossim, (...) *“A origem principal do conflito antes da independência é externa. Os movimentos de libertação nacional nunca foram coesos no combate contra o colonialismo. Junta-se a isso, a guerra fria que tinha como propósito principal conter o avanço do comunismo”.* (Entrevista do Brigadeiro Veríssimo, professor na Escola Superior de Guerra, Angolana, 2014). Vide anexo 2, pág. 127.

Outra das origens do conflito foi, (...) *“ A localização de Angola, tanto na África Central assim como na África Austral, com acento tónico na estratégica Rota do Cabo, acoplada ao seu grande manancial de recursos naturais, são algumas das razões que justificaram a vitimização de Angola durante a guerra fria”.* (Entrevista de Lukamba Paulo Gato, 2015). Vide anexo34, pág. 132.

Os discursos e comunicados polémicos de alguns dirigentes em certa medida, também ajudaram a atear o fogo da guerra. Por exemplo, no discurso do Presidente Agostinho Neto, na proclamação da independência de Angola a 11 de Novembro de 1975, o Senhor Presidente, a dado passo dizia: (...) *Aos lacaios internos (alusão à FNLA e à UNITA) de há muito tempo os deixamos de reconhecer como movimentos de libertação. (...) Não obstante as organizações fantoches conluiadas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considera-las como movimento de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao povo angolano.* (<http://mairenasolidaria.webcindario.com/escrituramecanica/agostinhoneto.html>). Vide anexo 4, pág. 135.

Num comunicado divulgado pelo MPLA em Junho de 1975, com o título: MPLA DIVULGA UM COMUNICADO, consta o seguinte: (...) *“O Bureau Político do MPLA divulgou no entretanto, no sábado, o seguinte comunicado: «verificou-se ontem um desagradável incidente entre forças do MPLA que passavam em frente de uma delegação da UNITA e a respetiva guarnição. O MPLA declara lamentar profundamente tanto o incidente como, principalmente as suas consequências, só possíveis de acontecer por força do clima da grande excitação e da elevada sobrecarga emocional em que se encontram os nossos militantes. A Direção do MPLA envidará todos os esforços para junto da Direção da UNITA esclarecer devidamente o que*

aconteceu. Fica assim retificada a nota difundida ontem no nosso programa, pelo que se comunica que não existe qualquer tipo de confrontação entre o MPLA e a UNITA”. Vide anexo-5, pág. 140.

Em resposta, a UNITA emitiu o seguinte comunicado: (...)” O Comandante Geral das FALA, Major Samuel Chiwale, está, desde há dias, em Luanda, onde assumiu o comando das operações de defesa da UNITA. Para além disso e como é natural, o comandante das FALA tomará contacto com as realidades políticas e militares do nosso país. Em vista disso, o Comité Central da UNITA acha por bem informar: 1º_ que o primeiro ataque foi conduzido no dia quatro de Junho, pelo MPLA, contra o nosso Comité de Paz, sito na avenida do Brasil.

2º_Que a informação transmitida pelo programa do MPLA, é absolutamente falsa e teatral pois não só o MPLA atacou a UNITA no dia quatro à noite, como voltou a atacar na tarde de cinco. A apoiar esta nossa informação está o facto de não existir quaisquer forças armadas da UNITA no Bairro da Terra Nova.

3º_ O referido programa do MPLA, tenta fazer uma declaração de guerra à UNITA, com base no pretenso ataque das FALA as FAPLA (...).

4º_ A posição do programa do MPLA é antinacional e não é séria pois, contactada a Direção do MPLA esta declarou ao nosso Comité Central, que não estava informada da ocorrência”. Vide Jornal Kwacha, publicado aos 16 de Junho de 1975.

Relativamente as causas do conflito pré e pós independência, O Brigadeiro Veríssimo é de opinião que os EUA só despertaram para a importância da guerra em Angola, em 1975, instigados pelos acontecimentos da Zâmbia e do Congo na luta contra o comunismo. (...)” Chega a independência. A política americana só começa a aparecer por altura da independência. Os EUA aparecem através das Igrejas. Só em 1975, instigados pelos acontecimentos da Zâmbia e do Congo na luta contra o colonialismo, se mexeram. Por isso o sul-africano é enviado pelos EUA para Angola, com a missão de parar o comunismo”. (Entrevista Brig. Veríssimo, 2014).

O General Wambu, divide as causas da guerra civil em duas: endógenas e; exógenas. (...) “O mosaico sociológico étnico-linguístico, cultural, racial e regional angolano, em que uma maioria pertence a um grupo que não integra a capital; por outro lado, as características da vinculação não pacífica dos reinos ou monarquias locais ao domínio colonial português, deixaram sempre laivos de resistência a qualquer forma de subjogação social, política, cultural e económica entre as diversas nações de Angola. Continua dizendo que: O excessivo potencial de recursos em matéria prima de

base de que Angola dispõem, agravado do índice de existência, necessidade internacional e falta de exploração dos recursos naturais, concentrou nessa Região Austral interesses divergentes de controlo entre as duas potências internacionais em disputa da guerra fria”. (Peregrino Isidro Wambu Chindondo, entrevistado aos 20 de Maio de 2013). Vide anexo 7, pág. 144.

Para Isaías Samakuva, no seu livro “Paz, Liberdade e Democracia” (2013), (...) já em princípios de 1975, a nação angolana estava dividida em três: eram 3 Angolas em guerra; 3 concepções de sistemas políticos e económicos em combate; 3 alinhamentos no plano da política internacional; 3 conjuntos de personalidades e partidos em conflito pelo poder na nova nação. Para cada um dos três, a luta começou antes da independência e deveria continuar depois da independência”.

José Côrte Real Sequeira, investigador para assuntos africanos, é de parecer segundo o qual, no âmbito da guerra pré e pós independência: (...)”A principal origem do conflito angolano, que se prolongou por cerca de três décadas, foi precisamente o incumprimento do Acordo do Alvor. Pode-se deve-se responsabilizar os angolanos por este incumprimento mas o maior responsável foi Portugal, fruto, em parte, da sua caótica situação interna que se seguiu à Revolução de Abril”. Já no quadro da guerra antes da independência: (...)” As origens do conflito entre angolanos são anteriores a proclamação da independência. (...) As divergências entre movimentos de libertação tinham a ver, entre outros fatores, com os apoios externos em plena guerra fria, provenientes sobretudo de um lado do Bloco de Leste e do outro dos EUA. (...) Inicialmente houve também fatores de natureza étnica já que, maioritariamente a FNLA era composta por Bacongos, o MPLA por Kimbundu e a UNITA por Ovimbundu”. (Entrevista do Senhor, José Côrte Real, 2014: 1-3). Vide anexo 8, pág.147.

Corroborando com a ideia sobre a culpabilização de Portugal, Gato (2015) é de opinião que: (...) “a guerra civil angolana, é consequência da forma irresponsável como Portugal entregou a independência aos angolanos. Portanto o processo de descolonização foi mal feito, porque, ao invés de se fazerem as eleições conforme previam os acordos, Portugal entregou o poder só à um partido, o MPLA”. (...) “Em suma, a origem do conflito, no ponto de vista externo, deveu-se a má descolonização feita por Portugal. E no ponto de vista interno, aqui havia três movimentos de libertação cuja as origens também foram uma fonte de conflito. A forma de ser e estar de cada um desses, óbvio que era diferente, e com a agravante de que não havia

coordenação, muito menos colaboração entre eles no combate. Cada um era autónomo”.

Em síntese, as origens da guerra angolana são duas: a componente externa, que é decorrente dos interesses estrangeiros, mormente nas nossas riquezas; e a componente interna que tem como pano de fundo o desentendimento e a divergência de interesses entre os protagonistas nacionais.

3.4.- Algumas Batalhas para a Paz

Parece absurdo afirmar que foi necessário travarem-se algumas batalhas onde morreram e ficaram mutilados muitos angolanos, de entre grandes intelectuais a anónimos e pacatos cidadãos, para que os termos da paz fossem negociados, assinados e selados em Bicesse, entre o MPLA e a UNITA, aos 31 de Maio de 1991. É que os militares e as suas armas, normalmente estão lá para servir e defender os interesses dos políticos. E o fator militar dita o tipo de negociação em vista. Por essa razão, os políticos normalmente só aceitam ir à mesa das negociações quando estão em vantagem no campo de batalha ou quanto muito quando existe um equilíbrio na balança militar, isso para poder ditar os termos da negociação.

Neste tópico, não é nosso interesse mergulhar em aspetos táticos, técnicos e estatísticos das batalhas. Pretendemos tão somente retratar a grandeza de algumas delas, consequentemente o impacto que tiveram no desfecho do processo de paz em Angola. Eis pois a razão pela qual nos iremos ater as que achamos terem tido um efeito estratégico-tático imediato no que ao acordo de paz de Bicesse diz respeito, porquanto, durante os 16 anos de guerra, o teatro operacional de Angola conheceu muitas campanhas e muitas batalhas militares cuja enumeração seria fastidiosa.

Assim, com todo o respeito que devemos aos que nos precederam e sem pretender menosprezar o seu sangue vertido em outras batalhas não citadas, ocorrem-nos as batalhas de: Cangamba, Lumbala Nguimbo, Luena, Xamuteba, Sumbe, Lomaum com a consequente captura de cidadãos Checos, Andrada, Cangombe, Kuete, Kafunfu, etc.

3.4.1.- A batalha do Lomba 87

No rol das batalhas que tiveram como palco a província do Cuando Cubango, e que tiveram como móbil central a tomada versus defesa de Mavinga, para em seguida destruir a Jamba, a batalha (principal) do Lomba que teve lugar nas margens do rio

com o mesmo nome, no dia três de Outubro de 1987, no quadro da ofensiva nomeada pelos Sul-Africanos de “Operação Modular”, pela UNITA, de “Lomba 87” e pelo MPLA e seus aliados, de “Operação Saudemos Outubro”, foi seguramente uma daquelas que, do lado do MPLA e seus aliados começou a criar a dúvida sobre uma possível vitória militar contra aquilo a que hoje se chamam, forças negativas. Do lado da UNITA e seus aliados, aquela vitória retemperou as energias, subiu a autoestima, revigorou a força anímica e consolidou a confiança na sua capacidade militar.

De facto, pese embora até 1991 tenha havido outras tentativas de parte à parte que visavam a anulação militar biunívoca, as FAPLA e seus aliados, considerando o manancial bélico ao seu dispor que incluía armas do tipo SAM 8 na altura ainda desconhecidas na essência pelos Americanos e nos teatros militares africanos, o elevado número de tanques T55 e grandes efetivos, com primazia para a combativa 47ª Brigada, renunciavam a vitória certa contra os seus inimigos, pese embora tenha surgido no campo de batalha um elemento novo que era a utilização por estes, de carros de combate e artilharia reativa de longo alcance, que tinham desequilibrado totalmente a ordem de batalha. Em contra partida, os inimigos, tendo aguentado o potencial de fogo e derrotado as FAPLA, passaram a acreditar ser possível empurrar as forças invasoras para os seus bastiões, ou mesmo desaloja-los de lá. Daí a iniciativa da tomada do Cuito Cuanavale por parte da UNITA e seus aliados. É por isso que, o desfecho dessa batalha foi crucial no começo da viragem de opinião dos contendores diretos e seus aliados, e que, ipso-facto se transformou no nó górdio que a nosso ver, juntou e amarrou os primeiros sinais da necessidade de se chegar aos acordos de Bicesse.

Como Chester Crocker escreveu mais tarde:

(...) “Em Outubro a ofensiva- FAPLA foi esmagada no rio Lomba perto de Mavinga. Aconteceu num recuo precipitado sobre as 120 milhas atrás para o preliminar ponto de lançamento em Cuito Cuanavale. Em algumas das batalhas mais sangrentas de toda a guerra civil, uma força combinada de uns 8.000 guerrilheiros da UNITA e 4.000 tropas da SADF destruíram uma brigada das FAPLA e abateram diversos outros fora de uma força total das FAPLA de alguns 18.000 integrados na prolongada terceira ofensiva. (...) Esta ofensiva tinha sido uma conceção soviética do princípio ao fim. Os oficiais séniores soviéticos jogaram um papel central na sua execução. Mais de mil conselheiros soviéticos foram atribuídos para Angola em 1987 para ajudar com esforço logístico o maior de Moscovo em Angola: aproximadamente \$ 1.5 bilhões em militar “hardware” foram entregues naquele ano. As quantidades

enormes do equipamento soviético foram destruídas ou caíram nas mãos da UNITA e da SADF quando as FAPLA quebraram num recuo desorganizado... A campanha militar de 1987 representou colossalmente uma humilhação para a União Soviética, seu armamento e sua estratégia. As FAPLA levaram um ano ou talvez dois, para recuperar e reagrupar”. (<http://home.tiscali.nl/rhodesia/cuito.htm>).

A batalha do Lomba que como dissemos foi decisiva no compute da correlação de forças, na exploração da sua vitória acarretou outros combates nas direções secundárias. Na tabela número 2, retratamos as perdas que envolvem as FAPLA, os Cubanos e as SADF. As FALA também perderam homens e meios. Mas não constam da tabela porquanto, pela característica da guerrilha, estas não tem registos que possam ser consultados hoje.

Tabela 2-Perdas dos Cubanos/FAPLA, 1987-1988

	Cuban/FAPLA losses	SADF losses
Tanks	94	3
Armoured vehicles	100	11
Rocket launchers	34	0
Artillery guns	9	0
Mobile bridges	7	0
Logistical vehicles	389	0
Missile systems	15	0
Radars	5	0
23-mm antitank guns	22	n/a
Fighter aircraft	9	2 (1 shot down, accident)
Light aircraft	0	1
Helicopters	9	0
Men killed	4 785	31

Fonte: Scholtz (2013:423)

3.4.2.- A batalha do Cuito Cuanavale

Muito tem sido escrito e dito sobre a estratégica batalha do Cuito Cuanavale. Porém, pela sua importância histórica no quadro da guerra angolana, tal como ainda não existe unanimidade entre os ex. contendores, sobretudo entre alguns políticos quanto a história real da guerra que grassou o país, também existem diferentes versões sobre esta batalha. Há os que dizem que a batalha do Cuito Cuanavale foi travada só entre as tropas das ex-FAPLA sem ajuda dos internacionalistas cubanos, contra a coligação das ex FALA e o exército sul-africano (SADF). Outros afirmam que houve presença das tropas cubanas e conselheiros Soviéticos, e que estas (forças cubanas) teriam jogado o papel chave para o desfecho da mesma à favor das ex-FAPLA. Vejamos.

Segundo o ex. guarda de Fidel Castro, Juan Reinaldo Sánchez, (2014:199) ...«*Cuito Cuanavale: a mítica batalha foi o derradeiro embate entre Cuba e África do Sul. Durou seis meses, de Setembro de 1987 à Março de 1988, e entrou para a história como a maior batalha militar na África, desde a segunda guerra mundial. Esse “Stalinegrado africano, com tanques, helicópteros, aviões de caça e baterias de mísseis acabou num impasse. Ninguém ganhou, e os dois lados reivindicaram a vitória, mas os sul-africanos tiveram de admitir que nunca derrubariam, militarmente, o governo marxista de Luanda».*

Para o General Miguel N’zau Puna, que foi Secretário Geral da UNITA desde a fundação deste partido, até em Fevereiro de 1992, altura em que desertou das fileiras deste partido, juntando-se ao MPLA, onde milita até hoje, a batalha do Cuito Cuanavale:

(...)foi uma batalha com várias versões. Eu próprio estive lá com o Dr. Savimbi. Os sul africanos têm a sua versão. Os cubanos como os russos cada qual tem a sua versão. O MPLA tem também a sua. Todos podemos falar de história, mas ela é escrita só por grandes homens. Diz-se que a história é feita por quem ganha. Ele tem de fazê-lo imparcialmente para não ser desmentido pela história. Os planos sobre o ataque foram bem concebidos e elaborados. A UNITA sugeriu primeiro a ocupação do Longa que eles optaram pelo ataque frontal. Quando se inicia a opção sul africana e na progressão dois tanques caem no campo de minas o que fez abortar a operação. Mandamos calmamente retirar as nossas forças que já se encontravam na margem direita (entenda-se do rio Cuito) para um envolvimento sobre a vila do Cuito Cuanavale. Os tanques destruídos pelas minas ficaram no

terreno assim como o comandante dos Stingers por ter acionado mina antipessoal. Os comandantes da UNITA como Chilingutilla, Katata Wenda, Renato etc., não me podem desmentir. A correlação de forças era muito boa. A UNITA estava moralizada pela presença de G5 e G6. (Fonte: entrevista, Gen Miguel N'zau Puna, 2013. Vide anexo 10, pág. 166.

Para o General, Renato Campos Mateus, ele que foi o coordenador de operações, do Comando Tático das FALA nesta batalha, (...) *“A batalha do Cuito Cuanavale foi o culminar da contra ofensiva levada a cabo no âmbito da tentativa da ocupação da vila de Mavinga pelas FAPLA. Os combates começaram a ser travados ao longo do rio Lomba, até à nascente, tendo-se continuado ao longo dos rios Chambinga e Cuzizi. [...] Depois de termos constituído o dispositivo para o assalto final, sendo dois batalhões que atravessaram o rio Cuito a sul e três batalhões que entrariam pelo norte, fomos orientados para abandonarmos as posições e regressarmos para a nascente do rio Cuzumbia”*. (Fonte: Extratos dos Escritos do General Renato Campos Mateus, 2013, sobre a batalha do Cuito Cuanavale. Vide anexo 11, pág. 170.

Segundo Xavier de Figueiredo, editor da África Monitor Intelligence, na sua edição número 936 de 30 de Abril de 2015, (...) *“Um alto funcionário cubano citado num Intelligence memo sobre o assunto considera em privado “propagandísticas” versões que as autoridades angolanas promovem acerca de episódios da fase final da guerra civil terminada em 1991. No entendimento do cubano o propósito que move as autoridades angolanas, é de “ajudar a afirmar politicamente a nação”; considera “compreensível” por isso a exaltação do papel das antigas FAPLA seja proporcional a um “rebaixamento” da ação das tropas cubanas, que a época desempenhavam um papel chave”. Na tónica da versão correspondente a chamada batalha do Cuito Cuanavale, 1988, as antigas SADF são apresentadas como adversário das FAPLA, as quais foram por estas derrotadas-artifício também destinado a omitir a presença e o papel da UNITA”*. Ver anexo 12, pag174.

Continuando, para o colunista, a batalha do Cuito Cuanavale resumiu-se nos factos constantes das seguintes alíneas:

- a)- as FAPLA foram batidas numa ofensiva lançada em fins de 1987 com o objetivo de tomar a Jamba, topónimo da zona SE (sudeste) sob controlo da UNITA;
- b)- recuaram sob pressão para o Cuito Cuanavale, base de lançamento e apoio à ofensiva;

c)- resistiram aí as investidas de forças combinadas, UNITA/SADF com o objetivo de tomar a posição. A capacidade de resistência revelada foi devida a fatores como um eficaz entrincheiramento das forças e um reforço do dispositivo com cerca de 800 cubanos (de uma força de reserva à disposição do então comandante, General Arnaldo Ochoa).

Já o Jornal de Angola, na sua tiragem de segunda-feira, 4 de Maio de 2015, Ano 39 N° 13655, na página 7, a dado passo diz, (...) “ *é evidente que a batalha existiu mesmo e foi comandada e travada exclusivamente por angolanos. (...) Os combates que levaram à derrota o regime de apartheid e os seus aliados da UNITA travaram-se no triângulo do Tumpo. Lá só estiveram angolanos.* Ver anexo 13, pág.176.

Em reforço do seu ponto de vista, o Jornal de Angola, faz recurso à uma revista publicada em Cuba, que tem como título: “ Cuba Y Angola, onde no seu subtítulo: “Luchando por la Libertad de África e la Nuestra”, na página 43, num artigo assinado por Fidel Castro, intitulado, “Nós jogamos Tudo em Angola”, o Líder da Revolução cubana escreve: “*Esta crise tem origem numa ofensiva organizada pelas FAPLA contra a UNITA, num território situado a Sudeste de Angola, muito distante do extremo oriental da nossa linha. Nessa ofensiva não participavam nem participaram nunca os cubanos*”.

Porém, (Juan F. Benemelis, 2002), no seu livro, Las guerras secretas de Fidel Castro, contraria tanto a versão do Jornal de Angola, assim como a revista cubana “ Cuba y Angola” nos seguintes termos: (...)” *A defesa principal de Cuito recaí nas forças de tanques e infantaria cubana e duas brigadas angolanas, que o General Ochoa tinha posto sob o comando dos Coroneis, Héctor Aguilar e Joaquim Soria, respetivamente e a brigada de tanques encabeçada pelo também Tenente Coronel Ciro González*”.

Concluindo, só quando os filhos desta pátria se reencontrarem de jure e de facto, quando as vinganças e o ódio forem obra do passado, a harmonia regressar no seio dos irmãos ora desavindos, quando cada um poder acreditar na sua própria verdade e não ser obrigado a acreditar só na verdade do outro, será possível escrever a história real de Angola, em todas as suas vertentes. Aí sim, conheceremos os contornos estratégico-táticos e técnicos reais daquilo que foi a batalha de Cuito Cuanavale.

3.4.3.- A batalha do último assalto

A estratégia do Linkage, ora inspirada pelo então embaixador americano Chester Crocker, foi a que permitiu que Angola, Namíbia, África do Sul e Cuba fossem parte de negociações independentes, mas interligadas, que como resultado ditaram a cessação do apoio da África do Sul à UNITA e a consequente retirada da Namíbia e ao reconhecimento da SWAPO como legítima representante do povo namibiano, abrindo o caminho para a sua independência. Em Angola, os cubanos deixariam de apoiar o MPLA e retirar-se-iam para o seu país.

A retirada dos cubanos e dos sul-africanos, deixou no campo de batalha as FAPLA e as FALA, totalmente dependentes só de si. No teatro de operações do Cuando Cubango, era a primeira vez que essas forças nacionalistas mediam forças sem apoios diretos dos seus aliados. Referimo-nos ao conjunto de batalhas que foram acontecendo a partir de 1987.

Depois que a batalha do Cuito Cuanavale terminou, os contendores mantiveram as suas posições táticas. As FAPLA na vila do Cuito Cuanavale, e as FALA na margem esquerda do rio com o mesmo nome. Gorado que foi o plano do Governo de tomar a Jamba, as FAPLA levaram um ano para se reorganizarem e tentarem uma nova ofensiva, para Mavinga, como trampolim para a Jamba, antes que fosse alcançado qualquer acordo sobre a guerra angolana. Foi esta última grande ofensiva onde as partes contaram essencialmente com as suas próprias forças, que ficou conhecida como a batalha do último assalto, porquanto as forças governamentais acreditavam que, as FALA, já sem o apoio sul-africano iriam sucumbir ante aos pés das FAPLA.

Os combates entre as FAPLA e as FALA foram muito renhidos. Morreu muita gente de lado à lado. As FAPLA chegaram nas cercanias de Mavinga. Mas, a tomada de Mavinga pelas FAPLA, representava um suicídio para a UNITA, pois, sem o controlo desta estratégica posição, esta teria perdido o apoio político e diplomático crucial dos EUA e de outros amigos, porque não veriam mais razões para a continuação deste apoio. Assim, a UNITA teria de enveredar pela guerrilha dispersa, perdendo a razão de ser interlocutor válido em pé de igualdade com as forças governamentais. Isso fez com que as FALA se tivessem batido com denodo e derrotando as FAPLA à porta de Mavinga. O eixo logístico das FAPLA era demasiado longo, o que o tornava vulnerável ante aos ataques sistémicos das FALA que, apesar de tecnicamente (ponto de vista material bélico) mais fracas, tinham consciência que aquelas batalhas eram de vida ou

morte, por isso, os comandantes insuflaram neles uma grande força anímica que, aliada a tática de desgaste, vergou as FAPLA à porta de Mavinga.

As FAPLA bateram em retirada deixando para trás muitos mortos e praticamente todo o arsenal bélico. Da parte das FALA, também houve muitos mortos. Puna retrata bem esse momento: (...)”*Depois da retirada surpreendente das FAPLA, eu e outros colegas acompanhados pelo DR. Savimbi, visitamos às linhas de defesa de ambos lados onde encontramos muitos mortos. A dado passo, o Dr. Savimbi fez-nos a seguinte pergunta: o que vocês constataram durante a nossa visita as nossas posições de defesa e as do MPLA? A resposta foi unânime. Muitos cadáveres. Com que impressão é que vocês saíram de lá? Foi um mutismo total. Entre os mortos, tanto de um lado como de outro vocês viram algum cadáver branco ou mulato? Todos responderam não. Dr. Savimbi: como viram, esta luta só visa a eliminação de negros entre nós, pelo que peço a vossa reflexão*”.(N’zau Puna, 2013).

Em última estância, mas sem desprimor para todos os que tombaram por esta causa, foi o sangue destes valorosos combatentes e os da batalha do Luena, de ambos lados que, propiciou e consolidou os caminhos da paz, que foi rubricada em Bicesse, aos 31 de Maio de 1991.

Figura 6

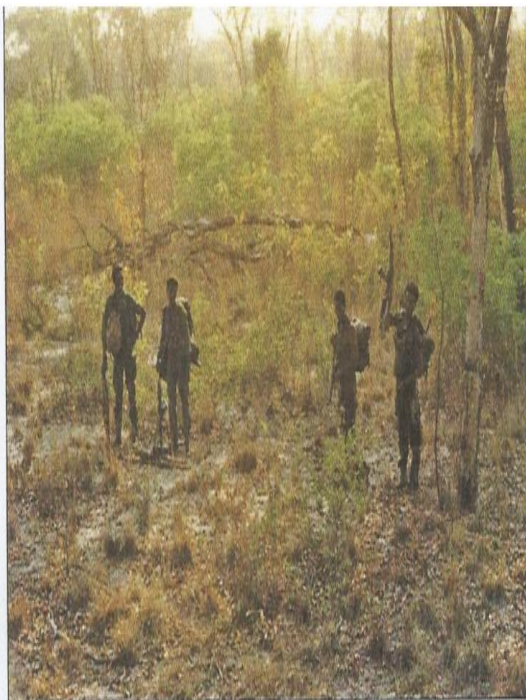
Sobre as tropas das FALA



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagens+da+tropa+da+UNITA/1987&biw=1188&bih=531&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CDQQ7AlqFQoTCNaR9cri8MYCFYWzcgodGqglvA#tbm=isch&q=UNIT>

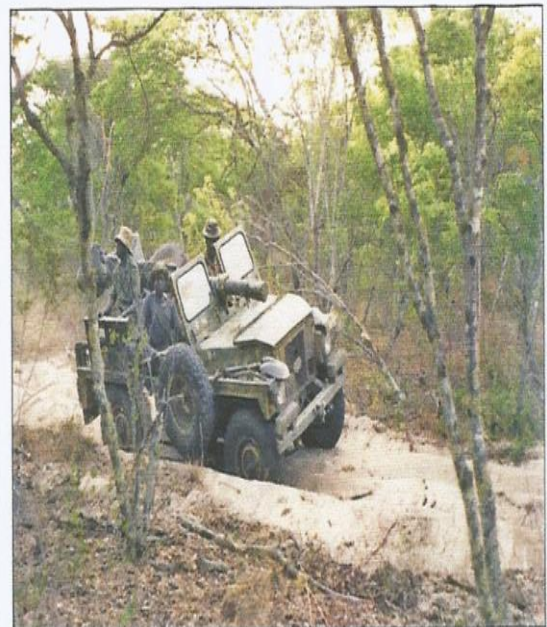


Fonte: <https://www.google.com/search?q=fotos+acordo+de+bicesse/1991&biw>



UNITA fighters take up the lead in preparation for Battle Group Alpha's very first attack on FAPLA. (Len M. Robberts)

Fonte: David Mannall, 2014: 127



UNITA 106mm recoilless anti-tank unit moving past us during a stop.
(Len M. Robberts)

Fonte: David Mannall, 2014: 127

Figura 7

Sobre as tropas das FAPLA



Fonte: <https://www.google.com/search?q=Imagens+FAPLA/1987&biw=1188&bih=531&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CBsQsARqFQoTCJqIl4nJ8MYCFUFzcgodI8wIGg>



Fonte: <https://www.google.com/search?q=Imagens+FAPLA/1987&biw=1188&bih=531&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CBsQsARqFQoTCJqIl4nJ8MYCFUFzcgodI8wIGg>



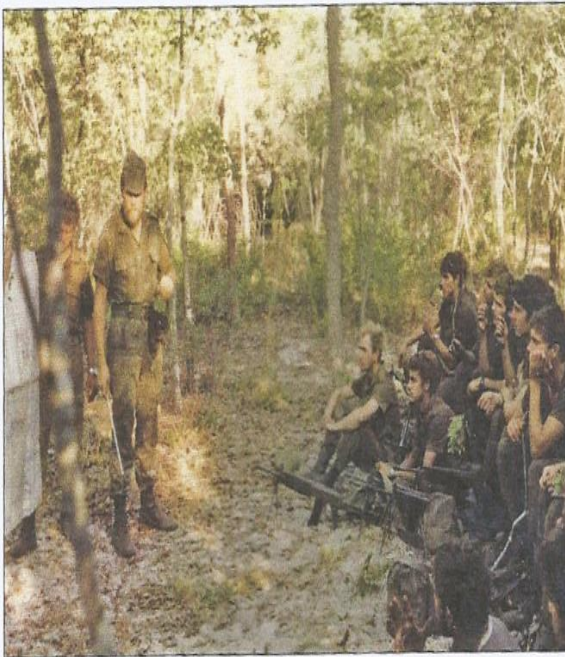
Fonte: <https://www.google.com/search?q=Imagens+FAPLA/1987&biw=1188&bih=531&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CBsQsARqFQoTCJqIl4nJ8MYCFUFzcgodI8wIGg>



Fonte: <https://www.google.com/search?q=Imagens+FAPLA/1987&biw=1188&bih=531&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CBsQsARqFQoTCJqIl4nJ8MYCFUFzcgodI8wIGg>

Figura 8

Sobre a presença militar Sul Africana em Angola



Battle planning and operational update deep in Angola. (Len M. Robberts)

Fonte: David Mannall, 2014: 133



Charlie Squadron on the move. (Len M. Robberts)

Fonte: David Mannall, 2014: 133



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagens+da+tropa+da+UNITA/1987&biw=1188&bih=531&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CDQQ7AlqFQoTCNaR9cri8MYCFYWzcgodGqgIvA#tbm=isch&q=SADF%2F1987>



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagens+da+tropa+da+UNITA/1987&biw=1188&bih=531&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CDQQ7AlqFQoTCNaR9cri8MYCFYWzcgodGqgIvA#tbm=isch&q=SADF%2F1987>

Figura 9

Sobre a presença militar cubana em Angola



Fonte: <https://www.google.com/search?q=fotos+tropas+cubanas+em+angol> Mapa 3 - Angola



Fonte: <https://www.google.com/search?q=fotos+tropas+cubanas+em+angol> Mapa 3 - Angola



Fonte: <https://www.google.com/search?q=fotos+tropas+cubanas+em+angol>



Fonte: <https://www.google.com/search?q=fotos+tropas+cubanas+em+angol>

Outrossim, e ainda dentro do quadro do roteiro da paz em Angola, por razões regionais, e porque ao norte, Angola tem uma fronteira extensa com o atual Congo Democrático, era do interesse da UNITA manter boas relações com Mobutu, que facilitava a passagem de mercadoria de várias ordens e, em compensação, recebia uns bons *colis* de diamantes. Assim, os EUA que eram o principal aliado político da UNITA, em contrapartida pressionavam através deste, o DR. Savimbi, para uma saída aceitável da crise. Na época, os exílios dourados, faziam parte da moda política, para a solução de alguns compromissos internacionais.

No mesmo contexto, para além de Mobutu, os Presidentes, Boigny da Costa de Marfim, o Rei Hassan de Marrocos e o Presidente Olusengu Obasanjo que eram amigos do Dr. Savimbi, se transformaram em paragens obrigatórias do plano americano, para através da pressão destes sobre Savimbi, buscar-se a paz na região Austral, enquanto os aliados do MPLA levavam a cabo o mesmo tipo de pressão. Foi dentro deste pensamento que aconteceram os fiascos dos encontros de Ngbadolite e de Franceville.

Também, há quem diga que os indícios de entendimento para a paz em Angola teriam nascido do lado dos aliados diretos dos contendores que, a dado passo, se viram forçados a dar prioridade na solução de questões que lhes batiam à porta, em detrimento dos problemas longínquos. Por exemplo, do lado da América pesaram:

- a)- a derrota que os americanos sofreram na guerra do Vietnã do Sul¹⁴;
- b)- a série de ataques nos anos anteriores onde os EUA estiveram envolvidos pelo mundo, como por exemplo na República Dominicana, no sudeste Asiático;
- c)- a queda do muro de Berlim (em 1989), que foi um dos últimos marcos do fim da guerra fria;
- d)- o facto de na altura os EUA terem tido outras situações por resolver, na Nicarágua e em Honduras;
- e)- a aliança anacrónica dos EUA com o Regime do apartheid sul-africano que era condenado por todo o mundo;

¹⁴ -Dia 29 de Janeiro de 1968, o Exército comunista do Vietnã do Norte, ordenou que os Guerrilheiros (Vietcongues), atacassem a base militar americana de Khe Sanh. Devido à opinião pública americana, em face de muitas baixas militares no Exército americano, as autoridades políticas foram forçadas a enviarem as tropas de volta à América, entre 1973-1975, cunhando assim a derrota militar da maior potência do mundo, contra uma guerrilha.

f)-ao facto de os americanos nunca terem sido, aliados ideológicos da UNITA, porquanto só tinham perspetiva económica (os lucros económicos do pós guerra) do conflito angolano.

Do lado da União Soviética, esta tentava redimir-se:

- a)- da situação militar desastrosa no Afeganistão;
- b)- dos efeitos colaterais da queda do muro de Berlim;
- c)- das consequências decorrentes da perestroika;
- d)- da situação militar em Angola onde, os seus aliados, não tinham conseguido levar à melhor no campo de batalha, desenhando-se um impasse militar;
- e)- a dissolução, em Julho de 1991 do Pacto de Varsóvia e;
- f)- o desaparecimento da URSS em Dezembro de 1991, enquanto país, enquanto superpotência e enquanto bloco político ideológico militar.

Da parte da África do Sul, pesaram três fatores:

- a)- era chegado o momento de dar à César o que é de César. Significa dizer que tinha chegado o momento da Namíbia tornar-se independente e entregue aos autóctones;
- b)- a condenação mundial de que era alvo o sistema hediondo do apartheid, passou a ser insustentável;
- c)- as baixas infligidas as SADF, pelos Cubanos e FAPLA nos combates no sul do país, começaram a mudar a opinião pública interna do povo sul-africano. Estes queriam os seus filhos regressados ao país, sãos e salvos.

Do lado de Cuba:

- a)- a direção daquele país tinha entendido que tinha chegado a hora de reforçar os efetivos cubanos em Angola, para evitar uma derrota militar (Bernardino, 2013:340).

Barros (2011), esclarece que:

(...) “ *Os políticos cubanos compreenderam esta realidade e o perigo que correram as forças da Missão Militar Cubana e as FAPLA e procuram uma saída política, diplomática ou militar para o conflito. A decisão cubana haveria de ser para a vertente militar, pois caso não se tomasse a decisão de reforçar (com pessoal e equipamento) as forças do MPLA, entre outras medidas militares, corria-se o risco de se perder aquela localidade e desequilibrar o dispositivo estratégico-operacional a volta da região do Cuito Cuanavale. Seria uma fatura cara também para Cuba, e é nesse sentido que se decide o reforço em equipamento e unidades cubanas, reforçando as FAPLA, evitando assim uma catástrofe e a derrota militar do governo angolano*”. Continuando dizia: [...] “*É um período crucial para o MPLA, assim*

como ao nível operacional para as FAPLA, porque considera-se que a soberania de Angola estava em perigo. (...)”uma fase decisiva do conflito MPLA-UNITA, em que as forças militares em presença estavam ao nível do equipamento e do pessoal ,bem como dos apoios externos, com boas capacidades combativas”,[...] “em que tanto políticos como militares estavam empenhados em fazer os possíveis para evitar a derrota das FAPLA perante um poderoso exército Sul Africano aliado com as FALA”.

Um dos entrevistados, quando indagado sobre qual acha ter sido o ponto de viragem para a paz em Angola no período acima referenciado, respondeu: (...) *“Em minha opinião, o ponto de viragem foi a correlação de forças no terreno. Começavam a surgir claras indicações de que a UNITA com o apoio oficial norte- americano desde 1985, dispunha de moral devastador para conquistas que punham em risco a soberania nacional angolana representada pelo Governo da República Popular de Angola”* ¹⁵. Para este grande especialista em informação militar, o risco a que estava exposta a soberania do Governo da RPA face ao crescendo da capacidade militar das FALA, teria servido de elemento de pressão para um entendimento diferente que não fosse a guerra. É importante mencionar aqui que, no leque do apoio americano constavam poderosas armas como o Stinger, que na altura tinha alcance e eficácia suficiente para complicar o desempenho dos aparelhos da Força Aérea das FAPLA e cubana. Por outro lado, por esta altura, também começavam a aparecer nos EUA, opiniões segundo as quais, uma vitória militar de uma das partes sobre a outra, não seria a solução mais plausível do conflito angolano.

Na visão do Ex oficial do exército cubano e integrante da guarda pessoal de Fidel, ninguém ganhou a batalha de Cuito Cuanavale. Estava-se perante um equilíbrio de forças. Então, os sul-africanos: «aceitaram, portanto, negociar a paz nos seguintes termos: Fidel repatriaria seu exército para Cuba, desde que as South African Defense Force (SADF) deixassem a Namíbia e outorgassem a independência total à essa ex-colónia alemã desde 1945 sob protetorado sul-africano, que servia de Estado-tampão ao lado de Angola. Assim, a independência da Namíbia foi proclamada. O que levou o regime racista de Pretória a outras conceções: a libertação de Nelson Mandela e, a seguir, a abolição do apartheid. Três anos depois, Nelson Mandela declarou: “Cuito

¹⁵ -Excerto da entrevista que nos foi concedida pelo Sr. General Dr. Peregrino Isidro Wambu Chindondo-Kasitu, aos 13 de Junho de 2013. Ele foi durante anos a fio, o Chefe dos Serviços de Informação Militar das FALA

Cuanavale pôs fim ao mito da invencibilidade do opressor branco. Foi vitória para toda a África”.» (Sánchez, 2014:199).

É importante frisar que a guerra em Angola era vital para Fidel. A sua derrota neste teatro de operações, podia significar a derrota do internacionalismo no mundo, se consideramos o grande investimento deste em homens e material de guerra neste país. Aliás, só isso justifica a sua aventura em visitar uma das frentes de combate, em Setembro 1986, quando ia da reunião do Movimento dos países não-alinhados, no Zimbábue. [...]«... *Ele decidiu então fazer um desvio por Angola, onde estavam 40 mil cubanos, soldados ou civis, dentre os quais o próprio filho de Raúl, o jovem Alejandro Castro, que hoje é coronel. A visita durou três dias. Na segunda noite, Fidel foi visitar as nossas tropas na linha da frente. Sua escolta era mínima: três guarda-costas, dentre os quais eu me encontrava, o chefe da escolta Domingos Mainet e o Dr. Selman. Descolamos ao cair da noite e, como num filme, voamos rente ao chão a bordo de três helicópteros rumo a zona de combate. Depois que aterrissamos no meio da savana, percebi que estávamos há poucas centenas dos sul-africanos*». (Sánchez, 2014: 198)

Jardo, um antigo oficial dos serviços de informação, que posteriormente fez carreira na diplomacia, testemunhou uma boa parte, senão a totalidade das negociações que levaram Angola às negociações de paz. Este, em certa medida, corrobora com o Gen. Chindondo. De acordo com o seu relato: (...)“ *Em Março de 1990, a situação militar tinha evoluído favoravelmente para a UNITA e os Americanos começaram a exercer maior pressão para o diálogo, visando uma solução negociada. Houve vozes em Washington que receavam um endurecimento das posições da UNITA a favor de uma solução militar depois do fracasso do «Último Assalto». Durante as comemorações da independência da Namíbia que tiveram lugar a partir do dia 20 de Março, Jim Baker, Secretário de Estado americano, encontrou-se com o seu homólogo soviético, Eduard Shevardnadze, ao qual reiterou a necessidade de um esforço conjunto para resolver o conflito angolano*”. (Muekália,2010:267). No mesmo quadro, James A. Baker, **apud** Muekália Jardo, dizia: (...)“ *também me encontrei com José Eduardo dos Santos, argumentando que uma vitória militar contra as forças da UNITA, apoiadas pelos EUA, era impossível, exortando-o, assim, a iniciar conversações de paz*”.

A opinião do General Chiwale (2013) é de que: (...)“ *a batalha do Cuito Cuanavale teve como consequência uma nova leitura de conflitos na África Austral para se alcançar uma solução política no caso da guerra em Angola. Assim, as tropas Sul-africanas e Cubanas abandonaram Angola, cumprindo com o calendário do acordo*

de Nova York de 1988 e aplicando a resolução 475/78 das Nações Unidas. A Namíbia torna-se independente no dia 21 de Março de 1990. Desmantela-se o apartheid e em Angola iniciam-se as negociações políticas profundas em Portugal”. Continua dizendo que: (...) *“o Cuito Cuanavale tinha-se transformado num impasse militar que determinou o ponto de viragem naquele processo de negociações tripartidas”*.

Outro antigo leader histórico, Miguel N’Zau Puna (2013) que ao lado de Jonas Malheiro Savimbi fez parte dos primeiros passos para a fundação da UNITA, mas que por razões pessoais em Fevereiro de 1992 abandonou as hostes do seu partido entregando-se às autoridades angolanas, passando-se posteriormente para as fileiras do MPLA, é de opinião que: (...) *“o ponto de viragem para a paz em Angola foi sem sombra de dúvida a retirada das forças Russo-Cubanas por um lado e da retirada das forças sul-africanas por outro lado depois de definido o 16º paralelo”*.

Para o Coronel instrutor militar das ex. FAPLA, presentemente um dos professores da ESG/FAA, de nome Cabuço, o combate de Cuito Cuanavale teve as seguintes repercussões: (...) *“Angola ganha a supremacia aérea a África do Sul; Angola derrota forças armadas regulares e as mais fortes da Região; aproximou as relações multilaterais dos estados desavindos e dos Estados protetores; promoveu a independência da Namíbia; acabou com o apartheid na África do Sul e nasceu um regime democrático e de direito e; conduziu as negociações Governo UNITA que desembocaram nos acordos de Ngbadolite á Bicesse, promovendo a paz duradoira que Angola vive e o surgimento de um Estado democrático de direito”*.

Marcelo Mesquita Leal, no seu trabalho de conclusão submetido ao curso de graduação de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção de título de Licenciado em História, intitulado: *“A Campanha Militar de Cuito Cuanavale (1987-1988): Uma análise baseada na teoria da Guerra de Clausewitz”*, conclui que: (...) *“Cuito Cuanavale representou o fim de um processo histórico que teve início em 1948, com a implantação do regime de segregação racial sul-africano. Considerando a premissa de que esse período de tempo neste espaço delimitado foi caracterizado pelos conflitos internos em Angola, pelos processos de desestabilização do regime de Pretória e pela ingerência das duas superpotências, e que estas mesmas características formavam a base da guerra civil angolana, da guerra de fronteira sul-africana e da guerra fria da região, parece lógico argumentarmos que as descontinuidades criadas por Cuito Cuanavale podem ter provocado uma inflexão nas*

guerras- doméstica, regional e internacional- que até ao momento se desenvolviam no sudoeste da África Austral”.

Na visão do Governo da República de Angola: (...) *“a vitória da batalha de Cuito Cuanavale e as medidas tomadas posteriormente, permitiram eliminar os principais fatores externos que ainda «condicionavam» a resolução do conflito angolano e possibilitar as negociações entre angolanos, apontando para uma resolução interna do conflito.* (Bernardino, 2013:343).

Para os articulistas do Jornal de Angola, na edição número 13655, do dia 4 de Abril de 2015, o ponto de viragem da paz em Angola, residiu no triângulo do Tumpo (Cuito Cuanavale): (...) *“No triângulo do Tumpo a guerra foi ganha pelos angolanos. Correu bem. Esmagamos as forças do apartheid e de Savimbi. Da chana imensa entre os três rios passou-se para o palco de Nova Iorque e depois surgiu a independência da Namíbia, a libertação de Nelson Mandela e a democratização da África do Sul”.*(Vide anexo 13 pág. 176.

No parecer de Gato: (...) *“No ponto de vista estratégico, a tomada do Cuito Cuanavale pela UNITA não era determinante. Mas no ponto de vista tático, foi muito importante para a UNITA porque, a derrota da ofensiva das FAPLA a partir de Cuito Cuanavale, facilitou o início das negociações. Se o MPLA toma a Jamba, jamais haveria diálogo, porque a UNITA estaria fraca e teria de recorrer a guerrilha dispersa”.*¹⁶

No entretanto, segundo dados históricos, sabe-se que os contactos para as negociações começaram em 1989, em Évora. Os assuntos a discutir e acertar eram:

- a)- a UNITA, aceitar e reconhecer o Governo do MPLA como legal;
- b)- o MPLA, reconhecer a UNITA como oposição legal;
- c)- seguir-se-iam as negociações diretas com vista ao cessar fogo das hostilidades, e a criação de um Estado democrático e de direito.

A nosso ver, considerando o acima exposto, vários foram os intervenientes, internos e externos que concorreram para a promoção da paz no nosso país. Se de um lado a luta armada foi decisiva para a maturação do fenómeno para este se autoexcluir,

¹⁶ -Entrevista de Lucamba Paulo Gato, ele que, de 1989 à 1991 foi Embaixador da UNITA em Paris. De 1991 à 1992 foi número dois na CCPM (Comissão Conjunta Político Militar). De 1995 à 2003 foi Secretário Geral da UNITA. Em 2002, foi também Chefe da Comissão de Gestão da UNITA, comissão esta que superentendeu do lado da UNITA, as negociações do Protocolo Adicional do Luena, que trouxeram a paz reinante até agora em Angola.

do outro, o contexto geopolítico e geoestratégico ditava a necessidade de novos equilíbrios na balança do poder mundial.

3.5.-Alguns Acordos para a Paz

A paz conseguida em Bicesse resulta do somatório de várias tentativas de concertação entre as partes e alguns presidentes africanos, e mais tarde, o envolvimento dos Russos, Americanos, Portugueses, Cubanos. Portanto, Bicesse é o somatório de anteriores acordos, alguns dos quais passaremos em revista logo a seguir.

3.5.-1-Os acordos de Alvor

O regime português que se seguiu a queda do primeiro ministro- Marcelo Caetano, situado ideologicamente à esquerda, foi obrigado pela comunidade internacional a aceitar organizar uma cimeira para as negociações da independência de Angola, com a participação dos três movimentos de libertação nacional: a FNLA, o MPLA e a UNITA, em Alvor, no Algarve, de 10 à 15 de Janeiro de 1975. Concomitantemente, reconhecer os mesmos movimentos de libertação nacional como os únicos representantes legítimos do povo angolano, *ipso-facto*, esses serem reconhecidos pela comunidade internacional (OUA e ONU), como os seus únicos representantes e interlocutores válidos.

Foi durante a cimeira de Alvor que se fixara a data da realização das primeiras eleições em Angola, que deveriam ser livres e justas, à serem convocadas para o ano de 1975. Também foi durante aquele certame que se adotou a aceitação do princípio da autodeterminação e independência das colónias portuguesas, como: Angola; Moçambique; Guiné Bissau; Cabo Verde; São Tomé e Príncipe e; Timor. Na mesma altura acordou-se que houvesse cessar fogo em todo o território nacional. Aos 31 de Janeiro do mesmo ano, estipulou-se a formação de um governo de transição em que as pastas ministeriais seriam repartidas pelos três movimentos de libertação. Por exemplo: o Ministério da Saúde era dirigido por Samuel Abrigada, da FNLA; o Ministério da Informação era dirigido por Manuel Rui Monteiro, do MPLA e; o Ministério da Educação por Gerónimo Wanga, da UNITA. O cargo de Primeiro Ministro seria rotativo. Foi entregue à três indivíduos: John Pinock Eduardo, Lopo do Nascimento e José Ndele, pertencentes a FNLA, MPLA e UNITA, respetivamente.

Puna é de opinião que: (...)”*Esses acordos só foram possíveis graças a determinação do Dr. Savimbi que por sua iniciativa foi para Kinshasa se reconciliar com Mobuto e Holden Roberto, depois ir para Dar-es-Salam- Tanzânia reconciliar-se*

com o Dr. Agostinho Neto, cujo acordo veio se consagrar no Luena, com a presença do Alto Comissário- Rosa Coutinho, Agostinho Neto e Jonas Savimbi. Este como grande amigo de Jomo Kenyata foi falar com ele e aceitou a reunião dos três movimentos de libertação, em Mombaça. Postos aí, os três movimentos, só faltava a reconciliação da FNLA e MPLA, o que foi feito na presença do Kenyata. (Puna, 2013).

Outrossim, segundo relatos sobre a forma como os portugueses dispuseram as delegações dos movimentos de libertação no hotel, alimentou a especulação segundo a qual havia um certo paternalismo do lado destes em relação ao MPLA. É que a delegação do MPLA, no corredor onde estava toda a comitiva, foi colocada frente a frente ao quarto dos portugueses facilitando a consulta entre estes. E os outros movimentos, foram colocados nas laterais. O artigo que vem a seguir, transparece também um pouco isso mesmo.

No semanário a Capital na sua edição nº 524, que compreende o período que vai de 10 a 17 de Novembro de 2012, o Engenheiro Joaquim Ernesto Mulato que, segundo o jornal epigrafado, (...)« é um dos angolanos que acompanhou alguns dos maiores momentos de luta de libertação, hoje Vice-presidente do maior partido de oposição (entenda-se UNITA) e terceiro Vice-presidente da Assembleia Nacional», entrevistado sobre o 11 de Novembro, a dado passo, o entrevistador indagou: *«Está a dizer que os portugueses prepararam mal os angolanos para a independência?* Em resposta, Mulato disse: *«se forem a ler a verdadeira história dos acordos de Alvor, assinados pelos três movimentos, verão que havia a ideia de se formar um governo de transição, em que da parte do MPLA era primeiro ministro, o deputado Lopo do Nascimento; da parte da FNLA era o falecido- que acabou de se juntar ao MPLA- Jonnhy Pinock Eduardo e da parte da UNITA, o Doutor José Alberto Sandele. Da parte portuguesa havia alguns que ajudaram a fazer a transição em causa. Infelizmente instalado o Governo de transição, começamos a verificar que havia já movimentos estranhos e que acabaram por violar todos os acordos de Alvor, porque não houve transição dos portugueses para os angolanos. Na meia noite em que o Doutor António Agostinho Neto proclamava a independência, o último Alto-Comissário estava no alto mar, logo, não houve uma passagem dos portugueses para os angolanos. Houve sim, uma proclamação de Angola pelo Doutor Agostinho Neto, não em nome do povo angolano, mas em nome do povo do MPLA. Só isto era uma total violação daquilo que tínhamos acordado».* (Semanário a Capital, 2012:5).

Os acordos de Alvor eram compostos por onze capítulos, sessenta artigos e uma miríade de alíneas. A falha na implementação desse acordo, sobretudo pela parte de Portugal, pode ser considerada como sendo a gota que transbordou o copo da paz e borrifou o país com o nobre sangue de muitos dos seus melhores filhos, durante muitos anos.

Pela importância dos vários artigos ora acordados, e porque se estes não tivessem sido violados não haveria guerra em Angola, transcrevemos três:

- artigo 1º- Estado português reconhece os movimentos de libertação, FNLA, MPLA e UNITA como únicos e legítimos representantes do povo angolano;
- artigo 32º- forças armadas dos três movimentos de libertação serão integradas em paridade com forças armadas portuguesas nas forças militares mistas em contingentes assim distribuídos: 8000 combatentes da FNLA, 8000 combatentes do MPLA, 8000 combatentes da UNITA, 24000 militares das forças armadas portuguesas;
- artigo 40º- o governo de transição organizará eleições gerais para uma assembleia constituinte no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua instalação.

Assim, este acordo constará nos anexos deste trabalho para permitir a sua consulta. O referido acordo foi exarado no Jornal a Província de Angola, quinta-feira, 16 de Janeiro de 1979. Vide anexo15, pág. 184.

É nossa opinião que, os acordos subsequentes ao de Alvor, foram pura e simplesmente a consequência da falha deste. Em Alvor, Angola enterrou *sinedie* a oportunidade e o sonho de uma paz verdadeira para os angolanos. Parece-nos que o seu fracasso deveu-se a fatores, alguns deles endémicos como: a falta de confiança e o ódio visceral entre os líderes dos movimentos de libertação que, no momento decisivo preferiram levantar, uns mais do que outros, a bandeira da defesa dos interesses de grupo em detrimento dos do país como um todo, como se tivéssemos em Angola, como Hitler pensava para a Alemanha, uma raça ariana; essa desconfiança acirrou-se ainda mais pela maneira como as delegações às negociações foram dispostas no hotel, conforme nos referimos atrás; a falha na implementação desse acordo por parte de Portugal por simpatias políticas por uma das partes, permitindo que esta proclame unilateralmente a independência que não só era de todos, mas também para a qual os três movimentos tinham lutado por igual. Se tivesse havido eleições em 1975, com o

apadrinhamento de Portugal conforme previa o acordo, de certeza que Angola teria sobrevivido deste gravíssimo acidente, cujas feridas continuam a ser curadas ainda hoje.

3.5.2.- Os acordos de Nakuro

Os acordos de Nakuro assinados aos 21 de Junho de 1975, foram aquilo a que se pode considerar de última tentativa para se salvar Angola da catástrofe da guerra, pois, na altura já tinham ocorrido alguns combates em algumas cidades, com maior relevo em Luanda entre o MPLA e a FNLA e, havia indicações claras do MPLA atacar também as posições da UNITA, de sorte a controlar sozinha a capital Luanda, e proclamar unilateralmente a independência. A este respeito, Mulato dizia. (...) *A guerra começou, primeiro entre o MPLA e a FNLA; e depois entre o MPLA e a UNITA. Eu lembro-me, em Abril com o Doutor Jonas Malheiro Savimbi estivemos em Luanda e já havia escaramuças entre a FNLA e o MPLA. Estava em jogo a expulsão da FNLA porque, na altura era tida como a mais poderosa e depois atacar-se a UNITA. O Doutor Savimbi fez tudo para tentar convencer os países africanos, como o Kénia na pessoa do seu presidente Jomo Kenyata que permitisse a realização de mais uma reunião no seu país, através da sua mediação para os três movimentos encontrarem uma saída. Trata-se da reunião de Nakuro, onde eu estive também. Esta reunião foi considerada como sendo a reunião da salvação, mas enquanto negociávamos, as posições da UNITA e da FNLA eram atacadas no interior do país, por isso não resultou.* (Semanário a Capital, 2012:5)

Retomando o espírito do parágrafo anterior, o MPLA, no dia 4 de Junho de 1975 atacou o chamado Comité de Paz, da UNITA e massacrou 260 jovens. Seguiram-se o massacre de Gabela a 10 de Junho, o de Lobito a 25 de Junho, o de Cassamba a 30 do mesmo mês. Em Julho de 1975 seguiram-se os ataques a Henrique de Carvalho, hoje Saurimo, no dia 15 e nos dias 22 e 30 de Julho foi a vez de Kalepo e Lukusse respetivamente. Estes ataques sucessivos, acabaram por linchar o espírito de Nakuro.

Em Nakuro, a opção pela guerra por parte de alguns destes líderes, que já tinham promessas de apoio em material bélico dos seus aliados, já tinha sido tomada. Alguns foram para estes acordos só para cumprir calendário, ao mesmo tempo que evitavam serem vistos pela comunidade internacional, como os maus da fita. Nakuro era considerada a reunião da salvação. Mas não deu em nada porque, enquanto se negociava, os que se tinham decidido pela guerra, atacavam as posições dos movimentos irmãos.

3.5.3.- Os acordos de Nova Iorque- 1988

Este acordo foi assinado, em Nova Iorque, aos 22 de Dezembro de 1988, entre Angola, Cuba e África do sul.

Na perspetiva do Governo angolano, (...) *“o acordo de Nova Iorque foi o culminar de uma longa e complexa atividade diplomática que passou por Londres, Cidade do Cabo, Cairo e Brazzaville. Para chegar ao fim do caminho foi preciso enfrentar as forças invasoras sul-africanas em batalhas épicas que levaram À libertação de Nelson Mandela, à independência da Namíbia e, por fim, à derrocada do regime de apartheid no continente africano. O acordo de paz de Nova Iorque só foi possível porque as FAPLA, depois do recuo em Mavinga conseguiram recuperar posições nos campos de batalha, quando o inimigo pensava que as forças armadas de Angola estavam sem capacidade de reação”*.

(http://m.ja.sapo.ao/política/visão_estratégica_do_presidente).

Estes acordos, apesar de terem excluído uma das partes, constituíram-se na pedra angular que alicerçou os acordos de Bicesse, pois, só com a retirada dos estrangeiros de Angola, as partes, auxiliadas pela comunidade internacional, puderam dirimir o que as separava e chegar ao acordo de paz de Bicesse.

Com a exceção das duas últimas alíneas sobre o que foram estes acordos na perspetiva do Governo angolano, porque está provado que as FAPLA, sobretudo no teatro de Kuando Kubango sempre lutaram ao lado os Cubanos e outros, é bastante coerente esse parecer.

3.5.4- Os acordos de Ngbadolite

Na época, os ódios eram viscerais porque estava-se no auge da guerra. Por isso mesmo, Ngbadolite ia fracassando desde o primeiro dia porque, fruto destes rancores, o então Vice Ministro das Relações Exteriores de RPA, o Sr. Venâncio de Moura, recusou-se a apertar a mão aos negociadores da UNITA, liderados pelo Dr. Jorge Alicerces Valentim. Para a retoma das negociações valeram muito as relações interpessoais entre o General António França Ndalu e Jorge Alicerces Valentim que jogaram juntos football em Coimbra nos tempos de estudantes, e a relação entre o General Pedro Sebastião e o falecido Coronel Adalberto Neto Epalanga que fizeram juntos a tropa colonial. A aproximação destes passou uma corrente positiva às respetivas delegações reanimando-as à continuar as negociações.

Para a UNITA, Ngbadolite foi uma traição porque o governo de Angola tinha prometido dar dinheiro ao Presidente Mobuto, se este conseguisse trazer para Kinshasa, o Dr. Savimbi para ser preso. Franceville foi a continuação da mesma odisseia. (...)” *Em Franceville, os Presidentes Sassunguesso e Mbongo, escreveram para o rei de Marrocos a pedir que ele arranjasse uma casa grande onde ficaria o Dr. Savimbi, enquanto José Eduardo dos Santos pacificava o país. Só depois de verem a intransigência da UNITA em aceitar estas manobras, concluíram que se deviam iniciar as negociações diretas”.* (Entrevista de Lukamba Paulo Gato, 2015).

N’Zau Puna (2013), numa das passagens da sua entrevista, confirma esta tendência do fracasso de Ngbadolite: (...) *Esses acordos não funcionaram porque tratava apenas da integração pura e simples da UNITA, no aparelho do Estado sob liderança do MPLA.* Pesou também o facto de que na altura a estratégia do maior aliado da UNITA, os EUA, era de encontrar um exílio dourado para o Dr. Savimbi. O porta voz desta estratégia durante as negociações, foi o Embaixador Herman Cohen.

Esta matéria tão sensível quão importante, seguramente que não se esgota aqui. Será de certeza matéria de estudo para as gerações futuras, procurando buscar conhecimentos e experiências que, dissecadas poderão servir para acautelar prováveis situações parecidas, conhecimentos e experiências essas que os futuros dirigentes poderão utilizar na consolidação da confiança que Angola vai granjeando todos os dias pela África e pelo mundo, como um país com grande traquejo na solução dos conflitos.

Os acordos de Gbadolite assinados aos 22 de Junho de 1989, podem ser considerados uma farsa. Uma tentativa de neutralizar politicamente uma das partes. Era a fase da política de clemência e integração, a fase do exílio dourado.¹⁷ Lembramo-nos ter sido nessa época que, o Dr. Savimbi chamou Mobuto publicamente e aos olhos do mundo, de mentiroso. Essa atitude, como era de esperar, criou uma crise muito profunda entre a UNITA e Mobuto.

Da forma como Gbadolite foi conduzido, não se podia esperar nada dele senão, o aprofundamento do ódio e desconfiança entre os contendores.

¹⁷ -Consistia na oferta a uma das partes do conflito, de condições douradas em termos de residência, salários, etc. Em troca, esta parte teria de renunciar a política.

3.5.5- Os acordos de Bicesse

Estes foram o culminar de uma longa caminhada de cerca de sete rondas negociais entre o Governo da RPA e a UNITA, na busca da paz e da reconciliação nacional, a saber:

1-A primeira ronda teve lugar em Évora, nos dias 24 e 25 de Abril de 1990, sob os auspícios do Primeiro-ministro português, Cavaco e Silva;

2-A segunda, no forte de São Julião da Barra, de 16 à 18 de Junho de 1990;

3-A terceira, de 27 à 30 de Agosto de 1990, no Instituto de Altos Estudos Militares;

4-A quarta em Sintra, de 24 à 25 de Setembro de 1990. Aí foram criadas duas subcomissões de trabalho, sendo uma política e outra militar;

5-A quinta teve lugar em Estoril, próximo de Bicesse, de 16 à 20 de Novembro do mesmo ano;

6-A sexta ronda em Bicesse, Estoril a 4 de Abril de 1991

7-A sétima e última ronda, teve lugar em Bicesse no Estoril, a 1 de Maio de 1991, onde foram rubricados os acordos. O chefe da delegação do Governo da RPA foi o mais velho Lopo do Nascimento e da parte da UNITA, o mais velho Eng. Jeremias Chitunda. Como passo seguinte, a 15 de Maio, o Governo e a UNITA informaram ao Governo português sobre a aceitação formal dos acordos e sobre a suspensão imediata das hostilidades.

Em Bicesse, foram unanimemente adotados aquilo a que se chamaram, os princípios fundamentais, que eram a cartilha de todo o esqueleto deste tão importante acordo para a vida dos angolanos. Competia a CCPM (Comissão Conjunta Político Militar), órgão com competência política, jurídica e militar, para tomar decisões por consenso entre o Governo da RPA e a UNITA, velar pela aplicação dos acordos e garantir o estrito cumprimento de todos os entendimentos políticos e militares assumidos pelas partes, sob verificação das Nações Unidas.

Com base nesses acordos, de entre outros princípios, a UNITA obrigava-se a reconhecer, não só o Estado angolano, como também o seu Presidente, José Eduardo dos Santos e o seu Governo, até a realização das eleições gerais em Setembro de 1992. Em contrapartida, a assinatura destes acordos, conferiam a UNITA e a outros partidos, o direito de criar sedes e representações assim como desenvolver livremente atividades

políticas em todo o país, nos termos da constituição vigente na época e das leis então adotadas para a criação de uma democracia multipartidária.

Eis alguns dos princípios constantes desta cartilha:

- 1- Respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais dos cidadãos com a consequente liberdade da circulação de pessoas e bens;
- 2- Garantia à total liberdade de expressão e acesso aos meios de comunicação social públicos;
- 3- O direito a segurança pessoal dos membros de partidos políticos;
- 4- O direito de apresentar, publicar e debater livremente os programas políticos;
- 5- O direito de os partidos recrutarem e inscreverem novos membros;
- 6- O direito de realizar reuniões e manifestações;
- 7- O direito de acesso aos meios de comunicação social estatais;
- 8- O direito de abrir representações em todo o país;
- 9- O direito de apresentar livremente candidatos às eleições, etc.

Ao Governo da RPA, também foi incumbida a responsabilidade de conduzir encontros com todas as outras forças políticas existentes no país, com o intuito de auscultar as suas opiniões conducentes à introdução de alterações na então constituição da RPA, que tinha o formato de partido único, de formas a se adotar, quer no ponto de vista político assim como jurídico, o multipartidarismo, como sistema parido pelos acordos de Bicesse. O governo, também iria trabalhar com todos os partidos políticos na elaboração das leis que regulariam o processo eleitoral de Setembro de 1992.

Muitos foram os percursores de Bicesse. Porém, neste trabalho, por razões puramente académicas, fazemos menção apenas de alguns que na altura tiveram a *chance* de contribuir para as transformações positivas que o país conheceu em 1991. Para o efeito, aproveito citar de forma elegante e meritória como o General Wambu o fez num dos seus contributos para este trabalho, sobretudo porque, conhecendo alguns destes interlocutores nas mesmas lides, concordamos com o seu ponto de vista. Eis pois o ponto de vista de Wambu (2013):

[...] “*Manuel Durão Barroso (defendi na altura que este jovem da nossa geração teria um grande futuro pela sua competência); António França Ndalu (um gentleman e Boss das diligências em chefia partilhada entre os angolanos e foi contemporâneo das lides de football com Jorge Valentim); Lopo do Nascimento (uma grande ponte entre Jeremias Calandula Chitunda e as partes em negociação, com um humor de gente fina); António Pitra Neto (que apelava a necessidade de muita serenidade entre*

os negociadores, um grande intelectual); Jorge Alicerces Valentim (através do seu humor fecundo lobitanga e vida acesa europeia, era de facto um dos principais Mais Velhos); Mário Plácido Cirilo de Sá “Ita” (o grande militar do renseignement e filho de um antigo funcionário público em Angola colonial; Gilberto Veríssimo (o homem de porte suave na ponte comunicativa tecnológica e de confiança entre o Estado e os negociadores); Adolfo Rasoilo (o jurista discreto e atento a toda a evolução entre os negociadores); Arlindo Chenda Pena “Ben Ben” (o Comandante que determinou com Higino Carneiro, o fim da Batalha do Luena, o que impulsionou a assinatura do acordo de Bicesse); o hábil Altino Bango Sapalalo “Bock” (sem a mão esquerda perdida na sua especialidade de minas e armadilhas e dirigente da BATE-Brigada de Ação Técnica de Explosivos); José Semedo (um grande cavalheiro na busca do equilíbrio e da diferença pré e pós mesas negociais); Marcial Adriano Dachala (conhecedor como muito poucos os negociadores portugueses, mas atuante e sofisticado); Maria de Fátima Moura Roque (digna representante do género e a única negociadora cuja a voz fazia toda a diferença nas três delegações porque já era professora universitária reconhecida internacionalmente)”.

Os acordos de Bicesse foram assinados em Lisboa, aos 31 de Maio de 1991, pelo Presidente da RPA, Eng. José Eduardo dos Santos e pelo Presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Volvidos dezasseis anos de conflito, o país, de uma forma geral já não tinha condições, nem físicas, psicológicas ou mesmo financeiras para aguentar outros dezasseis anos de guerra fratricida. Era chegado o momento de virar a página da história de Angola.

Dois fatores internacionais que também pesaram bastante no alcance da paz em Angola:

- a) a influência dos Países da Linha da Frente;
- b) a consanguinidade colonial de Portugal.

A Linha da Frente, foi a primeira modalidade de Coordenação e Integração Regional formalmente reconhecida. Foi fundada por iniciativa dos Presidentes, António Agostinho Neto- Angola, Samora Machel-Moçambique, Seretse Khana-Botswana, Jullius Nyerere- Tanzânia e Keneth Kaunda da Zâmbia, em Abril de 1977. O seu objeto primeiro era a libertação total dos povos do jugo colonial. A independência do Zimbabwe, foi fruto da ação vigorosa desta constelação de países. Posteriormente, estes países juntaram esforços no sentido de travar as ações belicistas nos seus países já independentes, perpetradas pelo regime hediondo da África do Sul do Apartheid. Esta

organização, depois de consolidada, evoluiu para SADCC- Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral e, posteriormente, para SADC- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Nesta altura, apesar de todos os países da Região já se terem tornado independentes do colonialismo, ainda corriam guerras civis em Moçambique e em Angola, com a agravante de que, em Angola, o conflito tinha-se internacionalizado pelas razões já explicadas ao longo deste trabalho. Nesta conformidade, para além de outros objetivos eleitos no seu programa como por exemplo: reduzir a pobreza; melhorar o nível de vida na Região; etc., a SADC acrescentou um objetivo nobre, o da promoção da Paz na Região. Com este princípio a comunidade utilizou todo o seu potencial político e diplomático para influenciar os contendores e o mundo à restaurar a paz em todos os países da Região.

Portugal, por causa do seu passado histórico colonial, não só tinha criado laços de sangue com os angolanos, mas também mantinha um outro elo muito importante que une os povos, que é a língua. A língua portuguesa, é a língua oficial falada e escrita em todo o território angolano. É a língua utilizada pelos angolanos e pelos estrangeiros em todos os atos administrativos do dia à dia. Ipso-facto, é falada e escrita mesmo em locais mais recônditos do país, independentemente do nível de educação dos seus falantes. Para além disso, embora do lado errado, brancos e negros verteram o seu sangue nos campos de batalha anticolonial. Depois surgiram os mestiços, fruto do cruzamento entre brancos e negras, e o cruzamento entre brancos angolanos e portugueses. A par disso, havia outros usos e costumes que se tornaram comuns aos dois povos. Esta condição permitiu que as relações entre as autoridades portuguesas e as angolanas, e entre as mesmas e a Direção da UNITA, fossem um pouco facilitadas. Este e outros considerandos, permitiram a aproximação dos portugueses com os angolanos desavindos, aceitando-os para mediar o conflito que já durava há 16 anos.

Bicesse foi o corolário de todo o tipo de batalhas, sobretudo militares, que tiveram o seu epicentro no sudeste de Angola, onde, a UNITA tinha a sua base de apoio revolucionária, a Jamba, que passou a fazer parte obrigatória da toponímia angolana, cuja porta de entrada era a localidade estratégica de Mavinga, encravada no meio da mata a escassos metros do rio Cúbia, um riacho insignificante pela sua dimensão, cuja as margens ontem esverdeadas com os cereais e hortaliças para alimentar aqueles que se de um lado eram chamados de rebeldes, do outro, eram chamados de combatentes pela liberdade. Mas Cúbia que, hoje atrai as vistas de muitas gentes; ricos e pobres porque, se ontem também representava o último rubicão para a decapitação da resistência, hoje,

sabe-se que pode ser uma grande fonte de receitas para o país, por causa dos seus jazigos de diamante, ainda só artesanalmente explorados.

Bicesse foi o resultado do impasse militar entre as tropas governamentais e as da guerrilha, em consequência das grandes batalhas do Lomba, de Mavinga, de Cuito Cuanavale, do Ninda, Cangamba, do Saliente do Cazombo, do Luena, do Cuemba, do Zage, de Andrada, Kafunfo, da captura dos Checos em Lomaum, do Sumbe, de Calomboloca, dos combates que inviabilizaram o funcionamento do CFB e tornaram as estradas inseguras e impróprias para a circulação no país, e de outras tantas pelejas quando a bravura dos filhos de Angola foi metida à prova. Nestas batalhas, sucumbiram milhares de vidas entre militares e civis, a maior parte destes sem uma tumba condigna, outros mesmo em lugares incertos, mas acreditando num amanhã melhor, numa Angola reconciliada, democrática e igual para todos.

Bicesse foi também o corolário dos esforços políticos e diplomáticos dos grandes nacionalistas; Holden Roberto, António Agostinho Neto seguido depois por José Eduardo dos Santos, e de Jonas Malheiro Savimbi que, apesar das suas diferenças de interesses, em parte condicionadas pelos seus aliados, embora uns mais comprometidos com os interesses do país do que outros, à sua maneira e no seu tempo, tentaram encontrar uma plataforma de entendimento, passando por Alvor, Nakuro, Ngbadolite, Franceville e Nova York, isso para citar só os mais importantes.

Bicesse, foi ainda, o fruto da solidariedade dos povos do Continente africano mas, e sobretudo, os povos da África Austral que, como os angolanos, também viveram na carne os efeitos desta guerra atroz.

IV- CONCLUSÕES

Dissecada e analisada a informação abstraída de livros, documentos, internet e entrevistas, pode-se concluir que as razões do conflito na Região Austral radicam na sua localização geoestratégica e na imensidão dos seus recursos naturais de que Angola é um dos fiéis depositários. E que os mecanismos que devolveram a estabilidade e a paz na Região, e em particular para Angola, residem em fatores internos (como causa) e externos (como consequência).

No ponto de vista interno, em Angola onde em grande medida se jogava o futuro da África Austral, na componente política e militar, o país e os seus atores diretos e indiretos estavam cansados de guerra e, naturalmente, das suas consequências. Urgia, de um e de outro lado, dar-se um sinal de esperança de uma vida melhor. Isso só era possível com o alcance da paz. Portanto, a paz passou a ser nitidamente uma necessidade para a nação. Um imperativo para esta continuar a viver.

No quadro diplomático, com a queda do muro de Berlim e com o surgimento da Perestroika que anunciavam o fim da guerra fria, era chegada a era de maior contenção a todos os níveis e, em contrapartida, dar oportunidade à um ambiente de maior concertação político-diplomática entre as grandes potências, consequentemente entre Governos e outro tipo de forças que estes apoiavam, no caso específico, o Governo do MPLA e a UNITA.

Com os acordos de Nova Iorque foram postas de fora do ring angolano, todas as forças combativas estrangeiras (Cubanos, Sul Africanos, Swapo, Consultores Militares Russos e outras) para permitir que os povos naturais apoiados pela comunidade internacional, pudessem debruçar-se e resolver os seus próprios problemas. Foi nessa sequência de acontecimentos que a Namíbia e a África do Sul se tornaram independentes.

Os acordos de Bicesse podem ser considerados como o epílogo de longas e mortíferas campanhas militares que, alternadamente, no tempo, foram equilibrando e desequilibrando a respetiva balança consequentemente emitindo claros sinais à navegação sobre a dificuldade ou mesmo impossibilidade de uma vitória militar de uma parte sobre a outra. E como qualquer combate engendra várias facetas, considerando a mudança de atitude que se fazia sentir no quadro político diplomático internacional, Bicesse impôs-se como uma necessidade.

A outra conclusão que Bicesse transmitiu e tal como enunciamos quando falamos da problematização, na história das nações foram raros os casos em que um conflito armado terminou com a vitória militar de uma das partes. Regra geral, as guerras acabam sempre em negociações de paz. As Relações Internacionais jogam um papel muito importante na solução dos conflitos. Os países estrangeiros envolvidos direta ou indiretamente no conflito angolano, utilizaram os seus mecanismos das RI para convencer os beligerantes a sentarem-se a volta da mesma mesa, culminando com a assinatura dos acordos de Bicesse.

Quanto as origens intrínsecas da guerra em Angola, podemos caracteriza-las em duas. As internas e as externas.

No ponto de vista interno, o desentendimento entre os principais nacionalistas de então (Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi) que a nosso ver, a dado momento divergiram na aproximação de assuntos importantes tendentes à independência nacional. Não conseguiram formar uma frente unida contra o inimigo comum que era o colonialismo português. Ficou a impressão de a dado momento terem-se preocupado mais com a defesa das suas origens étnicas e com a ascensão ao poder do que com o país no seu todo. Isso propiciou a desunião no propósito e fermentou as lutas intestinas. Cada um tinha a sua agenda, a sua linha política e ideológica que por vezes colidia frontalmente com a do outro. Este desentendimento prevaleceu até depois da proclamação da independência, originando a guerra civil que ceifou muitas vidas.

De entre as origens externas do conflito, citamos a localização geoestratégica de Angola na costa ocidental de África, por onde passa uma das rotas económicas mais importantes do mundo. A esse fator, acresce-se a abundância dos recursos naturais renováveis e não renováveis, fruto de cobiça internacional. Menção vai também para a descolonização mal feita pelos representantes de Portugal que, propositadamente violaram o que se concordara nos acordos de Alvor. Com a cumplicidade indireta do Almirante Rosa Coutinho, entregaram a independência do país a um só Movimento de Libertação (MPLA) e não permitiram a realização de eleições livres e justas conforme fora concordado nos acordos de Alvor e como era apanágio fazer-se no seu próprio país.

Para a efetivação da paz na Região Austral, mormente para a assinatura dos acordos de Bicesse concorreram mecanismos de pressão, internos e externos. No ponto de vista interno, o combate militar tinha dado indicações claras de que a vitória militar não era a solução da crise angolana porque, nenhuma das partes suplantaria a outra.

Assim, urgiam os contactos preliminares entre as partes como mecanismo importante para a aproximação destas.

No ponto de vista externo, os aliados internacionais de ontem (sobretudo os EUA e a URSS) cada um a seu jeito, peso, influência e interesses do momento, arregimentando as suas congéneres que estavam mais diretamente engajadas no conflito armado (Cuba, África do Sul), jogaram dois papéis. Primeiro, com o apoio multiforme que davam as suas congéneres, sobretudo em armas, acirraram os ódios entre os nacionalistas que no campo de batalha se batiam buscando cada um anular o outro. Segundo, quando se tornou claro o empate técnico e tático no campo de batalha, serviram de mecanismo de pressão junto dos mesmos contendores diretos (MPLA, UNITA e SWAPO), a aceitarem o fim negociado do conflito, com mediação da comunidade internacional, sob os auspícios de Portugal, o antigo colonizador e a cedência da independência à Namíbia, pela África do Sul. Estes mecanismos fizeram com que se criasse a UNAVEM que se ocupou da fiscalização do cumprimento dos acordos de Bicesse e outros por arrasto.

Os mecanismos externos que mais contribuíram para a instabilidade na Região Austral, nomeadamente em Angola, foram os cubanos e os Sul-africanos, tutelados pelos seus patrões. Pois a presença destes em solo angolano internacionalizou o conflito.

RECOMENDAÇÕES:

- 1- Que se escreva mais e se organizem debates abertos sobre o tema e que as bibliotecas vivas, independentemente da sua cor político-partidária, religiosa ou outra, aceitem dar o seu testemunho com rigor intelectual.
- 2- Que esse testemunho imparcial faça parte da história real de Angola e que seja colocado em manuais e entregue as escolas para a formação das futuras gerações.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ANSTEE, M. Joan, 1996, *Orphan of the Cold War*, Sit Martin`s Press, Inc, United States of América
- BENEMELIS, Juan F, 2002, *Las Secretas de Fidel Castro*, Fundacion Elena Mederos, Primeiro Derechos Humanos, Espanha
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás, 2013, *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana-Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Edições Almedina, S.A., Coimbra, Portugal
- BETTS K, Richards, 2005, *Conflit After the Cold War :arguments on causes of war and peace*, second Edition, United States
- BOUTROS-GHALI, Boutros, 1992, *Agenda para a Paz*, Nações Unidas, Nova York
- BRANDT, Willy, 1980, `` *Plaidoyer pour un changement:paix, justice et emploi``*, *Introdução a Nord-Sud*:, Gallimard Un Programe de Survie, Paris
- CASIMIRO, Siona, 2011, *Maquis e Arredores- memórias do jornalismo que acompanhou a luta de libertação nacional*, Mayamba Editora, Luanda, Angola
- CASTRO, Fidel, 1989, *Angola and Namibia. Changing the history of África*, Ocean Press, Melbourne
- CHIWALE, Samuel, 2011, *Cruzei-me com a história*, 2ª Edição, Sextante Editora, Portugal
- CLAUSEWITZ, Von, 1997, *Da Guerra*, 2ª Edição, Publicações Europa-América, Lda, Mira Sintra-Mem Martins
- CORREIA, P. de Pezarat, 2010, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia-Conceitos Teorias, Doutrinas*, I Volume, Edições Almeida.SA, Coimbra, Portugal
- -2010, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia-Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito-II* Volume, Edições Almeida SA, Coimbra, Portugal
- DA SILVA J. Paulino, 2002, *As Resoluções das Nações Unidas Sobre Angola*, Editorial Nzila, Luanda, Angola
- DA SILVA, Sérgio Vieira, 2013, *Política e Poder- na África Austral (1974-1989)*, Escolar Editora, Lisboa, Portugal
- DEL PINO, Rafael, 1991, *Proa a La Libertad:La história de una vida heroica consagrada a la mais alta causa de la humanidade: la libertad*, Editora Planeta, Universidade de Michigan

- GALTUNG, Johan, 1996, *Peace by Peaceful Means: peace and Conflit, Development and Civilization*, London: Sage
- GARCÍA, Manuel Rojas, 2012, *Prisioneiros da UNITA nas terras do fim do mundo*, Mayamba Editora, 1ª Edição, Luanda, Angola
- GLEIJESES, Piero, 2003, *Confliting Missions: Havana, Washington, Pretória*, Published by Galago Publishing, Republic South Africa, Évora, Portugal
- HOWARD, Michael, 2001, *A Invenção da Paz-Reflexões sobre a Guerra e a ordem Internacional*, Guimarães Editores, Lisboa
- JUNIOR, Miguel, 2004, *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola; 1º Exército Nacional (1975-1992)*, Tipografia Lousanense, Lda, Lisboa
- JR, Joseph S. Nye, 2000, *Compreender os Conflitos Internacionais- Uma Introdução à teoria e à História*, Gradiva Publicações, S.A., Lisboa
- MARQUES, Alexandra, 2013, *Segredos da Descolonização de Angola-Toda a verdade sobre o maior tabú da presença portuguesa em África*, Publicações Dom Quixote, Cidade de Córdoba, nº 2 2610-038, Alfragide-Portugal
- MAZRUI, Lia.A. (et all), 2010, *História Geral da África: Vol VIII. África desde 1935*. São Paulo: África; Paris:UNESCO
- MORAIS, Beatriz, 1998, *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral-SADC. O papel de Angola*, Provo Gráfica, São Paulo, Brasil
- MUEKALIA, Jardo, 2010, *Angola a segunda Revolução-memórias de luta pela democracia*, Sextante Editora, Portugal
- NORTJE, Piet, 2003, *32 Battalion: the inside story of South Africa`s elite fight unity*, Published by Zebra Press, Cape Town, South Africa
- SANCHÈZ, Juan Reinaldo, 2014, *A vida Secreta de Fidel*, 1ª Edição, Editora Schwarcz S.A., S. Paulo
- SAVIMBI J. Malheiro, 1983, *Guia Prático do Quadro*, 2ª Edição, Jamba, Kuando Kubango
- SCHOLTZ, 2013, *The SADF in the Border War 1966-1989*, Alfred Le Maitre, China through Colorcraft Ltd, Hong Kong
- SIERRA L. Cardenas, 2010, *Angola e África Austral: apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*, Mayamba Editora, Nova Vida, Luanda Sul, Angola

- STIFF, Peter, 1999 *The Silent War: south african recce operations*, Published by Galago Publishing, South Africa
- THOMPSON, JH, 2006, *Na Unpopular War: from afkak to bosbefok*, Published by Zebra Press, Cape Town, South Africa
- WAALS, Willem (Kaas) van der, 2011, *Guerra e Paz-Portugal/Angola 1961-1974*, Marta Ramires, Protea Book House, Pretória, África do Sul

ARQUIVOS, REVISTAS, ARTIGOS, TESES, ENTREVISTAS, RELATÓRIOS, PALESTRAS, JORNAIS

- ANNAN, Kofi A., 2002, *Prevenção de Conflitos Armados, Relatório do Secretário Geral*, Nações Unidas, Nova Iorque, in <http://www.unic.org/portuguese/peace/nações>, acedido as 11:21 de 5 de Janeiro de 2014
- -1999, Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi A. Annan, sobre a prevenção de conflitos, 2002, em, <http://www.unic.org/portuguese/peace/nações>, acedido as 11:21, de 5 de Janeiro de 2014
- ARQUIVO Nacional de Angola, 2011, *Actas do Colóquio da Luta Clandestina proclamação da Independência Nacional- Memórias de um Passado que se faz Presente*, São Paulo/Luanda: Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura
- BALTAZAR, Maria Saudade, 2000, *(Re) Pensar a Sociologia dos Conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e ou a paz positiva*, Revista Nação e Defesa, Portugal
- CABUÇO, Sebastião Bernardo, 2007, *A Batalha de Cuito Cuanavale e as suas consequências para Angola*, Luanda, Angola (palestra proferida pelo Coronel Cabuço, na ESG «Escola Superior de Guerra» aos 20 de Novembro de 2007).
- CALVACANTI, Anna Carmem Medeiros, 2005, *Solução dos Conflitos Internacionais: evolução e perspectivas dos julgamentos dos crimes de Guerra*. Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Ciências Jurídicas do centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito
- CARVALHO, Francisco Alberto André, 2013, *A Política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975-1992)*, Universidade de Brasília, Brasil
- COUTO, Abel Cabral, 2000, *Segurança e Estudos Sobre a Paz*, Revista Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional, Nº 95/96. Outono-Inverno 2000. 2ª Série, Portugal
- Artigo de opinião, Março de 2008, *Como o Direito Internacional Humanitário define "conflitos armados"?*, Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

- (s.d). Discurso do Presidente Agostinho Neto,1975, na proclamação da independência de Angola, In-<http://mairenasolidaria.webcindario.com/escrituramecanica/agostinhoneto.html>
- Entrevista concedida ao canal Televisivo brasileiro, Bandeirantes, aos 27 de Outubro de 2013 pelo Presidente da República e Comandante em Chefe das FAA, Eng. José Eduardo dos Santos.
- FINDA, Wladimir, 2011, Dissertação de mestrado: *A construção da paz em Angola: Do Alvor à Luena- O papel da comunidade internacional*, Évora, Portugal
- HOWARD, Michael, 2001, *A invenção da Paz-reflexões sobre a guerra e a ordem internacional*, Guimarães Editores Lda, Lisboa, Portugal
- LEAL, Marcelo Mesquita, 2009, *Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciado em História, Porto Alegre
- SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro, 2015, Dissertação de mestrado: *O processo de paz em Angola: a dimensão internacional do conflito armado de Gbadolite à Luena*, Évora, Portugal
- DA SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim, 2014, Tese de doutoramento: *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal
- TIBURCIO, James A. Pires, 2009, Dissertação de mestrado: *Paz em Angola: Um Estudo Exploratório*, Brasília
- SADC Summit Brochure, 2011, *31st SADC Summit•16-17 August 2011- Angola*, editada pelo Secretariado da SADC, em parceria com a Red Pepper PR Communication Consultancy and GVPedia.com
- (s/d), *Dos Conflitos e suas Soluções*, artigo elaborado por Heitor de Oliveira Muller e Gilmara Pesquero Fernades Mohr Funes
- FRANCISCO, Cabila, (2014, Julho 4), *Manchete-Jornal de Angola Democrática*, Ano: 1| Edição nº 65|
- MANCHETE-(04 de Julho,2014)*Jornal de Angola Democrática*, Ano: 1| Edição nº 65|
- S/N, Jornal a Província de Angola, quinta feira, 16, Janeiro de 1975
- TANDALA, Francisco, 2012, Semanário a Capital, nº 524, *Sobre 0 11 de Novembro- os angolanos não foram preparados para a independência*, Luanda, Angola

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

- <https://www.google.com/#9=artigo+5+dos+estatutos>, acedido as 12:10 de 25 de Novembro de 2013
- <http://idsa.in/askanexpert/geopoliticsand> geostrategy, acedido as 11:01, de 26 de Janeiro de 2014
- <http://antarcticaeudu.com/gst3033.htm>, acedido as 11:38, de 26 de Janeiro de 2014
- <http://belarminovandunem.blospot.com/2010/09/geopolítica-e-estratégia-angola>, acedido as 09:15 de 16 de Maio de 2013
- <http://www.Limpoporak.com/Pt/rio/geografia/basins+of+southern+África.aspx>, acedido as 12:05, de 20 de Junho de 2014.
- http://pt.wikibooks.org/wiki/Estado_moderno, acedido as 15:00 de 06 de Dezembro de 2014
- http://m.ja.sapo.ao/política/visão_estrategica_do_presidente, acedido as 13:00 de 09 de Junho de 2015
- <http://www.cepse.pt/portal/pt/instituição/associado>, acedido as 12:34 de 9 de Dezembro 2014
- <http://petrinus.com.sapo.pt/partidos.htm>, acedido as 09.15, de 6 de Janeiro de 2015
- <http://mairenasolidaria.webcindario.com/escrituramecanica/agostinhoneto.html>, acedido as 12:00, de 03 de Outubro de 2014
- <http://home.tiscali.nl/rhodesia/cuito.htm>
- <http://www.resumosetrabalhos.com.br/diplomacia-preventiva.html>, acedido aos 2º de Outubro de 2015

VI-GLOSSÁRIO

G

GUERRA- Intrínseco e inevitável aspeto das sociedades, como uma expressão de heterogeneidade de interesses, valores e crenças que reside nos constrangimentos gerados pelas revoluções sociais. (BERNARDINO, 2013). (137)

GUERRA FRIA- A situação de conflitualidade global que no sistema da segunda metade do século XX, que opôs as duas superpotências mundiais. (CORREIA, 2010). (29)

G5- Peça de artilharia de fabrico sul-africano, de calibre 155 mm, com alcance de 39 Kms, quando se utiliza a munição assistida. (Fonte: AUTOR, 2015)

M

MISSÕES DE PAZ- Intervenção essencialmente militar que, geralmente, é liderada pela ONU, e ou outras organizações multilaterais estatais, com o objetivo de ajudar os países conflitantes na busca da paz, da segurança e da estabilidade. (TIBÚRCIO). (2009). (20)

P

PAZ- A conjugação e interação de diversos “D”, que correspondem ao desenvolvimento, direitos humanos, democracia e desarmamento. (BALTAZAR, 2006). (3)

POLÍTICA INTERNACIONAL- Sistema de interajuda entre nações no intuito de arbitrar a guerra e a paz, na ausência de um soberano comum. (NYE, 200). (3)

W

WALKIRI- Multirocket propulsado, de calibre 127 mm, com o alcance de 22 Kms. (Fonte: AUTOR, 2015).

VII-ANEXOS

Anexo 1-Guião das entrevistas

1- Quais as origens do conflito angolano. Fundamentar a resposta em pelo menos três fontes diferentes.

2-O que originou as negociações em Angola?

3- Qual a idiossincrasia de cada um dos líderes dos 3 Movimentos de Libertação?

4- Qual o vosso parecer sobre a influência da batalha do Kuito Kuanavale, nos acordos de paz de Bicesse

5-Quais os mecanismos externos ou internos que concorreram para a efetivação da paz na Região Austral, em particular para a assinatura dos acordos de Bicesse entre o MPLA e a UNITA em 1991 (três fontes).

6-Qual e de quem pode ser considerado como tendo sido o pontapé de saída para a resolução do conflito em Angola?

7-Qual das partes externas ou internas esteve mais interessada na paz em Angola (cruzar no mínimo três fontes diferentes de informação) e porquê?

Anexo 2-Entrevista do Brigadeiro Veríssimo Gilberto da Piedade

Entrevista com o Brigadeiro, Veríssimo Gilberto da Piedade – Chefe do Centro de comunicação do Presidente da República, Eng.º, José Eduardo dos Santos. É Ph.D. em ciências sociais na especialidade de estudos estratégicos. Actualmente é professor na ESG (Escola Superior de Guerra). Em 1991, integrou a Delegação Governamental às negociações em Bicesse.

Sobre o Acordo de Bicesse

Começa com um encontro exploratório secreto em Évora, onde do lado da UNITA, fazem parte, Gen. Alicerces mango, Cor. Lukamba Gato e ... Kamunha.

Do lado do MPLA, Dr. Pitra Neto, Major General Cirilo de Sá- Ita e Major

Do lado de Portugal, Durão Barroso, Dr. Paulo Viseu Pinheiro.

Seguiu-se outro encontro no forte de São João da Barra, com as mesmas delegações. Nesta reunião, a imprensa foi informada.

Depois seguiram-se os encontros exploratórios no IAM (Instituto de Altos estudos). Este encontro foi mais alargado, onde também participou o Gen. Huambo, Marcial do lado da UNITA, e Nandó substituiu Dr. Pitra.

Delegação do Governo

- Lopo do Nascimento
- Ndalo
- Nandó
- Pitra neto
- Ita
- Razoilo (Adolfo Faúlho Razoilo)

Delegação da UNITA

- Chitunda
- Salupeto

- Bock

- Hossi (entra como empregado da UNITA, e ganha \$2550, como jurista)

- Kamunha

- Toy

Delegação de Portugal

Dr. Barroso

Dr. António Monteiro

Gen. Tomé Pinto

- Paulo Viseu

Delegação da Rússia

- Os estrangeiros não foram de grande relevância trabalhava-se mais com os portugueses e estes não tomavam a palavra para convencer ninguém.

Conteúdos Principais

O governo queria um período de transição de 34 meses. A UNITA propunha 7 meses.

Salupeto dizia que 2 meses chegariam para registar as pessoas. O governo tinha a ideia correcta das tarefas.

Como se chegou a data das eleições?

Foi criação de Salupeto Pena, que com a noção das chuvas escolheu o período. Escolheu-se o 28 de Setembro que calhava no tempo seco. Salupeto era na prática o personagem principal.

Gen. Bock também tinha alguma intervenção, mas era intempestivo. Não era pela reconciliação. Salupeto era de grande visão e grande capacidade de análise.

Como era o ambiente?

Podia ser crispado no momento da negociação, porque cada um procurava defender o seu barco. Lopo do Nascimento era muito conciliador e conseguia amenizar o ambiente.

Do lado do governo quem falava muito era o Nandó. Mas quando saíssem da negociação eram irmãos. Nesta senda realizaram-se dois aniversários. Um no dia 9 de Abril, do Gen. Ndalú e Salupeto em Abidjan, aos 13 de Maio, e outro do Veríssimo, e Gato. Estiveram presentes do lado do governo, Gen. Ciel da Conceição Cristovao Gato, Muteka, Higino, Jony Pinock Eduardo, Pitra Neto. A festa foi no hotel Noire.

Quais as Causas de Bicesse?

- 1989-1990, há alteração no ambiente político internacional.
- 23 De Dezembro de 1989- Acontece o acordo de Nova York
- - Da parte da UNITA estava a se cortar a retaguarda, com a independência da Namíbia.
- - Da parte do Governo, havia o fim da URSS com a Perestroika. As duas partes estão a perder a retaguarda. Por causa disso, os estudantes angolanos do Governo na Rússia, não terminaram os seus cursos, foram mandados de volta. Isso criou a necessidade de encontro.

Na UNITA há o sentimento de que agora vamos ganhar porque o MPLA comunista vai perder, tanto interna como externamente.

Para o governo, a estratégia é dar tempo para que o que está a acontecer no leste (Luena) não se transfira mais para o norte para não influenciar os acontecimentos.

- - 1989-1990 Os cubanos estão a sair de Angola. A UNITA pensa que o governo não tem quem o defenda.
- - Salupeto Pena bate Dr. Hossi em plena CNE, confusão no Miramar.
- - Nesta tensão, a orientação de Zé Du é, proteger Dr. Savimbi, para que não haja guerra.

Quais as origens do conflito

- - Origem principal é a externa

- - Os movimentos de libertação nacional nunca foram coesos no combate contra o colonialismo. Juntando isso a guerra fria que tinha como propósito principal, conter o avanço do comunismo.
- - Chega a independência. A política americana só começa a aparecer por altura da independência. Os EUA aparecem através das igrejas. Só em 1975, instigados pelos acontecimentos da Zâmbia e do Congo na luta contra o comunismo, se mexeram. Por isso o sul-africano é enviado pelos EUA para Angola, com missão de parar o comunismo.

Qual o caracter de cada um dos dirigentes dos três movimentos de libertação?

Dr. Agostinho Neto e Dr. Savimbi tinham noção do país.

Holden Roberto era mais um chefe tribal. Foi por isso que não se notou bem a FNLA a evoluir fora do âmbito etnográfico. Deixava a ideia que queria restaurar o antigo Reino do Congo.

- Savimbi tinha a noção de país. Traçava objectivos e não olhava para meios para os atingir os fins. Nas alianças que foi fazendo dão conta disso. Parece que isso foi percebido pelos seus aliados, que consequentemente passaram a vê-lo como não fiável. É prova disso ter passado pela FNLA onde chega a ser secretário do GRAE. Sem se desfazer completamente do GRAE entra no MPLA depois sai de forma pouco clara. Depois alia-se aos sul-africanos e tem contactos com os madeireiros.

Dr. Savimbi, não se deixava controlar. Tinha uma inteligência supra, uma das melhores que o país teve. Era um animal político por excelência.

- Agostinho Neto, com todos os comunismos que se lhe pode atribuir, seu compromisso foi sempre claro e lidava com uma oposição definida. Era senhor de si mesmo, não era um democrata, mas um patriota. Via as coisas e usava a democracia a medida que convinha ao MPLA ou a sua direcção. Tinha uma noção de país, de Cabinda ao Cunene e tinha grande capacidade de teorização dos assuntos.

Sobre as negociações

As necessidades internas ditaram o avanço para a negociação.

- Ao estrangeiro a estabilidade de Angola sempre só foi necessária no sentido de que se possa a explorar as riquezas. Mas o poder estável não convém ao ocidente.

Anexo 3-Entrevista do Senhor Lukamba Paulo Gato

ENTREVISTA COM SR. LUCAMBA PAULO GATO, AOS 17 DE JANEIRO DE 2015

Embaixador pela UNITA em França em 1989/1991, número dois na CCPM 1991/1992, Secretário Geral da UNITA de 1995 à 2003 e Chefe da Comissão de Gestão da UNITA em 2002.

1-Quais as razões do conflito angolano?

É difícil abordar a paz angolana fora do contexto geoestratégico, porquanto a guerra angolana foi consequência dos desenvolvimentos da conjuntura global.

Vista global:

A URSS depois de derrotar os Americanos em 1975 em Vietnam, esta convenceu-se que o caminho estava aberto para expandir o comunismo. Em 1976, a emenda Clerck bloqueou os EUA de poderem dar apoios á guerrilheiros e isso teve consequências imediatas no conflito.

Depois que Ronald Reagan levantou a emenda Clark, os EUA reapareceram na cena política internacional. Adopta a política de ataque global na luta contra o comunismo, o que obrigou a URSS a fazer um esforço para o qual não estava preparado económica e socialmente, o que deu aso á movimentos de contestação contra as ideias comunistas. Há quem diga que, Ronald Reagan, com a sua nova política, conseguiu tirar do caminho, três inimigos Russos: Bresnev, Chernenko e Andropov.

Quando cai o Muro de Berlim cai, fragilizou o leste. Consequentemente, Cuba sente-se isolada e então começam as negociações. Mas estas negociações só aconteceram por causa da guerra que estava correndo dentro de Angola. Se isso não acontecesse, nunca haveria outro tipo de governo aqui em Angola.

Para o desmoronamento do império soviético, contribuíram decisivamente os outros conflitos que ocorriam um pouco por todo o mundo como: na África Austral (Angola, Moçambique, Zimbábwe); América Latina-Nicarágua; Resistência anti-Castro em cuba; no Afeganistão; Dissidentes da URSS.

Na Africa Austral, com a independência da Namíbia, a retirada dos Cubanos, a URSS e o MPLA pensavam que a UNITA iria soçobrar

A localização de Angola, tanto na África Central assim como na África Austral, com acento tónico na estratégica rota do Cabo, acoplada ao seu grande manancial de recursos naturais, são algumas das razões que justificaram a vitimização de Angola durante a guerra fria.

Do outro lado, a guerra civil angolana, é consequência da forma irresponsável como Portugal entregou a independência aos angolanos. Portanto o processo de descolonização foi mal feito, porque ao invés de se fazerem as eleições conforme previam os acordos, Portugal entregou o poder só à um partido, o MPLA. É que a dado passo, Portugal entrou no caos porque tinha muitos problemas. Não conseguia resolver os seus próprios problemas e os dos países colonizados. Houve sangue durante a Revolução dos Cravos, o que não lhe dava estabilidade para resolver os seus próprios problemas, sob pena do país resvalar numa guerra civil. Consequentemente resolveram deixar cair Angola.

O MPLA tinha consciência de que haveria uma guerra civil em Angola e que esta facilitaria a interferência dos países estrangeiros. Na altura, este tinha a sua situação de contactos com a URSS e Cuba muito avançada. Sabia que teria os apoios necessários para combater contra os outros partidos.

Em suma, a origem do conflito, no ponto de vista externo, deveu-se a má descolonização feita por Portugal. E no ponto de vista interno, aqui havia 3 Movimentos de Libertação cujas origens também foram uma fonte do conflito. A forma de ser e estar de cada um desses, óbvio que era diferente, e com a agravante de que não havia coordenação, muito menos colaboração entre eles no combate. Cada um era autónomo.

Como consequência, os Movimentos foram para Alvor sem nenhum compromisso conjunto. Cada um tinha o seu programa, os seus interesses e os seus aliados. Por sua vez, cada aliado também tinha o seu programa e o seu interesse. Não havia nenhum interesse e programa comuns para o país. Isso fez com que o Angola desembocasse na guerra fratricida.

2-O que originou as negociações em Angola?

Os contactos para as negociações começaram em 1989, em Évora. Seguiu-se Gbadolite e Franceville. Mas estas negociações visavam apenas neutralizar a Direcção da UNITA. Do lado da UNITA estiveram; Gato; Mango, acompanhados pelo Kalias e Kamunha. Pelo MPLA, Pitra Neto e Ita, sobre os auspícios de Durão Barroso. Na mesa a UNITA iria reconhecer o governo como legal e em contrapartida o MPLA teria de reconhecer a UNITA como oposição legal. Seguir-se-iam negociações directas com vista ao cessar fogo das hostilidades e criar um estado democrático e de direito. Em resposta, o MPLA dizia que esses conceitos aqui não se aplicam.

Em resposta, Durão Barroso disse que o que a UNITA estava a propor era universal e aceite. Consequentemente, era uma exigência universalmente aceitável.

O MPLA, como resposta, dizia que a cultura africana não se compadecia com esses princípios e que Angola á era uma democracia. O que faltava era a UNITA ear a UNITA juntar-se a eles.

Gbadolite foi um traição. Angola tinha prometido dar dinheiro ao Mobuto se este conseguisse trazer o Dr Savimbi para Kinshasa, para este ser preso.

Em Franceville, Sassugueso e Mbongo escreveram para o Rei de Marrocos a pedir que ele arranjasse uma casa grande onde o Dr Savimbi ficaria, enquanto José Eduardo dos Santos pacificava o país. Só depois de verem a intransigência da UNITA em aceitar estas manobras macabras, concluíram que devia-se iniciar as negociações directas.

3- Qual o idiossincrasia de cada um dos 3 Movimentos de Libertação?

Isso tem muito a ver com as origens, cultura, tradição, usos e costumes de cada um. Em Angola, estes eram muito díspares, por isso foi muito difícil conciliar estes hábitos e costumes na perspectiva de uma Angola pacífica, una, indivisível e democrática.

Holden Roberto, de etnia Kikongo e com cultura mais próxima da República Democrática do Congo.

Agostinho Neto, assimilou-se mais rapidamente por causa da vivência dele. Não nos esqueçamos que se casou a uma portuguesa, por isso tinha dificuldades em entender os outros. A esse respeito, há mesmo um episódio segundo o qual, quando Neto se apercebera que Savimbi era natural do Bié, teria exclamado: Savimbi! Tu és muito inteligente para ser natural do Bié.

Tudo isso só serviu para nos dividir. Tudo isso contribuiu para a guerra que o nosso país viveu.

4- Qual o vosso parecer sobre a influência da batalha do Kuito Kuanavale, no processo de paz?



No ponto de vista estratégico, a tomada do Kuito Kuanavale pela UNITA não era determinante. Mas no ponto de vista tático, foi muito importante para a UNITA porque, a derrota da ofensiva das FAPLA a partir do K.Kuanavale, facilitou o início das negociações. Se o MPLA toma a Jamba, jamais haveria diálogo, porque a UNITA estaria franca e teria de recorrer a guerrilha dispersa.

Anexo 4-Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da independência de Angola a 11 de Novembro de 1975

Página 1 de 5

Historia

Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola a 11 de Novembro de 1975

-  Escuchar hino nacional de Angola [mp3]
-  Escuchar [mp3]

Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola.

Nesta hora o Povo angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta Proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados.

Aos laçaios internos do imperialismo de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso País é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exerceram a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso Movimento enfrenta no terreno várias forças reacçãoárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o Povo angolano. E nessa aliança incluem-se torças reacçãoárias portuguesas que participam na invasão do Sul do País, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo silêncio e passividade.

Não obstante as organizações fantoches conluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo Povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimento de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao Povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.

Em Dezembro de 1956, no Manifesto da sua fundação, o MPLA vincava já a sua determinação inquebrantável de luta por todos os meios para a independência completa de Angola afirmando - «o colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o Povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realidade de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANCOLA».

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso Povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo angolano contra a dominação colonial portuguesa.

O longo caminho percorrido representa a história heróica de um Povo que sob a orientação unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o Povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária.

Tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objectivos, definido correctamente os aliados, amigos e inimigos, o Povo angolano, sob a direcção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

A luta que ainda travamos contra os laços do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não denegrir este momento singular da nossa história, integra-se no objectivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra.

Constitui deste modo preocupação fundamental do novo Estado libertar totalmente o nosso País e todo o nosso Povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA, caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e seus agentes.

Os órgãos do Estado da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.

E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ir-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até ao grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

Com a proclamação da República Popular de Angola as FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, braço armado do Povo, sob a firme direcção do MPLA constituem um exército popular que tem por objectivo a defesa dos interesses das camadas mais exploradas do nosso Povo.

Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas de teoria revolucionária, continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista.

As FAPLA, como força, libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País e, na qualidade de exército popular, participar ao lado do Povo na produção para a grandiosa tarefa da RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

Angola é um País subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste facto.

Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do Povo angolano. Mas dizer que o nosso País é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um País explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo.

Estas duas componentes conjugadas - o subdesenvolvimento a dependência - explicam por que razão a economia de Angola tão profundamente distorcida, com um sector dito «tradicional», ao lado de sectores de ponta, e regiões retardatárias cercado os chamados «pólos de desenvolvimento». Mas eles explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do Povo.

Longo caminho teremos de percorrer. Teremos de pôr a funcionar em pleno a máquina económica e administrativa, combater parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os sectores da economia, entre as regiões do País, edificar um Estado de Justiça Social. A economia será planificada para servir o homem angolano e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia auto-centrada, isto, é, realmente angolana.

A luta pela Independência económica será, consequentemente uma constante da nossa estratégia.

Assim, coerente com as linhas traçadas, a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projectos de industrialização das nossas próprias matérias-primas e mesmo em projectos de indústria pesada.

No entanto, tendo em conta o facto de Angola ser um País em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base, e a indústria como factor decisivo do nosso progresso.

O Estado angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas.

As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações económicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra a evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da Independência Nacional.

As nossas relações internacionais serão sempre definidas pelo princípio da reciprocidade de vantagens.

A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e, porque deseje que elas sejam duradouras, estabelecerá-las numa base nova despida de qualquer vestígio colonial.

O actual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras.

É evidente que numa primeira fase a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a esta carência será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais, ao mesmo tempo que se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis, deverão sofrer uma remodelação radical para que possam de facto servir o Povo e a reconstrução económica.

O imperialismo não desarma.

Vencido o colonialismo, pretende agora impor-nos novo regime de exploração e opressão utilizando os seus lacaios internos, na vã tentativa de destruir as conquistas já alcançadas pelo Povo.

A determinação revolucionária do nosso Povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagónica que nos separa dos inimigos impõe-nos uma nova guerra Libertadora que assume a forma de Resistência Popular Generalizada e que será prosseguida até à vitória final.

Neste contexto reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basilar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso País.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do País.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos zairenses e sul-africanos, e dos fascistas portugueses, assim como as dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso País.

A nossa luta anti-imperialista, sob a forma de resistência, é a expressão de uma irredutível contradição de classe, que opõe os interesses do nosso Povo aos do imperialismo internacional. Porém, as contradições existentes no seio do Povo, entre as várias classes e grupos sociais anti-imperialistas, pertencem à categoria de contradições secundárias, e como tal devem ser resolvidas.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do Poder Popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única garantia da formação do homem novo e do triunfo da nossa revolução.

A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a protecção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional.

Envidará ainda todos os esforços, no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional.

A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o País, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo angolano.

O Estado realizará todos os esforços para instituir à escala nacional uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas até agora privadas desse direito pelo colonialismo.

Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio: - «a trabalho igual, salário igual».

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA, estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso Povo.

A República Popular de Angola afirma-se um Estado laico com separação completa da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, lugares e objectos de culto e instituições legalmente reconhecidas.

A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbábue e da Namíbia contra a dominação racista.

O Povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum.

Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN.

Reafirma a sua solidariedade com o povo palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais contra o sionismo.

Alcançada a Independência Nacional, o MPLA e o Povo angolano agradecem comovidos a ajuda prestada por todos os povos e países amigos à nossa luta heróica de libertação nacional.

O nosso agradecimento dirige-se a todos os povos e países africanos que estiveram do nosso lado, aos países socialistas, às forças revolucionárias portuguesas, às organizações progressistas e governos de países ocidentais que souberam compreender e apoiar a luta do Povo angolano. A República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios de respeito mútuo, da soberania nacional, não ingerência, de respeito pela integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens, e da coexistência pacífica.

A República Popular de Angola, Estado africano, livre e independente, exprime a sua adesão aos princípios da Carta da Unidade Africana e da Carta das Nações Unidas.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA será de não alinhamento.

A República Popular de Angola saberá respeitar os compromissos internacionais que assumir, assim como respeitará as vias internacionais que utilizam o seu território.

A República Popular de Angola, País empenhado na luta anti-imperialista, terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do Mundo.

Compatriotas, Camaradas!

No momento em que o Povo angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentado pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo.

Respeitamos as características de cada região, de cada núcleo populacional do nosso País, porque todos de igual modo oferecemos à Pátria o sacrifício que ela exige para que viva.

A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abnegado amor do Povo angolano.

Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso ESTADO DEMOCRÁTICO E POPULAR.

HONRA AO POVO ANGOLANO

GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS

A LUTA CONTINUA! A VITÓRIA É CERTA!

Anexo 5- Comunicados do MPLA e da UNITA em 1975

estava precisamente designar: minutos dos acontecimentos etc.

M. P. L. A. DIVULGA UM COMUNICADO

O Bureau Público do MPLA divulga, entretanto, no sábado, o seguinte comunicado:

«Verificou-se ontem um desagradável incidente entre forças do MPLA que passaram em frente de uma delegação da UNITA, e a respectiva guarnição.

O MPLA, dada a natureza profundamente triste e incógnita como, principalmente, as suas consequências, só possível de acontecer por força de uma de grande exaltação e de elevada sobrecarga emocional em que se encontram os nossos militantes.

A Direcção do MPLA aveludará todos os esforços para, junto da Direcção da UNITA, esdrecer imediatamente o que aconteceu.

Fica assim rectificada a nota difundida ontem no nosso programa, pelo que se comunica que não existe qualquer tipo de confrontação entre o MPLA e a UNITA.



O Comandante-Geral da FALA, Major Samuel Chiverle, está, desde há dias, em Luanda, onde assumiu o comando das operações de defesa de UNITA. Para além disso, e como é natural, o comandante das FALA, tem os contactos com as realidades políticas e militares do nosso País.

Samuel Chiverle mantém-se, assim, em Luanda, tentando ser útil, como substituinte de.

Terra Nova. Em vista disso, o «Comité Central da UNITA» acha por bem informar:

1.º — Que o primeiro ataque foi conduzido no dia quatro de Junho, pelo MPLA, contra o nosso «Comité» de Fala, na Avenida do Brasil.

2.º — Que a informação, transmitida pelo programa do MPLA, é absolutamente falsa e trastei pois não só o MPLA atacou a UNITA, no dia 4 à noite, como voltou a atacar no tempo do dia cinco. A apoiar esta nossa informação está o facto de não existir qualquer força armada da UNITA no Bairro da Terra Nova.

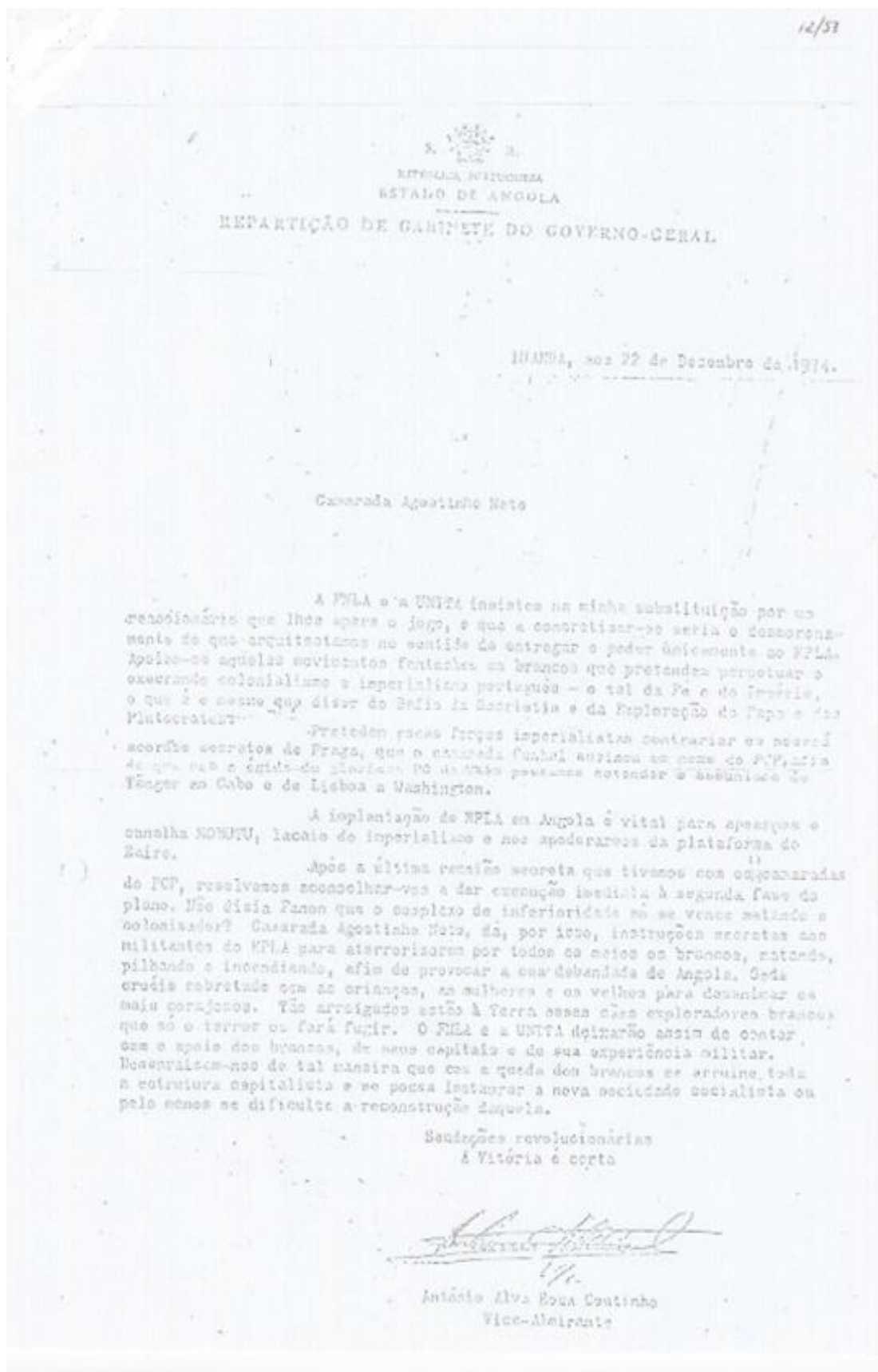
3.º — O referido programa, do MPLA, tenta fazer uma declaração de guerra à UNITA, com base no primeiro ataque das FALA às FALA. De facto, não se trata de uma iniciativa de inventarismo pessoal, mas de uma tentativa de MPLA, poder condenar a UNITA em face do povo, o que jamais poderá suceder, pois o povo conhece as nossas posições de princípio.

4.º — A posição do programa do MPLA é antinacional e não é outra coisa, contrária à Direcção do MPLA está decidida, ao nosso «Comité Central», que não estava informada da ocorrência.

5.º — O resultado actual de todos estes ataques troçoários foi uma chacina de alguns militantes civis que se encontravam no «Comité» de Fala do «Povo» Povo, a qual foi perpetrada com a maior barbaridade. Apesar de tudo o que se passa, a Direcção da UNITA tem o controle das suas Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA). A UNITA condena Angola e o seu povo e sabe que qualquer acção menos responsável pode conduzir a um estado de guerra. A guerra em Luanda é uma ameaça, se sustentada por aqueles que quiserem a ruína pelo em Nipotesa nas mãos de militares estrangeiros, heróis da liberdade dos povos. Angola é grande. A guerra jamais servirá os interesses do povo. Apoiemos para os nossos militantes e a população em geral, a fim de observarmos a maior vigilância.

Paz ou morte.
Unidos Venceremos.
O «Comité Central» da UNITA, reunido em Luanda, aos sete de Junho de 1975.

Anexo 6-Comunicado de António Alva Rosa Coutinho- O Vermelhinho



Rosa Coutinho inflama Angola

"Rosa Coutinho, oficial superior da Marinha de Guerra Portuguesa - e não... "Almirante" até ao "25 de Abril de 1974" - anos antes havia sido capturado no rio Zaire, onde a sua vedeta fazia patrulhamento das águas territoriais, por forças da FNLA, o ELNA (Exército de Libertação Nacional de Angola). Foi levado para o campo de treinamento militar do ELNA em Kinkuzu, na República Democrática do Congo, depois "do Zaire"; ali ficou meses detido, constando que o sequestraram, sujeitando-o a diversas humilhações, até ser libertado na fronteira de Angola, após negociações aturadas, a nível internacional, com intervenção de Mobutu Seseke, presidente "zairense" que também armava, financiava e cedia soldados ao ELNA da FNLA e, segundo rumores, era cunhado (o que não confirmamos), de Holden Roberto. É evidente que Rosa Coutinho não podia ter qualquer simpatia ou indiferença por quem o capturara e maltratara".

"Uma carta do almirante Rosa Coutinho, (ver cópia do original) quando era presidente da Junta Governativa de Angola, está a provocar polémica em Angola. A carta, em papel timbrado do gabinete do Governo-Geral e com a assinatura de Rosa Coutinho, era dirigida a Agostinho Neto e nela se pode ler: «Após a última reunião secreta com os camaradas do PCP resolvemos aconselhar-vos a dar execução imediata à 2ª fase do plano.(...) Dê por isso instruções secretas aos militantes do MPLA para aterrorizarem por todos os meios os brancos, matando, pilhando e incendiando a fim de provocar a sua debandada de Angola». Holden Roberto, presidente da FNLA, que cedeu uma cópia da carta ao EXPRESSO, garantiu a sua autenticidade, acrescentando: «Um homem que escreveu uma carta destas é um criminoso». Rosa Coutinho, reconhece a veracidade da assinatura. Entretanto, a polémica prossegue em Angola, com o MPLA a dizer que a carta «nunca existiu e foi forjada pelos serviços secretos portugueses ou pela própria FNLA, que a divulgou» e Holden Roberto, da FNLA, a agitar o documento".

<http://www.cabinda.net/rosacoutinhoFDP.html>

Obs: De acordo José Pacheco Pereira (historiador, professor universitário, político, comentador político e escritor português), este documento é uma grosseira falsificação.

4/51

JOÃES SAVIMBI - O HOMEM DO PROJECTO ANGOLANO

por JOÃO ROSA
EDITADO EM LISBOA
EM 1979 -
AGÊNCIA PORTUGUESA
DE REVISTAS

A UNITA, que sempre se afirmou pacífica e não pacifista, a isso foi obrigada pela direcção do MPLA, que violou, sistematicamente, todos os acordos concluídos e que, não satisfeita, atacou edemocratas e cobardemente as forças da UNITA.

Essas mesmas forças que foram massacradas sem alguma possibilidade de defesa — em Pica-Pau, aos 4 de Junho de 1975; Gabela, aos 10 de Junho de 1975; Lobito, aos 25 de Junho de 1975; Cassamba, aos 30 de Junho de 1975; H. Carvalho, aos 15 de Julho de 1975; Kalebo, aos 22 de Julho de 1975; e Lukuse, aos 30 de Julho de 1975 — levaram a uma tomada de posição de aviso prévio e decidido aos infractores, em comunicado de 3 de Agosto de 1975, do Bureau Político e das altas instâncias militares do Partido, reunidas de emergência na cidade do Huambo.

A gota de água no copo das calhórias, insinuações, vexames, trações e irresponsabilidades que o fez transbordar, ocorreu em Silva Porto, aos 5 de Agosto de 1975, quando o avião que devia transportar o nosso Presidente foi atacado.

A partir destes factos, a UNITA percebeu que o MPLA lhe tinha declarado a guerra. Tinha de se defender e defender a legalidade dos acordos de Kinshasa, Luau, Mombaca, Alvor e Nakuru.

Para isto, contribuiu também Portugal, e com grandes responsabilidades, que não soube honrar as suas obrigações perante os três Movimentos de Libertação, de tal modo que na «Capital da Paz», a cidade do Huambo, a UNITA declarou, a 7 de Setembro de 1975, não ter mais confiança nas Forças Armadas Portuguesas, pedindo publicamente a sua retirada do Huambo e de Angola, apoiada no facto de alguns dos seus sectores se terem envolvido na guerra angolana, ajudando as FAPLA (Forças Armadas do MPLA) ao massacre de vários angolanos afectos à UNITA.

E eis-nos chegados ao 11 de Novembro, onde o MPLA foi encorajado a declarar unilateralmente a independência.

Anexo 7-Entrevista do General, Peregrino Isidro Wambu Chindondo

Isidro 20-05-13 Anexo

CONTRIBUTOS AO TEMA DO MESTRANDO ARTUR SANTOS PEREIRA VINAMA

Tema: O ROTEIRO DA PAZ NA REGIÃO AUSTRAL; o caso particular de Angola, 1987-1991.

- 1- Razões endógenas e exógenas da guerra civil
O mosaico sociológico etno-linguístico, cultural, racial e regional angolano, em que uma maioria pertence a um grupo que não integra a capital; por outro lado, as características da vinculação não pacífica dos reinos ou monarquias locais ao domínio colonial português, deixaram sempre laivos de resistência a qualquer forma de subjugação social, política, cultural e económica entre as diversas nações de Angola. Eis algumas das razões endógenas de conflitos armados.
O excessivo potencial de recursos em matéria prima de base de que Angola dispõe, agravado do índice de existência, necessidade internacional e falta de exploração dos recursos naturais, concentrou nessa Região Austral interesses divergentes de controlo entre as duas potências internacionais em disputa da guerra fria. Eis algumas das razões exógenas de conflitos que evoluíram para uma das guerras mais longas do Continente Africano, Angola.
- 2- Ideologias das partes envolvidas no conflito; idiosincrasia política dos Líderes.
Toda a gente nessa época tinha adesão a duas ideologias: o capitalismo e o socialismo, com menor ou maior radicalismo. Como a face visível de cada uma delas eram as potências mundiais principais, Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os líderes políticos angolanos que representavam os interesses das suas respectivas organizações, tiveram de se adaptar às alianças circunstanciais a seu favor. Não faltaram incursões a países próximos de cada uma das potências, do ponto de vista ideológico: a China, o Reino Unido, ou afins, receberam enviados de Angola em guerra, vezes sem conta.
- 3- Qual foi o ponto de viragem para a paz em Angola, no período acima mencionado:
Em minha opinião, o ponto de viragem foi a correlação de forças no terreno. Começavam a surgir claras indicações de que a UNITA com o apoio oficial norte americano desde 1985, dispunha de moral devastador para conquistas que punham em risco a soberania nacional angolana representada pelo Governo da República Popular de Angola.
- 4- Dados sobre: a) – Batalha do Lomba 1987; b) – A batalha do Cuito Cuanavale; c) – A batalha do Último Assalto
Quanto às batalhas ilustrativas da intensidade operacional em Angola, recomendo vivamente uma consulta aos arquivos do MV José Manuel Corte Real Sequeira (00351917342310), e e-mail corterealsequeira@kanjara.pt, o único que tem coisas organizadas e se deres uns favos, poderá fazer-te a parte do trabalho de pesquisa de dados porque já os tem.
- 5- Sobre os Acordos: a) – Alvor; b) – Mombaça; c) – Gbadolite; d) – Bicesse
Sobre Alvor e Mombaça também os arquivos citados em 4. Em relação a Gbadolite, duas referências essenciais: os norte americanos pressionaram através de Mobutu, amigo por razões de interesse regional de combate contra o comunismo (não se tenha receio em referir a História) de Jonas Malheiro Savimbi, uma saída aceitável. Os exílios dourados eram na época uma solução para alguns compromissos internacionais (ver exemplos). Mobutu, Boigny, o Rei de Marrocos e o Presidente Olusengu Obasanjo foram a placa giratória desse plano norte americano, de tentar buscar a Paz na região austral, persuadindo os amigos e aliados de JMS, oferecendo-lhe COCONUTS. Mas os sul africanos sentiram-se encurralados e também movimentaram a sua máquina diplomática através de R. Botha. Podes procurar por ele pessoalmente que ainda está vivo e os arquivos de Kinshasa teriam para ti neste trabalho imensa importância. Verei uns contactos para te enviar.

Bicesse, vou enviar o extracto do meu trabalho de Mestrado que defenderei dia 1 de Julho de 2013, na Academia Militar de Lisboa. Estes mesmos extractos estão na base de uma síntese que enviei à Dra Sónia, pesquisadora europeia sobre Bicesse:

Quando Portugal, dispondo de uma profunda interacção junto das partes e falando a mesma língua, se dedicou de corpo, finanças e alma (1988/1992) ao processo de mediação, através dos Acordos de Bicesse, negociados e rubricados em Estoril, posteriormente assinados em Lisboa (31.05.1991), foram encontrados os pilares de sustentabilidade para a Paz.

Angola estava cansada de esperar pela Paz anunciada; os negociadores ansiavam poderem regressar a casa com o espírito de missão cumprida pela Pátria; os anfitriões do diálogo conseguido, também viam chegado o momento tão esperado do "aperto de mãos" entre o Presidente de Angola e o Dirigente das Forças oposicionistas (designadas por conveniência de alguns círculos político diplomáticos por rebeldes), com os equívocos de linguagem a que esse tratamento remetia.

Curiosamente, enquanto prevaleciam designações pejorativas nesses círculos, havia excepções como a da Casa Branca Norte Americana onde o Presidente Ronald Reagan, no modelo então vigente de estratégia comunicativa, reiterava a designação alargada a outros teatros da Guerra Fria de Combatentes da Liberdade (Freedom Fighters) que muito desagradava a Delegação do Governo da República Popular de Angola, hoje República de Angola.

Enquanto eram negociadas as múltiplas etapas do fim do conflito armado em Angola, o desenvolvimento posterior de tarefas conducentes à formação de Forças Armadas únicas, a inserção/reintegração sócio profissional dos ex-militares, o regresso de milhares de refugiados a residir em Países fronteiriços, o quotidiano de relacionamento individual e colectivo entre os membros das Delegações de negociadores, permitiu o estabelecimento de uma excelente comunicação.

Nos momentos de adversidade na transmissão das orientações políticas de cada uma das equipas presentes na Escola de Hotelaria de Estoril isso serviu de factor facilitador, como se de um modelo de mediação se tratasse, transpondo os diversos obstáculos.

De referir o papel activo e preponderante de algumas entidades presentes nessa altura às mesas de negociações (de assuntos civis e outra de assuntos militares) que foram de facto grandes comunicadores, conste. Por outro lado, uma nota humana sobre a dimensão qualitativa de alguns dos protagonistas menos visíveis nos corredores da comunicação informal em Bicesse (1991), apenas como referência para estudos ulteriores: Manuel Durão Barroso (defendi na altura que esse jovem da nossa geração teria um grande futuro pela sua competência); António Franca Ndalu (um gentleman e Boss das diligências em Chefia partilhada entre os angolanos e foi contemporâneo das lides do futebol com Jorge Valentim); Lopo do Nascimento (uma grande ponte entre Jeremias Calandula Chitunda e as partes em negociação, com um humor de gente fina); António Pitra Neto (que apelava à necessidade de muita serenidade entre os negociadores, um grande intelectual); Jorge Alicerces Valentim (através do seu humor fecundo lobitanga e vida acesa europeia, era de facto um dos principais Mais Velhos); Mário Plácido Cirilo de Sá "ITA" (o Grande militar do renseignement e filho de um antigo funcionário público em Angola colonial); Gilberto Veríssimo (o homem de porte suave na ponte comunicativa tecnológica e de confiança entre o Estado e os Negociadores); Adolfo Rasolô (o Jurista discreto e atento a toda a evolução entre os negociadores); Arlindo Chenda Pena Ben Ben (o Comandante que determinou com Higinio Carneiro, o fim da Batalha do Luena, o que impulsionou a

com relação
NB

resgo
individual
a's em
Bicesse

assinatura do Acordo de Bicesse); o hábil Alino Bango Sapalalo "Bock" – sem a mão esquerda perdida na sua especialidade de minas e armadilhas e dirigente da BATE – Brigada de Acção Técnica e Explosivos); José Semedo (um grande cavalheiro na busca do equilíbrio e da diferença pré e pós mexas negociais); Marcial Adriano Ndachala (conhecido como muito poucos os negociadores portugueses, mas actunte e sofisticado); Maria de Fátima Moura Roque (digna representante do género e a única negociadora cuja voz fazia toda a diferença nas três Delegações porque já era Professora Universitária reconhecida internacionalmente).

Lições deste Acordo celebrado em Bicesse: cada época da História dos povos dispõe de conflitos próprios. Os anos 40 do século XX, em Angola, foram palco de grandes perturbações religiosas entre católicos e protestantes, sem que tenham atingido o profundo sentimento de ruptura como em vários outros Países em séculos anteriores. Mas Angola foi palco real da Guerra Fria.

Cada cidadão pode e deve ser um embaixador da devida comunicabilidade, para moldar e (ou) alterar comportamentos, pesando sob sua subjectividade e responsabilidade, a informação certa emitida. Vários foram os episódios que quase levariam as negociações à ruptura, apenas porque as pessoas nutriam imensa desconfiança uns dos outros.

Curiosamente, a percepção de que a mão americana na religião protestante foi responsável por coisas que causaram danos na relação social pós-colonial angolana, é sem dúvida matéria para estudos avançados nessa matéria. As gerações que viveram tais épocas e que sobreviveram em tempos de colonialismo contam, com muita amargura, as tristes experiências vivenciais. Enquanto isso, as escolas Russa e cubana foram determinantes no alinhamento de percepções e na lógica de conquista do poder político.

Infelizmente para Angola, as questões sobre SEGURANÇA e o DINHEIRO, não encontraram consenso em negociações pelas duas delegações, o que impediu de facto ver resolvida a questão da gestão pós-conflito. Quem protegeria os dirigentes e como seria paga a reinserção das pessoas, em País com imensos recursos disponíveis? O Governo representado ao mais alto nível dizia que essa era uma das funções do Estado; a UNITA não ficou convencida e por isso dos 3 anos propostos pelo Governo para a Transição, preferia antecipar o fim desse calvário, passando para apenas um ano: ninguém conheceria bem ninguém, depois de 15 anos de guerra civil.

Há toda a necessidade de nunca ser esquecida a História, para que as lições aprendidas sobretudo quanto aos dramas de uma guerra civil, sirvam de prevenção para conflitos cujas raízes, as novas gerações nada tendo a ver, são um autêntico fenómeno e viveiro que não acautelado pode-se desenvolver negativamente, por efeito dominó.

Ninguém se sente bem se for deixado de fora do edifício da Paz. Os negociadores do Processo de Paz Angolano são um bom exemplo, e um bom exemplo, diz Stanley Fisher, vale por mil teorias. Lembrá-los, protege-los e incentivá-los a proferir conferências e escrever prolonga o sentimento do dever cumprido. Fim de extracto de Peregrino Isidro Wambu Chindondo

6- Outras contribuições

Questões, pois
sobre a decisão
nos termos
da paz
Hoje.

la3

Anexo 8-Entrevista de José Côte-Real Sequeira

(2)

Corte Real Questionário de Artur dos Santos Vinama para o Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus I - Quais as origens do conflito angolano? As origens do conflito entre angolanos são anteriores

Para Eu

Mai 14 em 2:08 PM

Questionário de Artur dos Santos Vinama para o Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

1 - Quais as origens do conflito angolano?

Nb

As origens do conflito entre angolanos são anteriores à proclamação da independência (11 de Novembro de 1975). Efectivamente houve confrontos entre as FAPLA (braço armado do MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola) e o ELNA (braço armado da FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola), bem como posteriormente entre as FAPLA e as FALA (braço armado da UNITA - União Nacional Para a Independência Total de Angola).

1- As divergências entre movimentos de libertação tinham a ver, entre outros factores, com os apoios externos em plena Guerra Fria, provenientes sobretudo de um lado do Bloco de Leste e do outro dos Estados Unidos da América e aliados (Bloco Ocidental). *foram o do conflito* Inicialmente houve também factores de natureza étnica já que, maioritariamente, a FNLA era composta por bakongos, o MPLA por kimbundus e a UNITA por ovimbundu. Na guerra de libertação nacional a China também influenciou quer o MPLA quer a UNITA.

O apoio que a FNLA recebia dos Estados Unidos era materializado através da República do Zaire (actual República Democrática do Congo) com a colaboração do Presidente Mobutu, cunhado de Holden Roberto (Presidente da FNLA). Daí que grande parte dos efectivos do ELNA, que se confrontaram com as FAPLA em 1974, eram militares zairenses.

As FAPLA também contaram com um numeroso contingente cubano que participou nos referidos confrontos com o ELNA em 1974. Os combatentes das

FAPLA estavam muito mais politizados e seguiam uma linha marxista-leninista (que a forte presença cubana viria a cimentar). Os seus apoios externos provinham sobretudo do Bloco Soviético e dos territórios dos dois Congos – Brazzaville e Kinshasa.

Características -
Tiary
MPLA

As FALA sofreram a influência chinesa nos seus métodos de guerrilha e a UNITA na organização do campesinato. Jonas Savimbi (Presidente da UNITA) dizia que adoptou muitos dos conhecimentos militares adquiridos na China, mas não a ideologia maoísta; seguia um socialismo " democrático, humano e sobretudo libertador" (que se opunha ao comunismo também designado socialista).

Características
da FALA

No dia 25 de Abril de 1974 ocorreu Portugal a "Revolução dos Cravos" pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Um dos objectivos do programa do MFA era o de encontrar uma solução para a guerra colonial.

Jonas Savimbi foi o único Dirigente dos Movimentos de Libertação Nacional que se encontrava no interior do País por ocasião do 25 de Abril de 1974. Por isso, Jonas Savimbi viu-se obrigado a deslocar-se para o exterior do País com vista a procurar uma aproximação com os outros Presidentes dos Movimentos de Libertação para estabelecerem uma plataforma de cooperação em face da presente realidade político-militar. Assim, a 25 de Novembro de 1974 em Kinshasa, Jonas Savimbi assinou a plataforma de cooperação com Holden Roberto da FNLA.

Positivo da
Luz da
a UNITA ter
permanecido o
cessar fogo
antes dos
outros
movimentos

A 14 de Junho de 1974, a UNITA assinou um acordo de tréguas com Portugal numa das bases da guerrilha no Moxico. O MPLA assinou o cessar-fogo com os portugueses a 21 de Outubro de 1974, numa das bases da guerrilha também no Moxico. A FNLA também aderiu ao cessar-fogo com os portugueses a 31 de Outubro de 1974.

A FNLA, o MPLA e a UNITA decidiram formar uma Frente Comum para negociar com o governo português a independência de Angola. De 2 a 5 de Janeiro de 1975, Holden Roberto, presidente da FNLA, António Agostinho Neto e Jonas Malheiro Savimbi, presidente da UNITA, assinaram um acordo em Mombaça, no Quênia, onde os três movimentos de libertação de Angola, foram reconhecidos como partidos independentes aos quais cabiam iguais direitos e responsabilidades. Os três líderes – Holden, Neto e Savimbi – comprometeram-se a formar um governo de Transição, trabalhando com o governo português até à proclamação da independência de Angola.

Acordo
de
Mombaça

A 15 de Janeiro de 1975, os três líderes dos movimentos de libertação de Angola e o governo português assinaram o Acordo de Alvor em Portugal. Neste Acordo foi Jonas Savimbi quem defendeu intransigentemente a reconciliação nacional ao definir a Angolanidade. Contrariamente a Holden e a Neto, Savimbi era o único dos líderes que, por ter sempre lutado em território angolano, conhecia o seu povo na sua diversidade. Defendia que essas diferenças não deveriam constituir motivo de divisão e divergência mas sim representavam uma forma de riqueza cultural. Por isso definiu que era angolano quem, nascido em Angola ou não, estivesse disposto a trabalhar honestamente para o

Acordo
de
ALVOR

seu desenvolvimento, respeitando a Constituição. Contudo condenava vigorosamente o neocolonialismo, o colonialismo e o imperialismo.

Em 31 de Janeiro de 1975, estipulou-se a formação de um Governo de Transição de Angola em que as pastas ministeriais eram repartidas pelos três movimentos. Por exemplo, o Ministério da Saúde era dirigido por Samuel Abrigada, da FNLA; o Ministério da Informação era dirigido por Manuel Rui Monteiro, do MPLA; o Ministério da Educação era dirigido por Gerónimo Wanga, da UNITA. O cargo de Chefe do Governo (Primeiro Ministro) foi atribuído a três elementos: John Pinock Eduardo, da FNLA; Lopo do Nascimento, do MPLA e José Ndele da UNITA.

As confrontações abertas entre o MPLA e a FNLA, começaram dias depois da tomada de posse do Governo de Transição de Angola.

A principal origem do conflito angolano, que se prolongou por cerca de três décadas, foi precisamente o incumprimento do Acordo do Alvor. Pode-se e deve-se responsabilizar os angolanos por este incumprimento mas o maior responsável foi Portugal fruto, em parte, da sua caótica situação interna que se seguiu à revolução de Abril.

Nb
Causa principal do conflito
p.º independente
cin

O MFA (Movimento das Forças Armadas) e o PCP (Partido Comunista Português) através sobretudo de directivas do Major Melo Antunes e do Almirante Rosa Coutinho (Presidente da Junta Governativa de Angola e membro do Conselho da Revolução, favoreceram o MPLA. Esse favorecimento chegou ao ponto de, na altura em que Angola ainda era território português, o governo português ter permitido e colaborado com a invasão de tropas cubanas.

Condicion
de Portugal
Com Melo Antunes

Fidel de Castro limitou-se a dar conhecimento ao Major português Otelo Saraiva de Carvalho com uma semana de antecedência. Otelo comunicou ao General Costa Gomes e como este nada fez, deu-se a invasão, precedida de algumas reuniões secretas em Havana.

A entrada de tropas estrangeiras em Angola foi ilegal, segundo o Acordo do Alvor, e contribuiu para o eclodir dos combates entre os três movimentos de libertação.

Nb

A consequente instabilidade contribuiu para que se reacendessem os ódios entre a FNLA e o MPLA e seguiram-se vários confrontos entre estes dois Movimentos. O MPLA também atacou a UNITA, tendo começado pelo que ficou conhecido como o "Massacre do Picapau". O Picapau era um de vários "Comités de Paz" que a UNITA organizou numa tentativa de acalmar os ânimos entre a FNLA e o MPLA.

Massacre do Picapau

A este massacre em que foram mortos 260 jovens, perpetrado pelo MPLA contra a UNITA a 4 de Junho de 1975, seguiram-se o massacre da Gabela a 10 de Junho de 1975, o do Lobito a 25 de Junho de 1975, o de Cassamba a 30

de Junho de 1975, o de Henrique de Carvalho a 15 de Julho de 1975, o de Kalebo a 22 de Julho de 1975, o de Lukusse a 30 de Julho de 1975. Savimbi sofria nesta altura de contestação no seio da UNITA por continuar a optar e acreditar numa solução política. Contudo, quando o avião de Savimbi foi atacado pelas FAPLA, ao levantar voo da pista de Silva Porto em 5 de Agosto de 1975, a UNITA entrou na guerra. A primeira iniciativa da UNITA de contra atacar deu-se em Gago Coutinho.

data da
entrada da
UNITA na
guerra

A 7 de Setembro de 1975 a UNITA declarava (no Huambo) não ter mais confiança nas FAP (Forças Armadas Portuguesas) pedindo publicamente a sua retirada de Angola, acusando-as de ajudarem as FAPLA no massacre de militantes da UNITA.

2 - Qual e de quem pode ser considerado como tendo sido o pontapé de saída para a resolução do conflito em Angola? Portanto, qual das partes externas ou internas esteve mais interessada na paz em Angola?

Considerando que o conflito foi primeiro entre angolanos, nomeadamente entre o ELNA e as FAPLA, verifica-se que foi Jonas Savimbi quem tomou iniciativas que visavam a paz, através de reuniões em separado com Agostinho Neto e Holden Roberto, para que cessassem a guerra fratricida (que provocou milhares de vítimas). A sua determinação foi tão grande nessa luta pela paz, que além de ter criado, através da UNITA, os designados Comités da Paz, resistiu às provocações que foram feitas à UNITA por parte das FAPLA, através de ataques armados e massacres. Savimbi passou por isso a ser referido como o "Muata da Paz" e a cidade do Huambo como "Capital da Paz".

A 25 de Novembro de 1974, Jonas Savimbi e Holden Roberto assinam uma "Plataforma de Cooperação" que visava uma política pacífica comum e a futura reconstrução de uma Angola independente.

Jonas Savimbi foi o principal obreiro do Acordo de Mombaça para a formação de uma "Frente Comum" dos três principais Movimentos angolanos, que decorreu com o apoio do Presidente Kenyatta (do Quênia), de 4 a 6 de Janeiro de 1975. Foi uma reunião preparatória para o Acordo de Alvor, assinado nove dias depois.

Acordo
de
Mombaça

A 20 de Abril, no Luso, Savimbi declara num comício recusar o alinhamento com os Estados Unidos e a Rússia e condena a entrada de armamento estrangeiro a favor dos seus opositores. Nesse mês, por intervenção da UNITA, um cargueiro jugoslavo foi impedido de descarregar armamento destinado ao MPLA, primeiro em Luanda e depois no Lobito. Era um sinal claro de que lutava por uma paz negociada entre angolanos, tentando evitar a internacionalização do conflito.

Cargueiro
C/273, infle-
dido pela
intervenção da
UNITA
em Luanda/
Lobito

Os esforços e iniciativas que Jonas Savimbi vinha tomando em prol da paz poderão justificar o entusiasmo com que foi recebido pela população em Luanda, a 26 de Abril de 1975.

Dr
Savimbi
em
Luanda

Contudo os seus esforços foram inglórios e, no final do mês de Maio os conflitos entre o ELNA e as FAPLA generalizaram-se nas zonas do Bom Jesus, Canhoca, Catete, Caxito, Ndalatando, Dondo, Golungo Alto Pungo Aluquem e Quibaxe. Em Cabinda e Carmona havia uma verdadeira "caça ao homem".

Seguiram-se graves incidentes e distúrbios em Luanda, Malanje, Quitexe, Ulge, Negage, Sanza Pombo, Quitexe, Quicaio, Candombe, Aldeia Viçosa, Vista Alegre, Bula Atumba, Cacuaco, Quifangondo e Henrique de Carvalho.

Com a intervenção directa do Presidente do Quénia, Jomo Keniatta, iniciaram-se as negociações com os três Movimentos de Libertação para o acordo de Nakuru, em 15 de Junho. O acordo seria firmado a 21 de Junho, tendo revelado que, quer Agostinho Neto quer Holden Roberto, não estavam interessados em eleições imediatas por receio da influência da UNITA.

Acordo de
Nakuru.
MPLA/FNLA
Bela Eleição

Um representante da OUA atribuiu nessa altura à UNITA mais de 70% das intenções de voto.

Savimbi, num discurso em Nova Lisboa a 29 de Junho, mostrou-se moderadamente satisfeito com o Acordo de Nakuru, onde foi admitida a libertação de diversos presos e estabelecido um entendimento quanto à proibição de entrada de armamento e da realização de futuras eleições. Porém, logo no princípio de Julho, duas semanas depois, a FNLA, as tropas de Daniel Chipenda e o MPLA, envolvem-se em confrontos pelo controle da zona Luanda/Malange.

Chegam a Luanda, a 4 de Julho, elevados contingentes de soldados cubanos que instalam o seu quartel-general em casa do administrador da PETRANGOL em Luanda. Em Agosto aumenta a chegada dos efectivos cubanos integrados na denominada "Operação Carlota". Desembarcaram grandes quantidades de material de guerra no porto de Novo Redondo (Sumbe). A Emissora Oficial de Angola apelava a voluntários para a descarga e transporte dessa carga bélica. Os cubanos passaram a controlar as próprias forças das FAPLA.

Soldados
de
CUBANOS
Angola A

Ficou claro que nem a FNLA nem o MPLA tinham qualquer intenção de respeitar o Acordo de Nakuru.

Entretanto Portugal estava à margem acontecimentos, em parte devido ao que ficou conhecido como o "Verão quente de 1975". Por exemplo, o Alto Comissário Silva Cardoso tomou conhecimento das negociações para o Acordo de Nakuru, uns dias antes, "por cortesia" do Ministro José N'Dele. No final do mês seguinte e após a chegada dos cubanos, Silva Cardoso pede a demissão.

Durante uma cimeira em Bukavu, a 26 de Julho, foi considerada a imediata transferência de poderes para os Movimentos de Libertação. Participaram na

Cimeira os líderes do Congo Brazzaville, FNLA, FRELIMO, MPLA, OUA, Tanzânia, Zaire e Zambia. A UNITA foi esquecida.

Cimeira de
Brazzaville, e
UNITA é
esquecida.

Neste mesmo mês de Julho, as dissidências internas no MPLA, entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda (Reforma de Leste) e Mário Pinto de Andrade (Reforma Activa), conduziram a uma reunião em Lusaka.

Numa declaração proferida a 1 de Agosto, o ministro português Almeida Santos acusa os Movimentos de Libertação de acelerarem a concessão da independência pela recusa de deporem as armas.

Chester Crocker classificou o comportamento de Portugal como " o mais irresponsável acto de descolonização em toda a história do pós segunda guerra mundial". Nas suas memórias, Kurt Waldheim admitiu ter recusado a proposta do governo português para que a ONU o sucedesse na autoridade executiva de Angola até à data da independência.

EUA reco-
nhecem papel
prestado de
Angola na
Conferência de
Independência

Não reconheço qualquer esforço de forças externas para a paz em Angola, até à preparação dos Acordos de Bicesse.

Houve várias iniciativas indicando a paz como objectivo, mas as partes visavam a salvaguarda dos interesses (em plena Guerra Fria) dos dois Blocos (Occidental e de Leste) e muitas delas contribuíram tão somente para a continuação do conflito angolano.

2.1-Causas militares? Quais? Na altura qual era a correlação de forças entre as FALA/FAPLA e entre Rússia e Cuba de um lado versus EUA e África do Sul, mormente no período que vai de 1987 á 1991?

Concordou-se que cabia ao Governo de Transição e sobre a supervisão do Alto Comissário em Angola nomeado pelo Governo Português, a formação do exército angolano, composto por vinte e quatro mil homens, sendo oito mil do ELNA, oito mil das FAPLA e oito mil das FALA, que substituiriam os cinquenta mil soldados portugueses que operavam em Angola.

O governador-geral de Angola – Santos e Castro – foi substituído, nessa altura, pelo tenente- coronel Soares Carneiro, até a nomeação de Rosa Coutinho (Julho de 1975) como Alto Comissário de Angola, Presidente da Junta Governativa e Comandante Chefe. Rosa Coutinho esteve em Havana em Junho de 1975 (voltaria em Agosto), numa reunião em que participaram os oficiais portugueses, general Carlos Fabião e Coronel Varela Gomes. Da parte cubana participaram Senen Casas Reguerio (Chefe do Pessoal do Exército), General Vecino Alegret (que mais tarde fez uma comissão de serviço em Angola), Julio Casas Reguerio (Chefe da Logística do Exército) e o Almirante Emidio Baez. A reunião teve como objectivo desenvolver o auxílio militar que a União Soviética estava a oferecer a Cuba para garantir que o MPLA estaria no

Tratado de
Portugal
- reunião em
Cuba com a
participação
portuguesa
- não do
Sul e Norte
que por isso
foi il

poder a 11 de Novembro de 1975. Os portugueses disponibilizaram a pista da ilha do Sal (Cabo Verde) para reabastecimento dos voos intercontinentais de transporte das tropas cubanas.

A costa angolana, sobretudo entre a barra do Cuanza e o Dande, serviria para o desembarque de material para os cubanos.

Embora já se notassem intervenções parciais a favor das FAPLA pelas FAP, antes da chegada de Rosa Coutinho, a verdade é que após a sua nomeação essas acções passaram a ser notórias e tiveram influência na correlação de forças. Nos combates em que as FAPLA expulsaram a FNLA de Luanda teriam participado cerca de 2.000 militares cubanos.

Correlação
forças

Para contrabalançar a ajuda militar soviética ao MPLA, a UNITA tentou armar-se. Como não estava enfeudada a qualquer potência recorreu à disponibilidade de alguns países africanos amigos para armar 15000 homens o que permitiria algum equilíbrio em relação ao ELNA e às FAPLA. Nessa altura o Major português Melo Antunes, numa deslocação a Lusaka e Dar-es-Salam, surgiu a convencer a Tanzânia e Zâmbia de que ele iria proceder à entrega de quinze mil armas. Foi uma proposta maquiavélica que apenas visava atrasar o esforço da UNITA em armar melhor as suas forças. A UNITA acabaria por receber somente 1500 G3 (no Huambo) e 100 armas de cada um dos seguintes países: Zâmbia, Tanzânia, Roménia e Congo Brazzaville.

Armas
para a
UNITA de
Congo no
Brazzaville
1975

A Força Aérea Popular de Angola (FAPA) nasce, em 21 de Janeiro de 1976, do embrião da Força Aérea colonial portuguesa, com os meios por estes abandonados.

Como protesto pelo aumento do contingente cubano em Angola, a 22 de Abril de 1976 foi colocada uma bomba na Embaixada de Cuba em Lisboa, matando dois diplomatas cubanos: Adriana Corcho e Efrén Monteagudo.

Protesto
na Embaixada
de Cuba, em
Lisboa, 22
Abril 1976

A "permissão" das tropas cubanas entrarem em força em Angola viria a ser decisiva e a sua presença perduraria por quase duas décadas. Calcula-se que cerca de 750.000 cubanos teriam transitado por Angola, sendo que, no período de 1987 a 1991, estariam em permanência uma média de 50.000/55.000 militares.

Protesto
na Embaixada
de Cuba, em
Lisboa, 22
Abril 1976

O número de militares estrangeiros em Angola, mesmo só referindo os cubanos e os sul-africanos, são difíceis de aferir, pois por regra as partes em conflito não os revelavam ou indicavam números que lhes fossem convenientes para as suas estratégias. Contudo, enquanto o exército sul-africano fazia incursões e retirava, os cubanos permaneciam em números médios sempre na ordem de dezenas de milhares, já que os que regressavam a Cuba eram rendidos por novos contingentes.

Houve muitas outras participações estrangeiras. Por exemplo, em 1987 era atribuída a presença de mais de mil conselheiros soviéticos.

Conselheiros
Soviéticos

A África do Sul também tinha interesse em retaliar pelo suporte que Luanda dava à SWAPO, permitindo que esta tivesse bases militares em território angolano.

As incursões do exército sul-africano em território angolano produziram confrontos directos com as tropas cubanas, como no caso da batalha da Ponte 14. Esta batalha ocorreu em Dezembro de 1975 durante a Operação Savana em Angola e é pouco conhecida fora da África do Sul, embora representasse a maior derrota das forças comunistas em Angola (FAPLA e cubanos) por tropas sul-africanas. Parte da razão é que as únicas histórias detalhadas desta operação publicadas até à data, foram escritas em afrikaans e não estão traduzidas em inglês.

Pior derrota
FAPLA/cubanos
Angola
Ponte 14

A ponte 14 situava-se no rio Nhia, na rota da Cela para Quibala. Em Novembro de 1975, o Grupo de Batalha Foxbat tinha desbaratado uma força das FAPLA, a que recuou através desta ponte e depois rebentou-a. O avanço das forças sul-africanas ao longo da única estrada alcatroada para a Quibala parou no rio Nhia. Devido às grandes chuvadas na área e ao terreno pantanoso, a ponte era o único meio de atravessar com veículos pesados. Na altura da batalha, o governo sul-africano tinha tomado já a decisão de retirar suas forças de Angola devido à falta de apoio que a África do Sul e a UNITA estavam a receber do Bloco Ocidental. Entretanto, enquanto a decisão estava a ser tomada, as hostilidades começaram em Angola e nos anos que se seguiram houve mais confrontos entre as duas forças armadas.

Por altura da batalha do Cuito-Cuanavale referia-se como 3.000 o número de militares das SWATF (South West Africa Territorial Forces) tendo sido destinados para esta batalha cerca de 1.500. Do lado das FAPLA várias fontes indicam 10.000 a 18.000 militares destacados. Em relação às forças cubanas há relatos de que Fidel Castro teria mandado avançar 40.000 militares para a área.

Como consequência desta campanha, de 1987 a Abril de 1988, registaram-se 31 baixas sul-africanas, 1 caça Mirage, 3 tanques e 11 carros blindados. Do lado das FAPLA/cubanos houve 4.785 vítimas, 1 caça Mig 23, 4 tanques e centenas de veículos de combate.

Em 1987 a UNITA afirmava que tinha 65000 militares (28000 regulares e 37000 guerrilheiros) que contavam com o apoio de cerca de 1000 veículos. Tinha também veículos capturados como tanques T-34 e T-55 e veículos blindados com lança-rockets. Para contrapor a não existência de uma força aérea dispunha de várias armas anti aéreas, SA-7 e mísseis SAM Redeye e Stinger.

Os invasores comunistas penetravam aos milhares por semana, trazendo consigo material de guerra sofisticado em grandes quantidades e agrediam os valores morais e culturais dos angolanos. Eis aqui alguns exemplos: foi negada aos angolanos a liberdade de culto religioso (muitas Missões católicas e protestantes foram confiscadas pelo governo do MPLA, outras foram destruídas e outras tornaram-se quartéis dos soldados do MPLA ou da

coligação FAPLA com os russos e os cubanos. A religião era descrita como o "ópio do povo" e muitos clérigos foram presos e outros foram mortos.

2.2-Causas
Quais?

políticas?

O conflito angolano ocorre no auge da Guerra Fria e após o início, nas décadas de 50 e 60, da independência de grande parte dos territórios africanos que se encontravam sob domínio colonial. Os territórios que alcançavam a independência tinham que alinhar ou com o Bloco Soviético ou com o Bloco Ocidental, servindo os seus interesses geoestratégicos.

As guerras entre Movimentos que lutavam para a independência desses territórios, eram tão mais sangrentas e duradouras quanto maior era o conflito de interesses das superpotências que continuamente alimentavam as disputas internas. Como consequência e em detrimento de soluções negociadas, as superpotências tinham como objectivo uma vitória militar.

O fosso ideológico entre os Blocos Ocidental e de Leste era grande como era enorme o poderio militar de ambos. A China poder-se-ia considerar uma terceira força que teve influência nos conflitos africanos, mas que se afastou do modelo comunista da União Soviética.

No que concerne Angola, a Revolução do 25 de Abril em Portugal foi determinante e possibilitou acelerar a inevitável obtenção da independência, que pode ser declarada unilateralmente pelo MPLA, graças ao apoio militar do bloco soviético.

2.3- Causas diplomáticas? Quais?

As diplomacias dos Países, de alguma forma intervenientes no conflito, desenvolviam-se quase sempre com margem de manobra reduzida e variável, conforme a evolução do conflito e os objectivos políticos permitiam.

O xadrez da Guerra Fria não favorecia em muitos casos a negociação diplomática directa, passando esta a ser feita por canais de vários serviços de *intelligence* e *lobbies* profissionais, sociais e militares.

3 - Quais os mecanismos externos ou internos que concorreram para a efectivação da paz na Região Austral, em particular para a assinatura dos acordos de Bicesse entre o MPLA e a UNITA em 1991?

Desde 1974 e ao longo do percurso dos períodos de guerra, há registos da UNITA envolvida em iniciativas que pudessem levar à paz:

- A UNITA foi o primeiro dos três Movimentos de Libertação a assinar tréguas com Portugal, em 14 de Junho de 1974.

- As deslocações de Jonas Savimbi para encontros separados, quer com Agostinho Neto, quer com Holden Roberto, visando o fim do conflito entre o ELNA e as FAPLA que culminou com a assinatura de uma plataforma de cooperação em Kinshasa, em 25 de Novembro de 1974.

- O líder da UNITA, através de negociações com a Zâmbia e Quênia, tornou possível que a 5 de Janeiro de 1975 fosse assinado o Acordo de Mombaça pelos três Movimentos de Libertação, a que se seguiu, uma semana depois, o Acordo do Alvor e em Junho, o Acordo de Nakuru.

Contrariamente ao estabelecido no Acordo de Alvor, o Governo português, a 10 de Novembro de 1975, transferiu o poder não para o Governo de transição mas para o "povo angolano". O resultado desta transferência foi que os movimentos rivais não se reconheceram mutuamente com o direito de exercer esse Governo.

Em 1975 a política externa de Nixon e Kissinger assumiu que o isolamento dos regimes brancos não favorecia modificações na política interna. A elevação da África do Sul a bastião ocidental na luta contra o comunismo internacional, vinculou a sua política interna à disputa entre o Bloco Ocidental e o Bloco Soviético. O regime sul-africano influenciou a sua política externa, exercendo um papel importante na dimensão de segurança da África Austral inserida na dinâmica da Guerra Fria. Durante a década de 80, a Guerra Fria esteve na origem da política sul-africana dando prioridade à sua agenda anticomunista.

Perante o auxílio que a União Soviética estava a dar ao MPLA, através da intervenção militar cubana, o presidente dos Estados Unidos autorizou em Julho de 1975, que fosse dado apoio às forças "não-comunistas", através da África do Sul. Em consequência o Senador Dick Clark deslocou-se em Agosto de 1975 à África do Sul. Seria este mesmo Senador Clark que meses depois, através do que ficou conhecido como "Amendment Clark" que conseguiu que o Congresso dos Estados Unidos proibisse o envio de fundos para as operações em Angola.

Emenda Clark

Em 1988, os acordos de Nova Iorque estabeleceram a saída das forças estrangeiras de Angola deixando os angolanos a resolverem a sua parte do conflito. Os Acordos de Bicesse lançaram os alicerces da paz militar e permitiram a criação das forças armadas angolanas (FAA) com a fusão dos dois exércitos. Foram lançados os fundamentos da paz política com a instauração do multipartidarismo e de uma nova ordem jurídico-constitucional. Lançaram-se os fundamentos para uma nova ordem económica assente num mercado livre.

Foram decisivos os avanços institucionais que os Acordos de Bicesse possibilitaram, sendo justamente considerados como os mais importantes e influentes acordos da História de Angola.

José Côrte-Real Sequeira

Investigador – Assuntos Africanos

London University (BA)

Fontes Bibliográficas

- *Segredos da Descolonização de Angola* – Alexandre Marques – Publicações D. Quixote (2013)
- *E depois do Alvor* – Kwadwo O. Akpan – Nova Nordica (1989)
- *Paz, Liberdade, Democracia* – Isaias Samakuva – Impresul, Rio Grande do Sul – Brasil (2013)
- *Angola – Datas e factos* – Roberto Correia – Edilibor Gráfica, Coimbra (2002)
- *Estratégia de um conflito (1961-1974)* – H. Gomes Bernardo – Editora Prefácio
- *Angola - Contribuição ao estudo do nacionalismo moderno angolano (1950-1964)* – Edmundo Rocha, Editorial Kilombelombe
- *Angola sob o domínio português – Mito e realidade* – Gerald Bender – Editorial Nzila (Luanda)
- *O bom conflito de Maria Tereza Maldonado* – Guerra e Paz Editoras (Lisboa)
- *Diário de Luanda de 28 de Abril de 1975*

- Kwacha de 3 de Maio de 1975
- Jonas Savimbi: O Homem do Projecto Angolano – João Rosa
- Angola – Anatomia de uma tragédia – Gen. Silva Cardoso – Edição Oficina de Lisboa
- Angola, A descolonização – J. Marques Rocha – Edição Grafibraga
- Jonas Savimbi: Uma chave para África – Fred Brigdland
- O Século de Joanesburgo de 2 de Novembro de 1975
- Grande Reportagem de Fevereiro de 1990
- Revista "Visão"- Fevereiro de 1992
- "O Lobito" de Fevereiro de 1992
- <http://www.cabinda.net>
- <http://www.macua.org>
- A Vertigem da Descolonização – General Gonçalves Ribeiro – Edições Inquérito
- UNITA: Percorrendo Caminhos Longos, Volume I, página 22-23
- Comunicado do Comité Permanente da UNITA de 23 de Fevereiro de 1999
- Holocausto em Angola, pp 21,50-51,95-97 – Américo Cardoso Botelho
- Diário de Luanda de 4 de Junho de 1975
- Diário de Luanda de 7 de Junho de 1975
- Diário de Luanda de 9 de Junho de 1975
- "O Comércio" de 10 de Junho de 1975
- Semana Ilustrada de 11 de Junho de 1975
- Kwacha de 14 de Junho de 1975
- Kwacha de 21 de Junho de 1975
- "Rossio" de 24 de Novembro de 1976
- Jornal de Angola de 4 de Junho de 1977

- *Times of Zãmbia* de 7 de Junho de 1975
- *Diário de Luanda* de 12 de Maio de 1975
- "Ecos do Norte" de 30 de Março de 1975
- *Diário de Luanda* de 30 de Maio de 1975
- *Angola – The Road of Independence – Fola Soremekum – University of IFE Press, 1983*
- *Diário de Luanda* de 26 de Abril de 1975
- *The Angolan Revolution*, página 260, Volume II
- *Angola Report – Michael Chapman (Editor) – 13 de Junho de 1975*

Anexo 9- Entrevista do Senhor Presidente e Comandante em Chefe, José Eduardo dos Santos, na Televisão Brasileira, aos 27 de Outubro de 2013

1- Luta de guerra
JES

*Entrevista de JES. a TV Brasileira
aos 27 de Outubro de 2013*

Aqui também vai ser relativamente diferente, aliás a conjuntura é outra e as realidades também são diferentes, mas vai surgir uma classe de empreendedores de empresários, etc, que também tem que ter poder económico e financeiro para fazer investimento para criar empregos etc. Mas assim funcionam as sociedades modernas, mas nem sempre há esse entendimento ainda no espírito das pessoas. É que o empresário tem um determinado papel a cumprir, não é só acumular riquezas, não é acumular dinheiro e mandar lá para fora, mas é acumular dinheiro sim para reinvestir para criar empregos, para criar cada vez mais riqueza e mudar a vida de todos, o governo tem que ser sempre o elemento que moderador, arbitro, não é, e capaz de fazer a gestão dos desequilíbrios de forma que eles não sejam tão evidentes e que não nos levem a crises sociais.

A luta fratricida...

*2- origem
antes
Cede*

A luta fratricida começou ainda durante a guerrilha, portanto a luta de libertação nacional. Enquanto que os grupos armados da FNLA atacavam as forças guerrilheiras do MPLA no norte, os grupos armados da UNITA atacavam também o MPLA mas no leste do país. Portanto havia uma espécie de luta pelo protagonismo, na luta de libertação nacional. Todo esse processo de luta fratricida tem uma espécie de apogeu em 75, porque aí é a luta é pela conquista do poder. Já está formado um governo de transição em 75, mas o Holden que sentia muito forte, no ponto de vista militar porque tinha apoio dos Estados Unidos da América e do Mobutu, na República Democrática do Congo, introduz forças a partir da República do Congo em direcção a Luanda. Ocupam algumas zonas da periferia de Luanda, desestabilizam o processo, e tenta a tomada do poder ainda em 75, antes da proclamação da independência em Luanda. Em Agosto de 75, a UNITA retira-se também do governo de transição, depois volta o Holden Roberto e o Savimbi já apoiados por forças externas, incluindo a África do Sul para impedir que se proclama a independência no dia 11 de Novembro deste ano, por entanto em 1975, e aí há confrontação generalizada de todas as forças, é uma ocupação da parte sul, pelas tropas da África do Sul, tentativa de entrada das forças Zairenses com Holden Roberto a cabeça na cidade de Luanda para impedir a proclamação e a batalha final que se desenrola em 12/14 km da cidade de Luanda em Kifangondo onde perdem a batalha no dia 10 de Novembro de 1975, e a meia noite é proclama da independência pelo doutor Agostinho Neto.

①

3-
Razões da
guerra

Porquê que Angola viveu uma guerra tão prolongada?

Primeiro é que não foi possível o entendimento entre os movimentos de libertação. Segundo porque cada um dos movimentos era apoiado por uma força externa, uma grande potencia no mundo em que estava dividido por dois blocos, bloco ocidental, e o bloco comunista, e esta luta entre os blocos teve naturalmente grande incidência no conflito que se desenvolveu aqui na África austral e particularmente em Angola, mas para mim a razão primeira foi o facto de os angolanos não terem sido capazes de conseguir o entendimento, por tanto, a unidade nacional.

O resultado das primeiras eleições...

A Unita não aceitou os resultados, não aceitou os resultados porque tinha um plano alternativo. O plano A era uma vitória eleitoral, o plano B, uma vitória eleitoral. Tendo perdido as eleições accionou um plano B tendo em vista os planos franceses e etc, e desencadeiam uma outra guerra, por tanto, uma outra guerra desde 1992, e que só termina em 2002, com a derrota primeiro da UNITA porque os seus bastiões foram, digamos, conquistados através de batalhas das Forças Armadas Angolanas, Savimbi foge, a caminho do leste, continua mesmo assim combatendo, as suas forças vão se desagregando, muitos dos seus generais vão se rendendo, e ele então morre em combate nesta altura em 2002, em Fevereiro.

O senhor está no poder desde 1979, ganhou duas eleições recentemente, o senhor não acha que é muito tempo no poder? Como é que o senhor se sente?

Eu acho que é muito tempo, até demasiado, não é, mas também temos que ver as razões de natureza conjuntural que nos levaram a esta situação, não é. O país esteve em guerra cerca de 40 anos, desde que começou digamos assim o processo de libertação nacional, mais depois da independência acho que foram trinta e tal, de guerra em que o país ficou adiado. Portanto, não se pode consolidar as instituições do estado, nem sequer pode tornar regular o funcionamento do processo de democratização. Por isso muitas vezes as eleições tiveram que ser adiadas. Se tivéssemos retomado ao processo regular das eleições de 1992, depois das primeiras eleições certamente eu já não estaria aqui. Mas a conjuntura não permitiu que realizássemos eleições, e fui ficando,

(2)

até que realizássemos estas eleições, penso que daqui para a frente as coisas vão mudar.

Nestas últimas eleições uma coisa que chamou atenção, foi que o segundo nome da lista do MPLA o Manuel Vicente, ocupou um espaço maior na campanha do que...muita gente achou que o Presidente José Eduardo dos Santos já está fazendo uma transição, quem pensou isso pensou certo?

Sim, pensou certo. Realmente estamos a discutir este assunto internamente no MPLA, de como se fará a transição. Enfim, estamos a ensaiar vários modelos de como a transição poderá ser feita. Se é feita primeiro a nível do Estado, se é feita primeiro a nível do Partido, se se faz de uma vez, enfim...

Então há mudanças a vista...

Estamos a estudar, podem levar o seu tempo, mas têm que ser feitas, digamos... tendo sempre em conta que é preciso manter a estabilidade. O factor número 1 é a estabilidade.

Como é que o senhor definiria o MPLA hoje em dia ideologicamente, não é mais um partido marxista como foi no início? O que é que ele hoje é o MPLA...

É um partido de esquerda preocupado com questões de natureza social, alias a sua filosofia e no seu programa esta claramente definido, o país que hoje luta pela economia de mercado, mas por um estado social, digamos uma economia social, por tanto, uma preocupação sempre presente com a questão da justiça social. Portanto é um partido de esquerda.

O MPLA embora tenha vencido com larga maioria, teve 10 pontos a menos que na eleição anterior, como o senhor interpreta isso?

Eu interpreto isso como uma crise de crescimento. O MPLA cresceu em termos de números de militantes e etc, mas o país também cresceu, e a democracia se consolidou, e a democracia é plura. Temos que admitir que haja crescimento também no lado da oposição.

E isso é bom?

Relativamente. Bom, dentro de certas proporções, é evidente que eu sou um líder político, tenho um projecto social, tenho um programa quero executar e preciso de uma maioria confortável para executar, por essa razão é que eu digo que é relativo. Porque quanto mais os outros estão bom, nós diminuimos, e o que eu quero é somar.

Como é que o senhor vê a abstenção nas últimas eleições?

Com um certo desencanto. Certos seguimentos da população por falta de atenção, a nível do aparelho executivo, nomeadamente a nível do aparelho executivo local das administrações municipais, comunais e etc. Os problemas são imensos. Nós podemos ter vontade de resolver de um dia para o outro, mas não é assim que as coisas acontecem, na vida é sempre preciso um tempo de maturação para resolver os problemas e eu acho que esta abstenção resulta deste desencanto, e o MPLA está consciente da necessidade de melhorar a intervenção nesta acção.

Como era ser um menino no período colonial, como o senhor sentia o colonialismo na sua vida quando era criança?

Eu cresci na periferia da cidade naturalmente, e aí também nasci como qualquer outra criança daquela época, no período colonial era um país que a repressão colonial era feroz em que os africanos praticamente não tinham direitos quase nenhuns, não tinham direitos políticos fundamentalmente, e por conseguinte toda aquela carga de opressão que os nossos pais sofriam, se repercutia nas famílias e naturalmente nas crianças também, por isso crescemos com grandes dificuldades, lutando sempre pela vida desde muito pequeno, mas sobrevivemos.

Tem algum episódio de garoto que o senhor sentiu que isto tem de acabar?

Claro, esta foi a razão que fez que nós optássemos desde muito cedo pela luta de libertação nacional, já aos 16, 17 anos, quando tivemos contacto com as ideias da libertação propaladas por intelectuais, estudantes tomamos estas atitudes de ruptura em relação à vida que se levava então, de submissão e aceitação de quase tudo, e o que marcou foi que, estando a estudar no ensino secundário, ver que, para além da discriminação e da diferença que existia entre uns e outros, digamos filhos de portugueses e os angolanos sobre tudo de raça negra era o facto de não termos perspectivas, o abismo à frente de nós e era preciso criar esperança, era preciso romper, daí ter aderido a um pequeno grupo de jovens, colegas de

escolas para trocar ideias, procurar literatura, discutir um pouco sobre os versus de Agostinho Neto que já circulavam naqueles meios estudantis, então aquilo foi o despertar de uma consciência, e de uma afirmação no sentido de acção.

Quando era jovem quais eram as figuras que eram exemplo para o senhor?

Era o Agostinho Neto e a sua poesia, porque já se falava, aliás foi nesta época nos anos 50/60 que ele regressa à Angola e torna-se uma figura carismática bastante comentada nos círculos de jovens, estudantes etc, depois no que diz respeito à luta de libertação depois na ausência dele foi Mário Pinto de Andrade, nos meados de 62, aí tive outro contacto com um outro grande do movimento de libertação nacional nesta altura que era o Viriato da Cruz, foram estas três personalidades, e que acabaram por liderar o movimento de libertação nacional sendo o Agostinho Neto o principal timoneiro.

Ajuda externa...

Nós para nos fortalecer e reforçamos a nossa capacidade de defesa, tivemos que recorrer também a ajuda externa, para ajuda da União Soviética e ajuda de Cuba, particularmente ajuda de Cuba porque não foi só uma ajuda em meios militares, mais também em meios humanos, os cubanos enviaram forças para apoiar o estado recém nascido, e nesta confrontação entre Angola e África do Sul Cuba participou no lado de Angola em grandes batalhas, e a celebre batalha que ocorreu nesta altura foi a de Kuito Kuanavale em 1988, e África do Sul foi derrotada pelas forças angolanas. O governo angolano, e eu próprio solicitei um reforço de Cuba ao Presidente Fidel, o que permitiu realizar a contra ofensiva contra as forças sul africanas do apartheid e a sua derrota completa.

Relações com a China

A China já é um dos maiores se não o maior parceiro comercial de Angola, mas as relações com a China baseia-se fundamentalmente uma política de financiamento as exportações, e venda de serviços e na realizações de empreitadas em Angola, não há ainda um investimento directo forte, começa agora haver algum investimento directo chinês.

A guerra...

A guerra da UNITA era uma guerra destruidora, veja só o caminho-de-ferro por exemplo, a linha era destruída fragmento a fragmento, sem contar a minagem nos postes de electricidade, campos agrícolas, pontes, em quase tudo.

As piores heranças do conflito

Primeiro são as mortes. Morreram milhares de pessoas neste país, depois os deficientes terceiro o trauma provocado pelo conflito, depois são as perdas de ordem material.

Brasil e Angola

As relações são boas porque há vontade política dos dois lados, para além dos laços que são muitos fortes.

Anos de paz/progressos

Recuperamos as linhas de caminhos de ferros, particularmente de Benguela que é de mais de mil quilómetros, na zona sul, e no norte de Luanda a Malange. As estradas foram asfaltadas e tudo mais.

Democracia e os conflitos em África

A democracia veio para ficar. É certo que há conflitos aqui e ali, mas de uma maneira geral os índices de crescimento são bons. E a democratização está a ser estabelecida. As instituições dos estados estão a vingar.

Futuro para África Austral.

É bom, de cooperação e consolidação.

50 anos de independência de África...

Quando foi formada a organização de África havia duas correntes, Estados Unidos de África e a União, a segunda vinculou e está a consolidar-se.

⑥

Anexo 10-Entrevista do General, Miguel N'Nzau Puna

Miguel N'Nzau Puna

Alguns Apontamentos sobre o Nacionalismo Angolano

O seu desenvolvimento foi mais notório nos angolanos residentes no exterior de Angola do que os angolanos interiores devido a repressão colonial em que todo o angolano era acompanhado pela PIDE de DGS. Tudo tinha de ser feito na clandestinidade com maior risco de vida.

Os angolanos no exterior do País tinham maior liberdade de se exprimirem. No interior logo que começaram as revoltas aumentou como era de esperar a repressão colonial sobretudo no meio urbano.

Uns inspirados nas ideologias da direita como os Estados Unidos e seus aliados ocidentais e outros pela ideologia da esquerda como a URSS, A Republica Popular da China e outros e outros seus aliados Interna e externamente.

Estes blocos influenciaram sobremaneira o Nacionalismo Angolano o que afectou muito a divisão interna dos angolanos na diáspora.

A luta de Libertação Nacional durou 14 anos e conduzida pelos 3 Movimentos de Libertação: A UPA (FNLA), MPLA e a UNITA. A FNLA Iniciou a LUTA ARMADA no Norte de Angola em 15 de Março de 1961 e a UNITA em 25 de Dezembro de 1966 em Muangai. O MPLA reclama como seu o 4 de Fevereiro de 1961. O 4 de Fevereiro de 1961 envolveu angolanos não só do MPLA, mas, também angolanos de outros quadrantes. Ai funcionou o nacionalismo de todos angolanos, independentemente da sua cor politica. A repressão colonial forçou a união dos angolanos e passar ao ataque. Em Luanda antes de ouvir falar do MPLA falava-se mais da UPA(FNLA) que fazia circular panfletos porta a porta sobretudo nos bairros suburbanos. Os que estiveram em Luanda naquela altura não nos podem desmentir.

Em 1975 depois do MPLA ter posto a FNLA fora de Luanda saberão melhor definir os acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961 a sua maneira.

Em 1975 depois do MPLA ter posto a FNLA fora de combate e o fim do Governo de Transição apenas ficaram no terreno dois contendores O MPLA e UNITA. Um apoiado pelos cubanos, russos e seu aliados e outro aconselhado por amigos entre eles o então Presidente da Zâmbia Kaunda que hoje não aceita ter apoiado Dr. Jonas Malheiro Savimbi para aceitar o apoio Sul-africano o Apartheid. Mais tarde a partir de 1986 a UNITA começou a receber a ajuda Americana o que veio mudar a correlação de forças entre o MPLA e a UNITA e que anulou a eficiência da Força Aérea do MPLA. Este conflito durou mais de 16 anos quando depois surgiu o BISSESSE. Foi muito grave pela perda inútil de tantas vidas de angolanos de ambas as partes. Isto poderia ser evitado se de cada lado não houvesse a ambição de eliminar fisicamente o outro.

*Razões
dualistas
conflito*

O ponto de viragem para a paz em Angola foi sem sombra de dúvida a retirada das forças Russo-cubanas por um lado e da retirada das forças sul-africanas por outro lado depois de definido 16.o paralelo.

*Ponto Viragem -
Anexo 2*

Os Acordos de Bissesse trouxeram mudanças positivas no xadrez político angolano: O Multipartidarismo e Eleições Livres e JUSTAS.

A BATALHA DO KUITO_KUANAVAL

Foi uma batalha com varias versões. Eu próprio estive lá com Dr. Savimbi. Os sul-africanos têm a sua versão. Os cubanos como os russos cada qual tem a sua versão. O MPLA tem também a sua. Todos podemos falar da História, mas, ela só é escrita pelos grandes Homens. Diz-se que a História é feita por quem ganha. Ele tem de fazê-lo imparcialmente para não ser desmentido pela História. Os planos sobre o ataque foram bem concebidos e elaborados. A UNITA sugeriu primeiro a ocupação do Longa que permitiria o corte da Logística entre Menongue e Kuito-Kuanaval. Os sul-africanos optaram pelo ataque frontal. Quando se inicia a opção sul africana e na progressão 2 tanques caem num campo de minas o que fez abortar a operação. Mandamos calmamente retirar as nossas forças que já se encontravam na margem direita para um envolvimento sobre a vila do Kuito Kwanaval. Os tanque destruídos pelas minas ficaram no terreno assim como o comandantes dos Stingers por ter accionado uma mina anti-pessoal. Os Comandantes da UNITA como Chilin.gutla, Katata Wenda, Renato etc. não me podem desmentir. A correlação de forças era muito a UNITA moralizada pela presença de G5 e G6.

Depois da queda do Muro de Berlim todos interna e externamente queriam o fim da guerra entre a UNITA e MPLA. A população de ambos lado já estava cansada da guerra.

BATALHA DO LOMBA

Com a não tomada da UNITA a posição do KUIRTO-KWANAVAL, O MPLA pensou logo que era o momento para a ocupação dos bastiões da UNITA como Mavinga e Jamba organizou uma ofensiva que foi mal sucedido eles pensaram que com a saída dos sul-africanos iriam facilmente derrotar a UNITA e manter liderança de que o MPLA e o único Movimento de Libertação Nacional. Eles ignoraram que eles eram mais dependentes dos cubanos que a UNITA da África do Sul. Eles criaram dois eixos de progressão:Chambinga e KUNJAMBA. Numa reunião Dr. Savimbi indica-me para ir comandar a operações na Mavinga com 2 batalhões apenas para enfrentar a 25.Brigada que vinha de Chambinga em direcção Lomba e 13. Brigada que vinha de Kunjamba .Enviei um batalhão para cada frente havia 4 a 5 combates por dia. Face a esta situação isto era só para retardar o avanço rápido do adversário. Nos só

conseguimos parar e dispersar as duas Brigadas com a chegada de 16 batalhões semi-regulares, vindos ou transportados de Kazombo para Mavinga. O inimigo deixou no terreno material bélico que inclui 4 tanques e 2 Sam 8.

Acordos de Alvor

Esses Acordos só foram possíveis graças a determinação do Dr. Savimbi que por sua iniciativa foi para Kinshasa se reconciliar com Mobuto e Holden Roberto depois ir para Dar-es-Salam Tanzânia reconciliar-se com o Dr. Agostinho Neto cujo acordo veio se consagrar no Luena com presença do alto Comissário Rosa Coutinho, Agostinho Neto e Jonas Malheiro Savimbi. Este como grande Amigo do Jomo Kenyatta foi falar com ele e aceitou a reunião dos 3 Movimentos de Libertação em Mombaça. Posto aí os 3 movimentos. Só faltava a reconciliação da FNLA e MPLA o que foi feito na presença do Kenyatta.

Acordos de Gbandolite

Esses acordos não funcionaram porque tratava apenas da integração pura e simples da UNITA no Aparelho do Estado sob liderança do MPLA. Isto Talvez o Deputado Manu-Vakola tenha mais detalhes sobre estes acordos que não funcionaram

BATALHA DE ULTIMO ASSALTO

O Ultimo Assalto visava a tomada de Mavinga antes dos Acordos de Bissesse. Aí houve os combates mais renhidos de todos tempos entre as FAPLAS e AS FALA. Perdeu-se muita gente de parte a parte. Depois de varias batalhas o que se aproximaram tiveram que se retirar porque as FALA não permitiram o funcionamento da Logística das FAPLAS quer por terra ou por ar. Os cães que traziam para apanhar os bandidos da UNITA começaram a comer um A UM.

Depois da retirada surpreendente das FAPLAS, eu e outros colegas acompanhados de Dr. Savimbi visitamos as linhas de defesa de ambos os lados onde encontramos muitos mortos. A dado passo, Dr. Savimbi fez-nos a

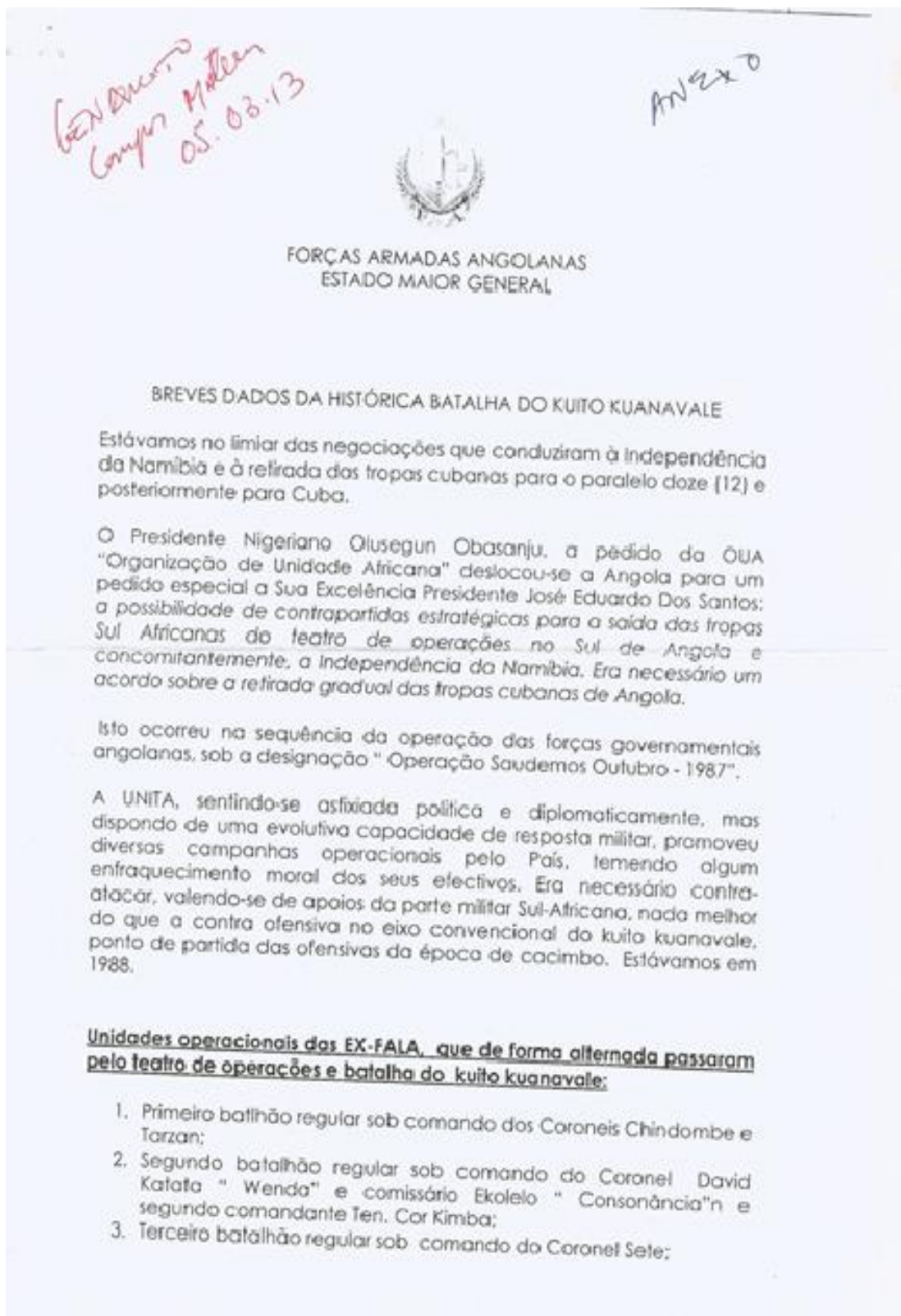
seguinte pergunta. O que vocês constaram durante a nossa visita as nossas posições de defesa e as do MPLA. A resposta foi unanime. Muitos cadáveres. Com que impressão e que vocês saíram de lá. Foi um mutismo total. Entre os mortos tanto de um lado como de outro vocês viram algum cadáver branco ou mulato? Todos responderam não. Dr. Savimbi como viram esta luta só visa a eliminação de negros entre nos pelo que peço a vossa reflexão.

LUANDA, AOS 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Miguel Maria Nzau Puna.

POS-Script. Tudo foi o que minha memória guardou. Todos meus apontamentos jornais, revistas e fotografias, etc. ficaram na Jamba Quando abandonei a UNITA em Fevereiro de 1992.

Anexo 11-Escritos do General, Renato Campos Mateus



4. Quarto batalhão regular sob comando do Coronel Kimba;
5. Quinto batalhão regular sob comando do Coronel Alvaro Mussili, que após ferimento ficou sob comando do Coronel Morais actualmente Brigadeiro na reserva do EMG
6. Sexto Batalhão regular sob comando do TC Consagrado;
7. Sétimo batalhão regular sob comando do TC Eugénio Cassesse "Rhino Kandi-Ulika"
8. Oitavo batalhão regular sob comando do Coronel Quibidi, actualmente T. General na reserva;
9. Nono batalhão regular sob comando do Coronel Seco Duro;
10. Batalhão 14 sob comando do TC. Chassanha, "actualmente General na reserva";
11. Batalhão 48 sob comando do Major Puna;
12. Batalhão 49 sob comando do Major Camilo Sacundiandio;
13. Batalhão 90 sob comando do Major Cacande;
14. Batalhão 154 sob comando do Major Lello e posteriormente o Major Vingangama ;
15. Batalhão 826 sob comando do Major Handa;
16. Batalhão Samanjolo sob comando do Coronel Alberto Kanjongo Pongolola;
17. Artilharia de campanha sob comando do Coronel Ngueve Kanjundo, Osório Cavita, Grito, Demóstenes Fio Kalata, Kapenda e outros;
18. Defesa anti aérea (DAA) sob comando dos T. Coroneis Cristiano e Ernesto Salusínga Pedro "Kachicualula";
19. Unidades CMDA na altura Coronel Geraldo Ucuachitembo Kamorteiro;
20. Saúde enfermeiros Nunulu, e Abel Muzorewa;
21. Serviços de Inteligência Militar "SIMI" T. Coronéis Jorge Kokelo, Garces Chipeio e Katrucas;
22. Engenharia sapadores Majores Tchicucuma e Clarindo Tenente
23. Comandos de reconhecimento, T. Coronéis Kalipi, Katumbangala e Basílio Sambalanda.

O teatro de operações estava sob comando do General CEMG das FALA Demóstenes Amos Chilingutla e Renato Campos Mateus e coordenação estratégica pelo Comando Operacional Estratégico "COPE", cujo posto de comando se situava junto da lagoa Bezi-Bezi, a sudoeste de Mavinga.

De salientar a participação periódica de sub unidades e especialidades de combate da SANDF " South African National Defense Forces".

(Dados por completar)
Luanda 05 de Março de 2013.

Batalha do Cuito Cuanavale

A batalha do Cuito Cuanavale foi o culminar da contra ofensiva levada a cabo no âmbito da tentativa da ocupação da vila de Namibonga pelas FAPLA.

Os combates começaram a ser travados ao longo do rio Lomba, até à nascente, tendo se continuado ao longo dos rios Chambinga e Cuzázi.

Forças constituídas por 5 batalhões e unidades de Artilharia terrestre e anti aérea, reconhecimento, minagem, logística e ~~infanteria~~ tiveram como escalões de comando os seguintes:

Coordenação

General Chilinguitila - CEMG

General Berra Ben - Adjunto

Gen. Huambo - Reconhecimento

Comando Tático

General Renato - Coordenador Operações

General Canjudo - Comandante da Artilharia

General Calipi - Reconhecimento

Comandantes de batalhões

- General Xupista Chindandi

- General Cequeira

- General Mamba

-

-

Do lado da FAPLA, os comandantes foram:

tempo.

Depois de termos constituído o dispositivo para o assalto final, sendo 2 batalhões que atravessaram o rio Ceito a sul e 3 batalhões que entrariam pelo norte, fomos orientados para abandonarmos as posições e regressarmos para a nascente do rio Cuzumbira.



www.africamonitor.net

Nº 936 | 30.Abril.2015 | Editor: Xavier de Figueiredo | Ano XI

Angola

|| **Batalha do Cuito-Cuanavale** – *Um alto funcionário cubano citado num intelligence memo sobre o assunto considera em privado “propagandísticas” versões que as autoridades angolanas promovem acerca de episódios da fase final da guerra civil terminada em 1991. No entendimento do cubano o propósito que move as autoridades angolanas, é o de “ajudar a afirmar politicamente a nação”; considera “compreensível”, por isso, que a exaltação do papel das antigas FAPLA nas referidas versões seja proporcional a um “rebaixamento” da acção das tropas cubanas, que à época desempenhavam um papel chave. Na tónica da versão correspondente à chamada batalha do Cuito-Cuanavale, 1988, as antigas SADF são apresentadas como adversário das FAPLA, as quais foram por estas derrotadas – artifício também destinado a omitir a presença e o papel da UNITA. A acção a que as autoridades chamam batalha do Cuito-Cuanavale consistiu, em síntese, nos seguintes factos: a) as FAPLA foram batidas numa ofensiva lançada em fins de 1987 com o objectivo de tomar a **Jamba**, topónimo da zona SE sob controlo da UNITA; b) recuaram sob pressão para o **Cuito-Cuanavale**, base de lançamento e apoio à ofensiva; c) resistiram aí a investidas de forças combinadas, UNITA/SADF com o objectivo de tomar a posição. A capacidade de resistência revelada foi devida a factores como um eficaz entrincheiramento das forças e um reforço do dispositivo com cerca de 800 cubanos (de uma força de reserva à disposição do então comandante, **Gen Arnaldo Ochoa**). A última tentativa de assalto, **28.Jan.1988**, foi repelida também graças ao emprego de mísseis SAM-6 (originalmente terra-ar, mas com os sistemas modificados), que se revelaram eficazes contra blindados e artilharia. O abandono definitivo do objectivo da tomada do Cuito-Cuanavale foi*

determinado por avaliações das SADF segundo as quais tal só seria possível com um ataque frontal com meios pesados, o qual, dado o poder de fogo estimado da sua guarnição, poderia acarretar cerca de **200** baixas entre os atacantes. A versão agora propalada pelas autoridades angolanas converte a bem sucedida resistência no Cuito-Cuanavale numa batalha cujo balanço (vitória FAPLA/derrota SADF) teve profundas implicações em mudanças que nos anos seguintes se registariam no quadro geopolítico de toda a região. Em fins de **1989** as FAPLA voltariam a lançar uma nova ofensiva destinada a tomar a Jamba; a sua intensidade máxima ocorreu em **Jan.1990**, numa altura em que **Jonas Savimbi** se encontrava de visita à **Europa – Portugal**, principal escala. Em **Mai.1990** a ofensiva foi abandonada sem ter atingido os seus objectivos; as autoridades chegaram a anunciar oficialmente a queda de **Mavinga** (regresso à soberania nacional, era a fórmula usada), mas a informação era inexacta. A ofensiva de **1989/90** constituiu a última tentativa de derrotar militarmente a UNITA; o seu inêxito deu lugar à abertura de negociações entre as duas partes.

A matéria constante do conteúdo de África Monitor é de natureza confidencial. Destina-se apenas aos seus subscritores e para seu próprio uso. Não pode ser publicada ou, por nenhuma forma, distribuída. Os direitos de autor permanecem como propriedade de África Monitor.

áfricamonitor
INTELLIGENCE

Propriedade e Edição Monitorius, Lda **NIF/RNPC** 508584060
Redacção/Administração Avenida António Augusto de Aguiar, nº 24 – 1º Esq. 1050-016 Lisboa **Telef** 93 529 53 05 **Assinaturas** Telef 93 630 71 83 **E-mail** monitorius@sapo.pt **Registo ERC** 124696 **Bissemanal Circulação por Assinatura**
Modalidades/tabela Premium: € 790,00 anual-410,00 semestral Empresas: € 520,00/anual-280,00/semestral; Individual: € 320,00 anual-170,00 semestral; Light: € 130,00

Fonte: www.africamonitor.net

JORNAL DE ANGOLA • Segunda-feira, 4 de Maio de 2015

BATALHA DO CUITO CUANAVALÉ

As provas estão no Tumpo

ARTUR QUEIROZ |

O "Africa Monitor Intelligence", do jornalista Xavier Figueiredo, entrou na Batalha do Cuito Cuanavale pela porta da confusão, ainda que tenha avançado um pouco em relação a Abílio Numa, que de recuo em recuo na fase mais quente da guerra, acabou por encontrar uma saída airosa para a debandada, proclamando que estamos perante "um mito".

Ele não fez parte das forças combinadas SADF/UNITA, não houve combates e bem vistas as coisas, a própria vila é apenas um cenário ao nível dos que foram "pintados" pelo príncipe Potemkin, quando era o governador da Crimeia e fez navios de guerra, exércitos e aldeias, tudo de papelão, para enganar Catarina II, a Grande, que lhe confiou fortunas para transformar aquele deserto numa terra próspera. Ele gastou tudo em grandes festas.

Para Numa, a Batalha do Cuito Cuanavale é um mito. Mas face aos factos que o *Jornal de Angola* tem revelado, na pessoa do seu director, José Ribeiro, e de mim próprio, é evidente que a batalha existiu mesmo e foi comandada e travada exclusivamente por angolanos.

Xavier Figueiredo é um jornalista competente e, por isso, o seu "Africa Monitor Intelligence" é um produto civilizado, contrariando tudo o que na área da comunicação está ligado à UNITA. Da rádio "Despertar" ao "Terra Angolana", do "Folha 8" ao "Club-K" ou "Maka Angola", passando por alguns produtos híbridos que acolhem à peça as posições savimbistas, é tudo à bruta. Insultos, calúnias, mentiras, insinuações, deturpações, as tropas de Samakuva são capazes de tudo. Xavier Figueiredo vai mantendo a versão decente, o que só lhe fica bem.

Na peça publicada pelo jornalista sobre a Batalha do Cuito Cuanavale, é dito que as autoridades lançaram versões propagandísticas daquele histórico acontecimento. E para cancelar a sua posição

serve-se de um anónimo "alto funcionário cubano". Não precisava de ir tão longe nem procurar uma fonte tão elevada. Basta consultar os livros que os sul-africanos publicaram sobre a guerra em Angola, para perceber que não há propaganda nenhuma. Apenas factos.

Um facto importante. Os combates que levaram à derrota o regime de apartheid e os seus aliados da UNITA travaram-se no Triângulo do Tumpo. Lá, só estiveram angolanos. Os oficiais eram jovens na casa dos 20 a 24 anos. Os soldados eram todos angolanos. No Triângulo do Tumpo não estiveram 800 cubanos de reserva. Nem de nada.

Cuba publicou uma revista muito interessante sobre esses acontecimentos históricos. Título: "Cuba y Angola". Subtítulo: "Luchando por la Libertad de África e la Nuestra". Na página 43, num interessantíssimo artigo assinado por Fidel Castro, intitulado "Nós Jogámos Tudo em Angola", o líder da revolução cubana escreve: "Esta crise tem origem numa ofensiva organizada pelas FAPLA contra a UNITA, num território situado a Sudeste de Angola, muito distante do extremo oriental da nossa linha. Nessa ofensiva não participavam nem participaram nunca os cubanos".

Assim mesmo, no Triângulo do Tumpo não participaram nunca os cubanos. As forças do apartheid e a UNITA "embebida" nas suas unidades foram esmagadas pelas FAPLA. Os jovens oficiais na frente recebiam ordens directas do Comandante em Chefe, José Eduardo dos Santos. Já em 1973 e 1974, ele foi o responsável máximo da Frente Norte e preparou a II Região Político-Militar do MPLA, Cabinda, para ser a base da proclamação unilateral da Independência Nacional, caso a parte portuguesa não respeitasse até ao fim o Acordo de Alvor.

Mas dou de novo a palavra a Fidel Castro, no seu importante artigo intitulado "O Mais Profundo Tributo Jamais Rendido aos Nossos Combatentes Internacionalistas".

Afirma, na página 80, o líder da Revolução Cubana: "Uma situação verdadeiramente crítica foi criada no Cuito Cuanavale, onde não existiam cubanos, porque a unidade cubana mais próxima estava 200 quilómetros a Oeste".

No Triângulo do Tumpo a guerra foi ganha pelos angolanos. Correu bem. Esmagámos as forças do apartheid e de Savimbi. Da chana imensa entre três rios passou-se para o palco de Nova Iorque e depois surgiu a independência da Namíbia, a libertação de Mandela e a democratização da África do Sul.

Os angolanos que se bateram no Triângulo do Tumpo, em Março de 1988, mudaram África e o Mundo. Muita gente quis apropriar-se da grande vitória dos heróis do Triângulo do Tumpo. Apropriou-se. Mas é altura de limpar a poeira que se acumulou em cima dos factos históricos e revelar a verdade. Até porque "Cuito Cuanavale" passou a ser "uma linha" de centenas de quilómetros que incluiu tudo e mais alguma coisa. Mas o Triângulo do Tumpo não é linha nenhuma. Está lá, e foi ali que os angolanos, sem mais ninguém, derrotaram as forças do apartheid e enterraram nos areais e nos pântanos o regime racista de Pretória.

Os tanques "Oliphant" estão lá nas colinas do Triângulo do Tumpo. O cemitério de soldados sul-africanos e da UNITA, descoberto pelos técnicos de desminagem da Halo Trust, também ainda não saiu do sítio. Xavier Figueiredo pode abandonar por algum tempo as fontes anónimas e vai comigo ao Triângulo do Tumpo. Não vai ser a primeira vez que nos juntamos profissionalmente. Eu fiz com ele o jornal "Huambo", um projecto profissional, sério, que pretendia dar força à imprensa regional em Angola. E apesar de estarmos em campos opostos, fomos sempre amigos. Vem comigo ao Triângulo do Tumpo e vais ver que não há propaganda nos trabalhos factuais que o jornalista José Ribeiro e eu, temos publicado no grandioso *Jornal de Angola*.

Anexo 14- Entrevista do General, José Samuel Chiwale

Chiwale
23.06.13

Acordo do Alvor

MEX 0

O regime Português que se seguiu à queda do Primeiro-Ministro Marcelo Caetano, situado ideologicamente à esquerda, foi obrigado a aceitar organizar uma Cimeira para as negociações da Independência de Angola, com a participação dos três Movimentos de Libertação Nacional FNLA, MPLA e UNITA, em Alvor, no Algarve, de 10 à 15 de Janeiro de 1975.

Mas Contrariamente às expectativas, o Governo Colonial Português, organizou por iniciativa o formato da Mesa das negociações: O Grupo dos Movimentos de Libertação que foram todos à Portugal em nome do povo Angolano para defenderem a Independência Nacional e a dignidade foi dividido pelo regime Colonial. Uns foram colocados à frente da Delegação do Governo Português, isto é a delegação do MPLA, enquanto outras delegações foram colocadas à direita e à esquerda, FNLA e UNITA respectivamente. Notava-se claramente um espírito paternalista do lado dos Portugueses em relação ao MPLA, em detrimento de outras Delegações. Neste âmbito o Governo Português não quis encorajar a unidade entre os três Movimentos de Libertação.

Al
V6 R No Alvor, tinha-se fixado a data da realização das eleições livres e justas a serem convocadas para o ano de 1975. Foi também obtida em Alvor a aceitação dos princípios da auto-determinação e independência das Colónias Portuguesas como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São-tomé e Príncipe e Timor.

Por sua vez, foi estabelecido que Portugal reconhecesse os três Movimentos de Libertação Nacional, MPLA, FNLA e UNITA como os únicos representantes legítimos do povo Angolano.

Que os Movimentos de Libertação Nacional de Angola fossem reconhecidos pela Comunidade Internacional, OUA e ONU

Como os únicos interlocutores válidos e representantes do Povo Angolano.

Que houvesse um cessar-fogo em todo o território Nacional.

Acordo de Mombaça

O acordo de Mombaça surge na sequência de se unir os três Movimentos de Libertação Nacional MPLA, FNLA e UNITA numa Cimeira organizada pelo Presidente da Quênia Jomo Kenyatta, para se encontrar um entendimento e uma plataforma Comum para as discussões com o Governo Português, sobre Angola, que levariam o novo País a ser um Estado Independente e Soberano.

Esta Cimeira teve lugar no dia 3 de Janeiro de 1975. Os resultados desta Cimeira foram animadores, tendo se proibido toda a espécie de propaganda política hostil que dificultasse uma Colaboração entre os três Movimentos de Libertação.

Permitiu também, que os três Movimentos fossem considerados como os únicos interlocutores legítimos para a discussão com o Governo Português.

Nesta mesma altura é concretizada a reconciliação entre o Governo Zambiano do Presidente Kaninda e a UNITA do Presidente Dr. Jonas Mankoro Lavimbi.

Tinha-se alcançado o auge para uma Conferência sobre a independência Nacional de Angola.

Gbadolite

A Cimeira de Gbadolite teve lugar aos 22 de junho de 1989, no noroeste do Zaire, com a participação de 18 Chefes de Estado Africanos. Tinha como objectivos o alcance da paz e a reconciliação Nacional em Angola. Tinha como convidados especiais o Sr. Jonas Malheiro Sarinubi.

Para a maioria do Governo Africano, já não havia mais razões que justificassem o prolongamento da guerra em Angola.

A tese da UNITA de luta Contra os Cubanos era compreendida pelo paiz, ocidentais e uma parte da África, mas a luta pelo Multipartidarismo não era bem vista pela grande maioria dos Líderes Africanos, inclusive os Países vizinhos de Angola.

Nesta Cimeira, assistiu-se o primeiro aperto de mãos entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o Presidente Jonas Malheiro Sarinubi. Mas os resultados desta Cimeira foram infrutíferos porque não terminou duramente se já falar da política de Clemência, integração e amnistia para os militantes e quadros civis da UNITA e o exílio voluntário do Presidente Sr. Jonas Malheiro Sarinubi.

A reacção de uma das partes obrigou à mais uma Cimeira, desta vez em Harare Capital do Zimbábue que não teve a mesma repercussão Mundial como de Gbadolite. Mas permitiu definir pontos compilados de Gbadolite em que um dos pontos falava da formação de uma Comissão para permitir a reconciliação sob mediação do Presidente Mubutu.

Menos sem a participação da UNITA, nesta Cimeira houve evolução quanto à sua interpretação, equivalendo as negociações que chegaram mais tarde ao seu ponto mais alto com o acordo de Bicesse em Portugal no

dia 31 de Maio de 1991.

Permitiu também criar uma imagem positiva dos Presidentes José Eduardo dos Santos do MPLA e de Jonas Malheiro Sarmento da UNITA, no EUA, na Europa e na África, como personalidades de diálogo e reconciliação Nacional em Angola. Mas a falta de um documento escrito e assinado pelos Chefes de Estado Africanos e fazer conhecer publicamente à imprensa nacional e internacional, abriu uma profunda crise de confiança entre as partes envolvidas no conflito Angolano, incluindo os próprios Chefes de Estado Africanos.

Complicaram-se desta forma os resultados da Cimeira de Obadote, deixando em aberto as possibilidades de outras rondas de negociações entre o Governo do MPLA e a UNITA.

Acordos De Párisse

Esta foram o Culminar de uma longa trajetória de Rondas de negociações entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA para o alcance da paz e a reconciliação Nacional em Angola.

Foram realizadas cerca de sete rondas de negociações:

- A primeira teve lugar em Évora, nos dias 24 e 25 de Abril de 1990, sob o auspício do primeiro Ministro Português Cavaco Silva.
- A segunda teve lugar no Forte de S. Julião da Barra de 16 a 18 de Junho de 1990.

- A terceira, realizou-se de 27 a 30 de Agosto de 1990, no Instituto de Altos Estudos Militares também em Portugal
 - A Quarta, teve lugar em Sintra de 24 a 25 de Setembro de 1990, onde foram criadas duas subcomissões de trabalho: Uma Política e Militar.
 - A Quinta, realizou-se próximo de Bicesse no Estoril de 16 a 20 de Novembro de 1990
 - A sexta, realizou-se em Bicesse no Estoril a 4 de Abril de 1991.
 - A sétima Ronda negocial, teve lugar em Bicesse no Estoril, a 1 de Maio de 1991. O Chefe da delegação do Governo da República Popular de Angola foi o Lopo da Natividade e o Chefe da delegação da UNITA foi o Euge Jeremias Bhitunde para rubricarem o acordo do Estoril e a 15 de Maio o Governo e a UNITA, informaram ao Governo Português da aceitação formal do acordo do Estoril e da suspensão imediata das hostilidades.
- No dia 31 de Maio de 1990, Presidente da República Popular de Angola e o Presidente da UNITA, assinaram formalmente em Portugal o acordo de paz e reconciliação Nacional em Angola.

A Batalha de Cuito - Cuamavale

Esta batalha foi travada durante um longo período, de 1987 a 1990, utilizando meios militares mais sofisticados, tanques, aviões, carros blindados, canhões de vários calibres e milhares de soldados de ambos os lados. O Governo da República Popular de Angola de um lado e a UNITA do outro lado e com a intervenção do seu respectivo aliado, russo e cubano apoiando o MPLA e os sul-afriicanos apoiando a UNITA.

Cerca de 15.000 homens, formando Brigadas motorizadas com um aparato bélico extremamente sofisticado, partiram de Cuito - Cuamavale para tomarem de assalto a Vila de Marimba que foi uma localidade estrategicamente importante no território controlado pela UNITA.

A UNITA colocou as suas melhores unidades regulares, que totalizaram cerca 8.000 homens, com companhias de caça aos tanques e baterias de artilharia anti-aérea.

Para sermos verdadeiros, a ofensiva contra Marimba em 1987 fracassou no princípio de Novembro. As forças da UNITA e os africanos sul perseguiram as forças da FAPLA, russas e cubanas até a Vila de Cuito - Cuamavale, destruindo mais uma vez algumas das suas infra-estruturas militares. Esta pressão sobre o Cuito - Cuamavale durou cerca de nove meses e terminou em Agosto de 1988, logo após a assinatura do protocolo de Genebra entre Angola, Cuba e África do Sul no quadro da negociação.

Esta batalha teve como consequência uma nova leitura de conflitos na África Austral para se alcançar uma solução política no caso da guerra em Angola assim as tropas Sul Africanas e Cubanas abandonaram Angola, cumprindo com o calendário do acordo de Nova-

K
K
A
N
A
V
A
L
M

Yorque de 1988 e aplicando a resolução 475/78 das Nações Unidas. A Namíbia torna-se independente no dia 21 de Março de 1990.

Demonstrando-se o Apartheid e em Angola iniciam-se as negociações políticas profundas em Portugal.

Se o MPLA, diz que as forças da UNITA e da África do Sul não tomaram a Vila de Cuito-Cuanavale, devemos também dizer que as forças do MPLA, Ruanda e Cubanos não conseguiram destruir o cerco de aniquilamento à Vila e não conseguiram voltar a atacar Namíbia durante um ano.

Nb / O Cuito-Cuanavale, tinha-se transformado num impasse militar que determinou o ponto de viragem naquele processo de negociações tripartidas.

A tropa Sul Africana iniciou a sua retirada pouco depois da assinatura dos acordos e tempo depois o General Biko de la (S) fez a sua confirmação no dia 31 de Agosto de 1988, publicamente.

Anexo 15-TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

O Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Alvor, no Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para discutir e firmar o acesso de Angola à independência, acordam no seguinte:



CAPITULO I - DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Artigo 1.º — O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

Artigo 2.º — O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano a Independência.

Artigo 3.º — Angola constitui uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

Artigo 4.º — A Independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola pelo Presidente da República Portuguesa ou por um representante seu, expressamente designado.

Artigo 5.º — O poder passa a ser exercido até à proclamação da Independência pelo Alto Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975.

Artigo 6.º — O Estado Português e os três Movimentos de Libertação formalizam pelo presente acordo um cessar fogo geral, já observado de facto pelas respectivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes, com vista a Impedir a violência interna ou a agressão externa.

Artigo 7.º — Após o cessar-fogo, as forças armadas da FNLA, MPLA e da UNITA fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes a sua implantação actual ato que se efectivem as disposições especiais, previstas no capítulo 4.º do presente acordo.

Artigo 8.º — O Estado Português obriga-se a transferir, progressivamente, até ao termo do período transitório para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exerce em Angola.

Artigo 9.º — Com a conclusão do presente acordo, consideram-se amnistiados para todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis na legislação vigente na data em que tiveram lugar.

Artigo 10.º — O Estado Independente de Angola exercerá a sua soberania total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

CAPITULO II - DO ALTO COMISSÁRIO

Artigo 11.º — O Presidente da República e o Governo Português são durante o, período transitório representados em Angola pelo Alto Comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

Artigo 12.º — O Alto Comissário em Angola é nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa, perante quem toma posse e responde politicamente.

Artigo 13.º — Compete ao alto comissário :

- a) - Representar o Presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, de pleno acordo com o Governo de Transição, o cumprimento da lei.
- b) - Salvaguardar e garantir a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição.
- c) - Assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que venham a ser celebrados entre os Movimentos de Libertação e o Estado Português.
- b) - Garantir e dinamizar o processo de descolonização de Angola.
- d) - Ratificar todos os actos que interessem ou se refiram ao Estado Português.
- e) - Assistir as sessões do Conselho de Ministros quando entender conveniente, podendo participar nos respectivos trabalhos sem direito de voto.
- f) - Assinar, promulgar e mandar publicar os decretos-leis e os decretos elaborados pelo Governo de Transição.
- h) - Assegurar, em conjunto com o Colégio Presidencial a direcção da Comissão Nacional de Defesa.
- i) - Dirigir a política externa de Angola, durante o período transitório, coadjuvado pelo Colégio Presidencial.

CAPITULO III - DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO

Artigo 14.º — O Governo de Transição é presidido e dirigido pelo Colégio Presidencial.

Artigo 15.º — O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada Movimento de Libertação que tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição.

Artigo 16.º — O Colégio Presidencial poderá sempre que o desejem consultar o Alto Comissário sobre assuntos relacionados com a acção governativa.

Artigo 17.º — As deliberações do Governo Transitório são tomadas por maioria de dois terços, sob a presença rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

Artigo 18.º — O Governo de Transição é constituído pelos seguintes ministérios: Interior, Informação, Trabalho e Segurança Social, Economia, Planeamento e Finanças,

Justiça, Transportes e Comunicações, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Agricultura e Recursos Naturais.

Artigo 19.º — São desde já criadas as seguintes secretarias de Estado:

- a) - Duas secretarias de Estado no Ministério do Interior.
- b) - Duas secretarias de Estado no Ministério da Informação.
- c) - Duas secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- d) - Três secretarias de Estado no Ministério da Economia, designadas respectivamente por Secretaria do Comércio e Turismo, Secretaria da Indústria e Energia e Secretaria das Pescas.

Artigo 20.º — Os ministros do Governo de Transição são designados em proporção igual pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e pelo Presidente da República Portuguesa.

Artigo 21.º — Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita pelo seguinte modo:

- a) - Ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, e dos Transportes e Comunicações.
- b) - À FNLA cabe designar os ministros do Interior, Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura.
- c) - Ao MPLA cabe designar os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça.
- d) - À UNITA cabe designar os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

Artigo 22.º — Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

- a) - À FNLA cabe designar um Secretário de Estado para a Informação, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretário de Estado de Comércio e Turismo.
- b) - Ao MPLA cabe designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretário de Estado da Indústria e Energia.
- c) - À UNITA cabe designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para a Informação e um Secretário de Estado das Pescas.

Artigo 23.º — O Governo de Transição poderá criar novos lugares de secretários e de subsecretários de Estado respeitando na sua distribuição a regra da heterogeneidade política.

Artigo 24.º — Compete ao Governo de Transição:

- a) - Zelar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização até a Independência Total.
- b) - Superintender no conjunto da Administração Pública assegurando o seu funcionamento e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade.
- c) - Conduzir a política interna.

- d) - Preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola.
- e) - Exercer por Decreto-Lei a função legislativa e elaborar o decreto, regulamento e instruções para a boa execução das leis.
- f) - Garantir em cooperação com o Alto Comissário a segurança das pessoas e bens.
- g) - Proceder à reorganização judiciária de Angola.
- h) Definir a política económica, financeira e monetária, criar as estruturas necessárias ao máximo desenvolvimento da Economia de Angola.
- i) Garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais e colectivas.

Artigo 25.º — O Colégio Presidencial e os Ministros são solidariamente responsáveis pelos actos do Governo.

Artigo 26.º — O Governo de transição não poderá ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o Alto-Comissário e os Movimentos de Libertação.

Artigo 27.º — O Alto-Comissário e o Colégio Presidencial procurarão resolverem espírito de amizade e através de consultas recíprocas todas as dificuldades resultantes da acção governa.

CAPITULO IV - DA COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA

Artigo 28.º — É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição: Alto-Comissário, Colégio Presidencial, Estado Maior Unificado.

Artigo 29.º — A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo Alto Comissário sobre todos os assuntos relativos à Defesa Nacional, tanto no plano Interno como no Externo, com vista a:

- a) - Definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo.
- b) - Assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola.
- c) - Garantir a paz, a segurança e a ordem pública.
- d) . Zelar pela segurança das pessoas e dos bens.

Artigo 30.º — As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, sendo o Alto-Comissário que preside, voto de qualidade.

Artigo 31.º — É criado o Estado Maior Unificado que reunira os comandantes dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas em Angola e três comandantes dos Movimentos de Libertação. Este Estado Maior Unificado fica colocado sob a autoridade directa do Alto-Comissário.

Artigo 32.º — Forças Armadas dos três Movimentos de Libertação serão integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas forças militares mistas em contingentes assim distribuídos: 8 000 combatentes da FNLA, 8000 combatentes do MPLA, 8000 combatentes da UNITA, 24000 militares das Forças Armadas Portuguesas.

Artigo 33.º — Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à Integração progressiva das Forças Armadas nas Forças Militares Mistas referidas no artigo anterior devendo em principio respeitar o calendário seguinte:

De Fevereiro a Maio, inclusive, serão integrados por mês quinhentos combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 1.500 militares portugueses; de Junho a Setembro inclusive serão integrados por mês 1.500 combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 4.500 militares portugueses.

Artigo 34.º — Os efetivos das Forças Armadas Portuguesas que excederem o contingente referido no artigo 32 deverão ser evacuadas de Angola até 30 de Abril de 1975.

Artigo 35.º — A evacuação do contingente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas Forças Militares Mistas deverá iniciar-se a partir de 1 de Outubro de 1975 e ficar concluída até 29 de Fevereiro de 1976.

Artigo 36.º — .A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar forças mistas de Policia encarregadas de manter a ordem pública.

Artigo 37.º — O comando Unificado da Polícia, constituído por três membros — um de cada Movimento de Libertação — é dirigido colegialmente e presidido segundo um sistema rotativo ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

CAPITULO V - DOS REFUGIADOS E DAS PESSOAS REAGRUPADAS

Artigo 38." — Logo após a instalação do Governo de Transição, serão constituídas comissões paritárias mistas designadas pelo Alto Comissário e pelo Governo de Transição, encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos requeridos para acolher os angolanos refugiados. O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará e coordenará a ação destas comissões.

Artigo 39.º — As pessoas concentradas nas "sanzalas da paz" poderão regressar aos seus lares de origem. As comissões paritárias mistas deverão propor ao Alto Comissário e ao Governo de Transição medidas sociais, económicas e outras para assegurar ás populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes atividades da vida económica do país.

CAPITULO VI - DAS ELEIÇÕES GERAIS PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE ANGOLA

Artigo 40.º — O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua Instalação.

Artigo 41.º — As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos Moimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — únicos representantes legítimos do povo angolano.

Artigo 42 ° — Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma comissão central constituída em partes iguais por membros dos Movimentos de Libertação, que elaborará o projeto da Lei Fundamental) e preparará as eleições para a Assembleia Constituinte.

Artigo 43.º — Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo Colégio Presidencial a Lei Fundamental, a Comissão Central deverá :

- a) - Elaborar o projeto de Lei Eleitoral.
- b) - Organizar os cadernos eleitorais.
- c) - Registar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte, apresentadas pelos Movimentos de Libertação.

Artigo 44.º — A Lei Fundamental que vigorará até a entrada em vigência da Constituição de Angola não poderá contrariar os termos do presente acordo.

CAPITULO VII - DA NACIONALIDADE ANGOLANA

Artigo 45.º — O Estado Português e os três Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a FNLA, o MPLA e a UNITA, reafirmam a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de angolano se, define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação Angolana, através de uma opção consciente.

Artigo 46.º — A FNLA o MPLA e a UNITA assumem desde já o compromisso de considerarem angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua atual nacionalidade, ou optar por outra.

Artigo 47.º — Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste País é garantida a faculdade de requerem a cidadania angolana de acordo com a regras da nacionalidade angolana que forem estabelecidas na lei fundamental.

Artigo 48.º — Acordos especiais, a estudar ao nível de uma, comissão partidária mista, regularão as modalidades da concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses, domiciliados em Angola e o estatuto dos cidadãos portugueses residentes

CAPITULO VIII - NATUREZA ECONÓMICA E FINANCEIRA

Artigo 49.º — O Estado português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente, da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por força a facilitar a transferência desses bens ou do correspondente valor para o território e a posse de Angola.

Artigo 50.º — A FNLA, o MPLA e a UNITA declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros recebidos pela parte portuguesa em nome e em relação a Angola, desde que tenha sido no efetivo interesse do povo angolano.

Artigo 51.º — Uma comissão paritária mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no artigo 50.º procederá às avaliações que tiver convenientes e proporá àquele Governo as soluções que tiver por justas.

Artigo 52.º — O Estado Português assume o compromisso de facilitar à Comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma Comissão careça para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas dentro dos princípios da verdade, do respeito e legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação.

Artigo 53.º — O Estado Português assistirá o Estado Angolano na criação e instalação de um banco central emissor. O Estado Português compromete-se a transferir para Angola as atribuições, ao activo e o passivo do departamento de Angola do Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da Comissão mista para os assuntos financeiros. Esta comissão estudará igualmente todas as questões referentes ao Departamento de Portugal do mesmo banco, propondo as soluções na medida que se refiram e interessem a Angola.

Artigo 54.º — A FNLA, a UNITA e o MPLA comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

CAPITULO IX - DA COOPERAÇÃO ENTRE ANGOLA E PORTUGAL

Artigo 55.º — O Governo português por um lado e os movimentos de libertação pelo outro, acordam estabelecer entre Portugal e Angola, laços de cooperação construtiva e duradoura, em todos os domínios, nomeadamente, nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

CAPITULO X - DAS COMISSÕES MISTAS

Artigo 56.º — Serão criadas comissões mistas de natureza técnica e composição paritária, nomeadas pelo Alto Comissário, de acordo com o Colégio Presidencial, que terão por tarefa, estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação ativa, entre Portugal e Angola, nomeadamente, nos seguintes domínios:

- a) - Cultural, Técnico e Científico;
- b) - Económico e Comercial;
- c) - Monetário e Financeiro;
- d) - Militar;
- e) - Da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.

Artigo. 57.º — As Comissões referidas no artigo anterior, conduzirão os trabalhos e negociações, num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento.

A conclusões a que chegarem, deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do Alto Comissário; do Colégio Presidencial, com vista à elaboração de acordos entre Portugal e Angola.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 58.º — Quaisquer questões que surjam na interpretação e aplicação; do presente Acordo, e que não possam ser solucionadas nos termos do Art. 27.º, serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação.

Artigo 59.º — O Estado Português, a FNLA, o MPLA e a UNITA, fieis ao ideário sócio-político repetidamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrado, pela Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como o seu activo repúdio de todas as formas de discriminação racial, nomeadamente do "apartheid".

Artigo 60.º — O presente Acordo entrará em vigor imediatamente após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa. As Delegações do Governo Português, da FNLA, do MPLA e da UNITA realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorreram as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente Acordo que dá satisfação às justas aspirações do povo angolano e este orgulho do povo português, a partir de agora ligado por laços de profunda amizade e propósitos de cooperação construtiva, para bem de Angola, de Portugal, da, África e do Mundo. (assinado em Alvor Algarve, aos quinze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e setenta e cinco em quatro exemplares língua portuguesa).

Fonte: Jornal, a Província de Angola